



Elizardo Scarpati Costa

## **Movimentos Sociais Latino-Americanos: “A *ch’ama* dos movimentos campesino-indígenas bolivianos”**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Hermes Augusto Costa  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2009



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Elizardo Scarpatti Costa

# **Movimentos Sociais latino-americanos: “A *ch’ama* dos movimentos campesino-indígenas bolivianos”**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Hermes Augusto Costa  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**Coimbra, 2009**



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

À memória de Catarina Scarpati



## **Agradecimentos**

Agradeço a minha família, especialmente a minha mãe e a minha avó, as quais sempre foram, e sempre serão, a minha principal motivação na vida. Mulheres guerreiras, simples, queridas, lutadoras e vencedoras. Me incentivaram e me cobraram em todos os momentos, tenho certeza, com o melhor que podiam e com todo amor do mundo, eu simplesmente não existiria sem elas. Agradeço a minha companheira Eme, que surgiu na minha vida com o propósito de ser aquilo que faltava, minha interlocutora, minha amiga, minha companheira e minha mulher. Contribuiu de forma decisiva para a realização desta tese, sua participação sem precedentes, possibilitou que aqueles pequenos detalhes aos quais por vezes nos foge, a correção dos mesmos. Obrigado Eme, a sua orientação e ajuda, foram fulcrais e nos meus momentos de mais dúvidas e incertezas, mesmo onde havia certeza, a essa devo tudo. Agradeço a Surreal Solar República dos Kapangas (Zé Miguel, Antônio, Rogério, Flor neves, dentre outros), casa histórica que me acolheu, me orientou na minha nova realidade social ao chegar em Portugal. Sem esta casa e todos os seus membros, não teria chegado até aqui. Agradeço a alguns amigos portugueses João Reis, Manel Afonso, Ivo, e aos brasileiros que estão por aqui, como Rodrigo Nery, Mário, Leandro, Bruno dentre outros, que me ofereceram sua amizade e seu incentivo ao meu desenvolvimento. Agradeço aos colegas dos mestrados da FEUC e do CES, Daniel, Hector, Denise. Aos meus caros amigos no Brasil, agradeço a Felipe Sellin, Filipe Skiter, Marcelo Martins, Amilcar Cardoso, Ana Paula, minha prima Fernanda e tantos outros que sempre acreditaram no meu trabalho e na minha capacidade de buscar por alguma coisa, esses são velhos amigos e bons camaradas que me aturaram na graduação e no movimento estudantil e sindical e na vida. Agradeço aos companheiros da Bolívia ao qual me deram a base material de inserção social, para realizar a pesquisa de campo, especialmente ao Joalan e a Nery, e a todos os entrevistados. Agradeço ao meu orientador científico, Dr. Hermes Costa, a sua orientação eficiente, inteligente e participativa, me permitiu nos momentos cruciais, em cada reunião, em cada conversa de corredor, em cada proposta de modificação teórica e empírica, em cada email trocado, ter uma orientação excelente, tranquila, e faz com que eu me sentisse seguro de estar caminhando em uma boa direção no decorrer da construção desta tese. Ele foi um dos principais incentivadores para pesquisa de campo no exterior, e me aceitou de braços abertos como seu orientando. Assim, destaco aqui, a sua simplicidade, o seu rigor com

inteligência, a sua perspicácia, e a sua sensibilidade, que são misturadas com seu amplo olhar sociológico, o que o torna sem dúvidas, um grande profissional das Ciências Sociais e um excelente sociólogo. Para mim é uma grande honra ser seu orientando. Agradeço também aos outros professores do mestrado, em especial ao Dr. Elísio Estanque por ter dado os toques iniciais sobre o projeto de pesquisa a ser desenvolvido. Por fim, agradeço ao corpo técnico bibliotecário do Centro de Estudos Sociais (CES), Acácio, Ana e Maria José, pela paciência nas frequentes pesquisas bibliográficas e pela eficiência ao qual me dedicaram parte do seu tempo e a secretária da faculdade de economia o Zé e o Pedro, por sempre resolverem meus problemas com os papéis.

## Índice

Introdução.....	17
-----------------	----

### I Parte - Enquadramento Teórico e Metodologia

#### Capítulo I - Os movimentos sociais, as relações entre o Estado a sociedade civil e a globalização como epicentro da modernidade latino-americana

I.1. Perspectivas teóricas sobre os movimentos sociais.....	21
---	----

I.1.1. Teorias e conceitos paradigmáticos da Sociologia dos movimentos sociais: da abordagem clássica americana à abordagem europeia.....	21
---	----

I.1.2. A abordagem contemporânea sobre a teoria da acção colectiva e dos movimentos sociais.....	25
--	----

I.1.3. A construção do <i>quasi</i> paradigma latino-americano.....	31
---	----

I.2. As relações entre o Estado e a sociedade civil: As configurações históricas do Estado nação na América Latina e na Bolívia.....	37
--	----

I.2.1. O Estado “laissez faire”, o “Welfare State” e o Estado neoliberal: As suas configurações em contexto latino-americano.....	37
---	----

I.2.2. A formação do Estado boliviano.....	39
--	----

I.2.3. Etnicidade, classes sociais e Estado-nação como fenómenos <i>stricto sensu</i> .....	42
---	----

I.3. Globalização, Estado e sociedades latino-americanas.....	48
---	----

I.3.1. A globalização como fenómeno <i>sine qua non</i> .....	48
---	----

I.3.2. Alguns impactos da globalização sobre a América Latina e a Bolívia.....	50
--	----

I.3.3. Os movimentos indígenas bolivianos em tempos de globalização.....	51
--	----

#### Capítulo 2 - Hipóteses de trabalho e orientação metodológica

2.1. Hipóteses de trabalho.....	55
---------------------------------	----

2.1.1. Hipóteses gerais.....	55
2.1.2. Hipóteses específicas.....	55
2.2. Orientação metodológica.....	56
2.2.1. Literatura científica.....	56
2.2.2. O método do caso alargado.....	56
2.2.3. As técnicas de recolha utilizadas.....	57

**II PARTE – Passado, presente e perspectivas Futuras: Democracia, lutas sociais, e o sindicalismo dos movimentos indígenas na bolivia**

**Capítulo 3 - Estado, poder, terra e coca: o que querem os movimentos indígenas?**

3.1. A luta pela nacionalização e preservação dos recursos naturais: uma questão fulcral dos povos indígenas.....	59
3.1.1. A terra como valor inalienável para os povos indígenas.....	60
3.1.2. A planta mitológica: a folha de coca como valor cultural transcendental dos povos indígenas.....	63
3.2. Educação bilingue, para que te quero?.....	66

**Capítulo 4 - Atores em jogo na construção de um novo Estado democrático, multicultural e plurinacional na Bolívia: olhares presentes e perspectivas futuras sob a égide dos movimentos sociais e campesino-indígenas**

4.1. O socialismo do século XXI na Bolívia: O cenário sociopolítico a crise do modelo neoliberal.....	69
4.1.1. Dois casos de luta: a guerra da água e do gás, os movimentos sociais e indígenas em seu repertório de ações coletivas.....	69

4.1.2. A vitória eleitoral de Evo Morales: os MIBs e os movimentos sociais no poder de agora em diante?.....	75
4.1.3. O cenário socioeconómico boliviano.....	78
4.2. Correntes e tendências dos movimentos indígenas bolivianos.....	79
4.2.1. As relações dos movimentos indígenas bolivianos (MIBs) com a Central Operaria Boliviana (COB).....	82
4.2.2. Para uma formulação de tipologias sobre os movimentos indígenas bolivianos.....	84
4.3. O Estado plurinacional constitucional: a face do “capitalismo andino-amazónico” no período pós-neoliberal?.....	87
4.4. O movimento indígena na encruzilhada: entre o Estado e a comunidade indígena.....	94
<b>Conclusão.....</b>	<b>99</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>105</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>113</b>



## **SIGLAS:**

**ADN** : Accion Democratica Nacionalista

**MIBs** : Movimentos Indigenas Bolivianos

**CEPAL** : Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina

**CDAEP**: Comité de Defesa da Água e da Economia Popular

**CIDOB**: Confederación de los Pueblos Indígenas de Bolívia

**CIPOAP**: Central Indígena de Povos Originários Amazônicos de Pando

**CLACSO**: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais

**NNTCB**: Confederação Nacional de Trabalhadores Campesinos de Bolívia

**CSCIB**: Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia

**COB**: Central Obrera Boliviana

**CONAMAQ**: Conselho Nacional de Ayllus y Markas do Qullasuyu

**COFECAY**: Federación de Pesqueros

**CONAIE**: Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador

**CPIB**: Central de Povos Indígenas de Beni

**CICA**: Consejo Indígena de Centro America

**CSUTCB** : Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia

**FMI**: Fundo Monetário Internacional

**Lei INRA**: Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria

**LPP**: Lei de Participação Popular

**MAS**: Movimento ao Socialismo

**MIK**: Movimento Indígena Boliviano

**MNR**: Movimento Nacionalista Revolucionário

**MRTK**: Movimento Revolucionário Tupaq Katari

**MSLA** : Movimentos Sociais Latino-Americanos

**NMSs** : Novos Movimentos Sociais

**OSAL**: Observatório da América Latina

**PIR**: Partido da Esquerda Revolucionaria de vertente estalinista

**PMC**: Pacto militar-camponês

**PNUD**: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PODEMOS**: Poder Democrático Social

**POR**: Partido Obrero Revolucionário

**TCR:** Terras Comunitárias de Origem

**Teoria da MR :** Teoria da Mobilização de Recursos

## **Resumo**

A questão central desta pesquisa é: a análise sociológica dos movimentos indígenas bolivianos (MIBs) no período do seu surgimento e ressurgimento após a revolução boliviana de 1952 e até hoje. Procuramos demonstrar através dos MIBs a aplicação de parte da teoria social dos movimentos sociais, visando descobrir as suas principais características, potencialidades e seus desdobramentos no presente, bem como, as suas possibilidades futuras no sentido de sua ação coletiva. Para tal, levamos em consideração que o objeto empírico a ser estudado encontra-se em um continente que tem uma complexidade impar no cenário global devido as suas condições históricas, políticas, culturais e sociais conflituais - a América Latina. Portanto, utilizamos além do arcabouço teórico que é baseado no paradigma dos novos movimentos sociais (NMSs) europeu, e nas teorias latino-americanas, a observação direta e participante no nosso estudo de caso, tentando romper com uma análise estritamente descritiva dos fatos. Assim, dentre as várias conclusões as quais chegamos com a aplicação das nossas hipóteses de trabalho, destacamos as seguintes: a reorientação da ação coletiva dos MIBs que é manifestada no plano discursivo, com um forte discurso étnico em detrimento de um discurso de classes sociais, a mudança qualitativa e constante da ação coletiva dos MIBs ao longo da sua história procurando localizar-se em uma posição estratégica privilegiada, a luta dos MIBs pela redistribuição da riqueza, pelo direito a “autogoverna-se” com os pressupostos no direito consuetudinário, que por fim, visam uma democracia mais inclusiva e participativa com respeito a plurinacionalidade e de cunho “descolonial” das trinta e seis nações originárias na Bolívia. Portanto, o auge da nossa análise, dá-se no surgimento das grandes ondas de manifestações na Bolívia entre 2000 e 2005 – a guerra da água e a guerra do gás - onde os MIBs foram os protagonistas da ação coletiva quase insurrecionais na Bolívia neste início do século XXI. Estas manifestações, levaram Evo Morales a ser o primeiro presidente indígena da história republicana da Bolívia. Por outro lado, ocorreu uma espécie de estabilização da intervenção política dos MIBs, principalmente após a aprovação da Nova Constituição de Estado em janeiro de 2009.

**Palavras-chave:** Movimentos indígenas bolivianos, ação coletiva, indígena, CSUTCB, Estado-nação.

## **Abstract**

The fulcral question in this research is the sociologic analysis of Indian social movements (MIBs) in the period of its appearances and reemergences, between the Bolivian revolution of 1952 and today. We aim at demonstrate through the MIBs, the application of a part of the social theory of social movements, discover its principal, aiming at discover its principals characteristics, potentialities and its splitting in the present, and also its future possibilites in the sense of collective action. The empirical object studied is in a continent which has a strong complexity in the global scene due to historical, political, cultural and social conflicting conditions – Latin America. For this we used, besides the theoretical framework based in the European paradigm of the New Social Movements (NMSs), and latin-american theories, a direct and participative observation in the case study. Among the many conclusions we took through the application of our work hypotesis, we discern these one: the reorientation of collective action of the MIBs manifested in the speech/discourse plan, with a strong ethnic discourse at the expense of a social classes discoure, the qualitative and constant modification of the collective action of the MIBs along of its history, aiming at localized itself in a strategic position, the fight of the MIBs for the redistribution of wealth, for the right to rule themselves with presupposition in the consuetádinario right, with the purpose to create a more inclusive and participative democracy, respecting plurinationality, with a ‘anti-colonial’ dimension in the 36 native nations of Bolivia. Thus, the top of our analysis is in the resurgence of demonstrations in Bolivia, between 2000 and 2005 – war and gas Vwar – where the MIBs has been the main protagonists of collective action almost insurrectionary, in the beginning of the XXIth Century. These demonstrations get Evo Morales to the Presidency of the Bolivian Republic. In the other side, a stabilization of political intervention of the MIBs occurred, principally after the approval of the New Constitution (2009).

**Key-words** : Indian bolivian movements, collective action, indian, CSUTCB, State-nation.

## Résumé

La question centrale de cette recherche repose sur l'analyse sociologique des mouvements indiens boliviens (MIBs) au moment apparition et réapparition, du lendemain de la révolution bolivienne de 1952, jusqu'à aujourd'hui. Nous tentons de démontrer à travers les MIBs l'application d'une partie de la théorie sociale des mouvements sociaux, en cherchant à découvrir ses principales caractéristiques, potentiels et ses dédoublements présents, tout comme les possibilités futures dans le sens de son action collective. Pour ce faire, nous avons considéré que l'objet empirique étudié s'encadre dans un continent qui a une complexité sans pareil sur la scène globale, liée aux conditions historiques, politiques, culturelles et sociales conflictuelles – l'Amérique latine. Ainsi, nous avons utilisé, en plus du fondement théorique basé sur le paradigme des Nouveaux Mouvements Sociaux (NMSs) européen, les théories latino-américaines, l'observation de terrain et participative lors de l'étude de cas, afin de rompre avec l'analyse strictement descriptive des faits. Ainsi, parmi les diverses conclusions auxquelles nous sommes arrivés avec l'application de nos hypothèses de travail, nous distinguons les suivantes : la réorientation de l'action collective des MIBs, manifestée sur le plan du discours, avec un fort discours ethnique au détriment d'un discours de classes sociales, le changement qualitatif et constant de l'action collective des MIBs au long de leur histoire, en cherchant à se localiser dans une position stratégique privilégiée, la lutte des MIBs pour la redistribution de la richesse, pour le droit à s' « autogouverner » avec des présuppositions dans le droit consuetudinario, qui, enfin, vise une démocratie plus inclusive et participative, dans le respect de la plurinationalité et de dimension anticoloniale des 36 nations originaires de Bolivie. Ainsi, le point culminant de notre analyse s'effectue dans l'apparition des grandes vagues de manifestations en Bolivie, entre 2000 et 2005 – la Guerre de l'eau et du gaz – où les MIBs ont été les acteurs principaux de l'action collective quasi insurrectionnelle du début du XXI ème siècle. Si d'un côté ces manifestations ont amené Evo Morales à être le premier Président indien de l'histoire républicaine de Bolivie, d'un autre côté s'est mise en oeuvre la stabilisation de l'intervention politique des MIBs.

**Mots-clés :** Mouvements indiens boliviens, action collective, indien, CSUTCB, Etat-nation.



## Introdução

A América Latina no dealbar do século XXI apresenta um cenário político, social e cultural conflitual. Desde a revolução mexicana e cubana no século XX, passando por toda América central e do sul com a revolução boliviana de 1952, os levantamentos sociais estiveram presentes nas sociedades latino-americanas. As manifestações destas rebeliões, davam-se através do surgimento do sindicalismo clássico no primeiro momento, alavancadas pelo movimento operário. Depois pelo guerrilherismo guevarista, e por último, pelos movimentos sociais que a partir de meados do século passado surgem no cenário de “guerra-fria”, mas são pacificados por regimes militares em todo continente. Assim, a continuidade dos conflitos sociais no século XXI é reflexo direto a este passado histórico mal resolvido, ou seja, os velhos conflitos sociais vêm-se misturando a novos conflitos que resultaram numa situação muito peculiar, como aconteceu na Bolívia, caso que estudaremos nesta tese.

Em diversos países do “sub-continente”, o conflito social se faz presente em seus contornos totalizadores que giram em torno de mais e melhores inclusões sociais - aprofundamento da Democracia e da redistribuição da riqueza em oposição à crise do neoliberalismo. A Bolívia é um dos países do subcontinente, onde foram impulsionados os grandes conflitos quase insurreccionais no início deste século. Porém, as bases tradicionais do Estado mantiveram-se com a Democracia representativa no plano político, e a propriedade privada no plano económico, mas, veremos que estas bases não são mais as mesmas após as rebeliões. Em larga medida, estas revoltas estão ligadas aos impactos da globalização neoliberal em sua face modernizadora que promoveu o aumento das exclusões sociais (política, económica, cultural, cognitiva). No caso boliviano, existe um incremento substancialmente qualitativo a este processo - a questão étnica e da (re) emergência dos movimentos indígenas bolivianos (MIBs) como protagonistas da sua História – assistimos à crescente ascensão dos MIBs a partir da última década do século XX. Esta dinâmica imprimida pelos indígenas, tem chamado a atenção não só de intelectuais latino-americanos, mas também do resto do mundo por sua particularidade e pelo seu carácter *sui generis*.

Contudo, a história dos indígenas bolivianos nos remete ao seu passado colonial/republicano: a homogeneização e incorporação dos indígenas na sociedade de classes não representam somente a destruição do modo de produção comunal, mas

igualmente a estereotipação e submissão da cultural milenar indígena. Portanto, a trajetória dos MIBs tem raízes no seu passado de servidão e exclusão étnica, que é resultado da acumulação das opressões e das frustrações sofridas durante todos os séculos passados.

Neste início de século XXI, a trajetória protagonizada pelos MIBs para conseguir uma real inclusão política, económica, social e cultural, significa o redirecionamento do Estado-nação e da sociedade civil boliviana a caminho do reflorescimento da noção de indígena. Por um lado, os MIBs representam um conjunto de acontecimentos históricos que urge compreender analisando a sua complexidade interna e externa; por outro lado, os MIBs protagonizaram a criação de formas inovadoras de intervenção na realidade social da Bolívia.

Assim, propomos nesta tese discutir os MIBs procurando entender o seu papel na configuração do Estado-nação, na criação de identidades, as suas características e as suas perspectivas para o futuro, em consonância com a teoria sociológica na busca de um enquadramento adequado à sua composição e organização.

Neste sentido, sabemos que a discussão acerca da sociologia dos movimentos sociais é uma das mais complexas da sociologia geral. Hoje em dia, apesar de se ter mais de um século de produção científica sobre a temática, ainda estamos confrontados a uma grande *indefinição* sobre os movimentos sociais, como afirma Sidney Tarrow (Melucci, 1996: 12). A própria discussão teórica e epistemológica sobre os MIBs talvez careça ainda de uma melhor sistematização, de modo que se possa compreender qual a magnitude de sua força, da sua identidade e da suas perspectivas. Tal fato, deve-se principalmente à análise e à profunda observação descritiva dos agentes sociais em luta, ficando reduzida ao momento histórico em que é desencadeada a ação coletiva, ou seja, restringindo a análise sociológica aos processos políticos em curso, e não se verificando uma teorização decorrente de um estudo aprofundado da natureza identitária e das características distintivas desses novos movimentos sociais (NMSs).

Assim, em traços largos, abordaremos no primeiro capítulo, as principais perspectivas teóricas da sociologia dos movimentos sociais, desde o paradigma clássico europeu, o paradigma clássico norte-americano até o *quasi* paradigma latino-americano. Bem como se discutirá a noção de indígena e do Estado nação na Bolívia. No segundo capítulo, mostraremos o método e as técnicas de pesquisa empregadas

nesse estudo. No terceiro capítulo, aprofundar-se-á o debate sobre questões gerais relativas ao porquê, à causa da existência dos MIBs e aos seus respectivos objetivos como movimento social. E por fim, no quarto capítulo, debatemos mais as relações da ação coletiva em momentos específicos de ascensão e de estabilização na relação conflitual entre os MIBs e o Estado boliviano no século XXI.



## I PARTE – Enquadramento Teórico e Metodologia

### Capítulo I: Os movimentos sociais, as relações entre Estado e sociedade civil e a globalização como epicentro da modernidade latino americana.

#### I. I. Perspectivas Teóricas sobre os Movimentos Sociais

##### I.I.I. Teorias e conceitos paradigmáticos da Sociologia dos movimentos sociais: A abordagem clássica americana e europeia.

Os clássicos da sociologia Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber não apresentaram em suas obras o tema dos movimentos sociais de forma directa (Gohn, 2002). No entanto, estes autores deram início no flanco de uma Sociologia mais orgânica, à discussão que iria constituir a sociologia dos movimentos sociais. Estas contribuições são visualizadas em suas observações sobre os indivíduos e os grupos sociais em sociedade, por exemplo, as classes sociais, os antagonismos, o conflito social, a transformação social são temáticas essenciais da sociologia política, e analisadas através das lutas sociais analisadas por Marx.

Assim, estes conceitos servem como base para um indicativo do ponto de vista objectivo e subjectivo para a organização de um determinado movimento social, neste caso o movimento operário clássico através da *praxis social* (Marx, 2003). Para Marx é impossível separar a “teoria da prática revolucionária de classes sociais”: a teoria e a prática são indissociáveis sendo a *praxis social* o produto da intervenção coletiva e da ruptura da realidade social. Como é sabido, a proposta de Marx incide sobretudo na análise do conflito entre classes sociais dirigentes e subalternas. Ou seja, dentro da matriz teórica marxista as classes sociais são imprescindíveis para se entender todas as ações políticas e a tomada do poder por uma classe social. Ora, no âmbito da presente investigação caberia perguntar-se, tendo em conta o quadro de referência marxista, o seguinte: até que ponto os indígenas bolivianos organizados através dos MIBs se reivindicam como uma classe social? No sentido que Marx conceituou como sendo a “consciência de classe para si” e não somente “classe em si”. Segundo, existirá na Bolívia um conflito mais étnico que económico de acordo com o repertório discursivo reivindicativo dos levantes sociais no início de século XXI? Ou os dois processos conflituais (étnico e económico) são pares entre si, ou seja, estão em consonância sem hierarquização de importância e de valor?

Portanto, é necessário fazer uma análise social, política e económica da Bolívia, para focarmos os MIBs em uma perspectiva marxista, tendo em conta que os seguintes

aspectos: a questão da identidade indígena, dos atores em jogo, os papéis das lideranças indígenas, o Estado boliviano, a crise do neoliberalismo nos finais do século XX e inícios do XXI, a postura ideológica de alguns partidos políticos bolivianos, para assim, entendermos como a viabilidade da perspectiva marxista pode ser verificada através dos MIBs como potenciais agentes protagonistas da “revolução social” - “como meios mais eficientes para alcançar a distribuição radical dos bens” (Alexander, 1998:5) – bem como compreender, qual a posição do marxismo<sup>1</sup> no cenário conflitual boliviano.

Por outro lado, a corrente que foi consagrada como paradigma dominante ao lado da matriz marxista até a década de 60<sup>2</sup> foi a Escola de Chicago e os interacionistas simbólicos. Dentro desta perspectiva americana de estudo dos movimentos sociais, temos a abordagem de Herbert Blumer (1978) que tem forte inspiração e influência de Robert Park, autor que cunhou o termo *multidão* para caracterizar ações que, apesar de serem coletivas, são dispersas e individuais. Sua obra é fortemente marcada pela psicologia individualista dos membros em um determinado colectivo (Park apud Estanque, 1999: 85). Blumer foi talvez o mais influente autor da Escola de Chicago, criador do conceito de *interacionismo simbólico* em 1937 para analisar os comportamentos colectivos - ele descrevia os significados simbólicos, manifestados pelos movimentos sociais - como o conjunto de relações sociais de interação entre os membros do grupo que eram movidos principalmente pelos símbolos com uma ênfase ao microsociológico, enquanto os movimentos sociais eram vistos por Blumer como “pequenas sociedades” (Alexander, 1998: 4). No período do pós-guerra, a comunicação de massas através da propaganda, criava alguns símbolos através da opinião pública, que eram absorvidos por alguns indivíduos e influenciava a mudança do pensamento com relação ao coletivo. Os indivíduos passavam a ter uma perspectiva egoísta da ação coletiva. Além disso, a linguagem é um dos aspectos principais de

---

<sup>1</sup> Segundo Gohn (2002) Em geral, dentro do pensamento sociológico latino-americano, o trabalho de Marx influenciou duas vertentes de pensamento: uma é a que ficou conhecida como o “marxismo ortodoxo”, hegemônico até à década de 60, que priorizava em suas análises os fatores económicos e estruturais da sociedade capitalista para a criação das demandas políticas dos movimentos sociais tendo à frente Lenin e Trotsky. A segunda perspectiva, seria o marxismo baseado nas obras filosóficas e políticas de Marx, que dá ênfase à filosofia e desvincula a teoria de Marx ao movimento operário, ligando-o somente ao trabalho académico, os principais autores desta perspectiva são Rosa Luxemburgo, Gramsci e Lukács.

<sup>2</sup> Aqui afirmamos que a matriz teórica americana liderada por Blumer foi dominante não só nos Estados Unidos, mas também em contexto latino-americano até a década de 60. Excluíse aqui a Europa da nossa observação.

comunicação simbólica dos grupos. Visto assim, as manifestações públicas são construídas por essas narrativas fomentadas pela comunicação social e absorvidas pelos movimentos sociais (Blumer, 1978).

Na sequência, temos o contributo do paradigma clássico da sociedade de massas para a constituição da sociologia dos movimentos sociais, com Eric Fromm, Hoffer e Kornhauser como principais representantes desta Escola (Gohn, 2002:35; Machado, 2007). As concepções deste paradigma têm forte inspiração na análise de Gustave Le Bon (Le Bon, 1995) que no início do séc. XX, constatava a perda da racionalidade dos homens quando organizados em grupos e uma tendência ao mal-estar para as sociedades da época, principalmente na França.

O alto grau de generalização invocado por Kornhauser em sua obra *The politics Mass Society* dificulta o uso de sua concepção teórica para o enquadramento necessário dos MIBs (Chazel, 1999: 309-310). Assim, a transposição do pensamento de Le Bon – *comportamento irracional das massas* - adotado pelo paradigma da sociedade de massas para o estudo dos movimentos sociais (comportamento coletivo das massas) foi aplicado em um contexto de totalitarismo na Europa (a teoria de Le Bon inspirou totalitários como Staline e Hitler). Assim, os movimentos sociais estudados por esta escola *não-democrática* (Gohn, 2002: 36) eram produtos direto dos regimes totalitários europeus. Contemporaneamente, alguns sociólogos como Alain Touraine atribuem a tais movimentos sociais organizados na sociedade civil, um cunho estritamente ideológico-político - baseados na propaganda fascista - a nomenclatura de *anti-movimentos sociais* (Touraine, 1998).

Em meados do século XX no contexto de mundo bipolar (Guerra-fria), os autores S. Lipset e R. Heberle trouxeram de volta para a análise dos movimentos sociais algumas clivagens teóricas da sociologia política clássica. Como por exemplo, a luta de classes inspirada em Marx, deixa de ser uma luta revolucionária voltada para a destruição do Estado burguês, e passa a ser travada no âmbito da institucionalidade. Lipset classificou este processo como o *senso de comunidade*, que era decidido dentro da concorrência eleitoral da vida política, sendo manifestada através do voto que media a *vontade comum* (Gohn, 2002: 38). Lipset focou parte de sua análise sobre a América latina, ele observava que os movimentos sociais e as mudanças estruturais das sociedades latino-americanas eram particulares e diferentes com relação a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Assim, Heberle apontava para o crescimento e

fortalecimento dos movimentos sociais (organizados, e por vezes dispersos) neste contexto bipolar – visualizava que uma manifestação de rua iniciada a princípios sem pretensões revolucionárias, poderia transformar-se em uma revolução política como estratégia (Chavel, 1999; Tarrow, 1994). Curiosamente, as análises desta escola no espaço e no tempo no caso de Lipset, e no tempo no caso de Heberle, coincidem com o ano de 1952 em que se iniciou um dos maiores processos revolucionários na Bolívia, após a revolução russa de 1917.

Em suma, para Heberle o conceito de *senso de comunidade* é fundamental para o estabelecimento de uma ordem social. O que determina os tipos de ações coletivas, as relações políticas, jurídicas criadas na sociedade civil e no Estado não podem ser mantidas sem haver um mínimo de *senso de comunidade* entre seus membros (Heberle, 1951; Lyman, 1995:57 *Apud* Gohn, 2002: 38).

Por outro lado, Talcott Parsons através da sua *teoria do sistema social* – onde a análise da estrutura, da moral, das leis e da integração (desintegração) dos indivíduos na sociedade (Cordova, 2007) – influência na emergência de mais ou de menos movimentos sociais em um determinado país, trazendo as suas concepções para o campo da ação social protagonizadas pelos movimentos sociais. Sua ênfase é a estrutura social como responsável pelas contradições da sociedade, como o conjunto dos atores políticos aparece em consoante ao surgimento do conflito social (visto de modo individual). Ou seja, a estrutura social em movimento (para Parsons a mudança sistêmica era quase estática, principalmente nos países centrais) tem origem na própria estrutura social - As perturbações, incertezas, frustrações e a ausência de boa vida são fatores importantes segundo Parsons para a compreensão dos movimentos sociais. Por outro lado, Parsons não dava importância às origens históricas e políticas dos movimentos sociais, e muito menos, ao caráter das suas ações coletivas (os movimentos sociais eram vistos como naturais e limitados pela estrutura social). Ele via os movimentos sociais de forma totalizadora como - as necessidades individuais (comportamentos individuais) - como fator central para formação dos movimentos sociais como subproduto da anomia social passageira da estrutura global de uma sociedade (Gohn, 2002).

Em oposição a Parsons, defendemos que a relação do Estado-nação com a sociedade civil - os atores sociais em jogo (classes sociais, identidade indígena, partidos políticos, movimentos sindicais e sociais) é clarificada através das suas posições

antagônicas de projeto societal - a impacificação social fruto dos interesses opostos em suas divergências de opiniões, de organização social jurídica, política e as aspirações para a materialização dos anseios da busca da *boa vida* – é o que dita o ordenamento social e estatal.

### **1.1.2 A abordagem contemporânea sobre a teoria da acção colectiva e dos movimentos sociais**

O surgimento de uma das perspectivas contemporâneas sobre a teoria da acção coletiva foi o paradigma dos novos movimentos sociais (NMSs) na Europa. A análise das manifestações e reivindicações do movimento estudantil na França com o despertar do Maio de 1968, e os movimentos sociais de direitos civis e políticos nos Estados Unidos, representou uma mudança reflexiva destes NMSs do ponto de vista sociológico (Gohn, 2002). O aumento das reivindicações contra o Estado e o mercado, com manifestações explosivas oriundas - das classes médias na Europa, e das “minorias” étnicas nos Estados Unidos aclamando por mais direitos civis e políticos - levaram diversos autores a fundarem novas formas de abordagens interpretativas dos movimentos sociais. Assim como o paradigma dos NMSs, a teoria da mobilização de recursos (MR) de Olson, Zald e McCarthy diferenciou-se de forma clara das teorias sociológicas clássicas anteriores, que davam grande ênfase aos aspectos *psicosociais* ligando-os às condições de existência material dos indivíduos e às suas reações em forma de manifestação ou contestação social. Ou seja, a psicologia social que se baseava nos comportamentos coletivos – condicionamento individual – de certa forma foi abandonada tanto pelo paradigma dos NMSs, quanto pelo paradigma da MR (Gohn, 2002:49).

Olson (1999) trabalha com a concepção segundo a qual no seio dos movimentos sociais, que possuem estruturas organizativas formais e de grandes dimensões (por exemplo, grandes associações norte-americanas), aparecem os chamados *grupos de interesses*. Em sua obra *A lógica da acção coletiva* Olson utiliza uma lógica universalizante da teoria da acção coletiva com um destaque para a acção do indivíduo coletivo em busca da sua construção identitária. Se por um lado, ele afirma a existência de um ápice da participação política dos membros de um movimento social - ações de intervenção política - por outro lado, vincula a acção individual a um grau de longevidade da acção coletiva. Ou seja, a participação coletiva dos membros passa a dar lugar a um cálculo utilitarista e individualista dos membros de um grupo, que passam a

tomar determinadas decisões quanto a sua participação em ações políticas e sindicais (Tejerina, 2005: 78;79). Hipoteticamente, se Olson fosse analisar a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB)<sup>3</sup>, iria abordar e selecionar os grupos de interesses para explicar o fenômeno da ação coletiva desta central campesina. Segundo ele, o mundo funciona de acordo com os interesses (concorrência, meritocracia e hierarquização dos espaços sociais) – portanto, acreditamos que em sua análise de cunho bastante ideológico, o autor vislumbra “uma espécie de lei da sobrevivência” que é transportada para dentro dos movimentos sociais - incluindo os sindicatos, onde Olson vê na hierarquia e na disciplina às quais os membros são submetidos através das lideranças, como um conjunto de ações coercitivas que visam em última instância o “bem comum” do organismo (Olson, 1999). Na sua visão marcadamente utilitarista, ele via uma liberdade de atuação dos indivíduos:“ [...] Assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização [...]” (Olson, 1999:20) ”.

Portanto, os seguidores da corrente teórica inaugurada por Olson, Zald e McCarthy aplicaram o mesmo modelo teórico de Olson para analisar as dinâmicas dos movimentos sociais – os grupos de interesses inerentes à ação coletiva. Os movimentos sociais de grande estrutura eram organizados como empresas e os grupos de interesses encerravam-se na competição com outros grupos internos do movimento, e viam a chance de agarrar benefícios e *status* através dos ganhos que poderiam obter na participação ou não da ação coletiva. Os líderes eram gerentes e administradores dos sindicatos e das associações econômicas (Aguilar, 2001).

Entretanto, concordamos com a posição de Chazel (1999) em sua análise sobre a teoria Olsiana, quando este reitera a crítica de Olson às perspectivas clássicas e à concepção do “marxismo vulgar” quanto à mobilização quase natural das classes sociais dentro de um movimento social – que de acordo com esse tipo de marxismo, os indivíduos se engajam na luta social por terem interesses comuns pelo fato de pertencerem à mesma classe social.

---

<sup>3</sup> A CSUTCB é a principal organização indígena da Bolívia e que será central na nossa observação sobre os MIBs.

Neste sentido, Charles Tilly é incluído por muitos autores dentro da vertente teórica do MR, e para outros autores como membro efetivo do paradigma dos NMSs (Gohn, 2002), traz em sua obra *From Mobilization to Revolution* de 1978 um debate importante sobre a teoria marxista, dando ênfase histórica à ação coletiva e ao aprofundamento do papel da ideologia e das crenças sociais nas construções decisivas de organização do movimento social na preparação das ações coletivas. Assim, “ o trabalho histórico sobre as ações coletivas consiste em descobrir quais conjuntos de pessoas, recursos, fins e as formas de compromisso estão envolvidos em diferentes lugares e tempos” (Gohn, 2002: 66). Tilly (2004) não descarta a questão da racionalidade na ação coletiva, ligando as responsabilidades na montagem desta racionalidade às estratégias adotadas pelos atores da ação coletiva. Para Chavel (1999), Tilly ainda segue a perspectiva da MR, sendo sua última vertente nas ciências sociais, manifestada pela teoria do *conflito político* onde os atores em jogo são visualizados dentro da *politéia* (Chazel, 1999).

Neste sentido, o crescimento qualitativo da perspectiva teórica de Tilly, teve o seu apogeu na formação da chamada (TMT) Tilly, McAdam e Tarrow (Flacks, 2005), onde estes autores organizaram uma coletânea inédita de trabalhos acadêmicos sobre movimentos sociais com o nome geral de *contentions politics* que pode ser verificada na obra deles: *The Dynamics of Contention* (2001). A TMT centra o peso da sociologia dos movimentos sociais na relação entre os *constentadores* e os *governantes* ao longo dos conflitos localizados em um período histórico – *ciclos de ações coletivas*<sup>4</sup>. O diálogo dos movimentos sociais com os governos seria chamado de *repertório*<sup>5</sup> *das ações coletivas* ao longo da história de um movimento de contestação – *repertório de confrontação* - conceitos utilizados por Tilly para caracterizar os interesses partilhados de um grupo (Tilly, 2004).

Se por um lado, a tese hegemónica do paradigma americano da racionalidade e do utilitarismo de Olson ainda estava em pleno vapor e tinha grande espaço no meio acadêmico, por outro lado, a teoria marxista ainda gozava de grande prestígio na

---

<sup>4</sup> Na perspectiva de Tarrow (1994) ciclos de ações coletivas surgem em momentos históricos específicos, quando a ação colectiva no plano político tem um carácter de mudança estrutural. As ações coletivas que apresentam inovações na intervenção política geram uma fusão entre diversos sectores da sociedade civil. Uma combinação de poderes, que antes estava dispersa na sociedade – grupos que estavam organizados em sindicatos e movimentos sociais e os que não estavam organizados em associação.

<sup>5</sup> Tarrow (1994) afirma que o repertório é a fusão entre os aspectos estruturais e culturais dos movimentos sociais. A preparação do movimento social para a confrontação contra outros adversários.

década de 60. Além disso, a ruptura do NMSs foi o não-alinhamento, primeiro à perspectiva racionalista do individualismo metodológico de Olson e suas vertentes, e segundo, ao ortodoxismo de classes sociais que marcava as contribuições do marxismo – a centralidade da classe operária utilizada de forma redutora. Ou seja, ao invés da homogeneidade na ação coletiva, defendiam que havia uma heterogeneidade. Assim, as *classes médias* passaram a ter lugar relevante para a explicação da ação coletiva, tanto do ponto de vista económico, como político e cultural em suas intervenções coletivas (Eder, 2001).

Portanto, a perda de “fôlego” do marxismo ortodoxo, humanista e da MR representou a ascensão do paradigma dos NMSs no âmbito académico, principalmente no pós-queda do Muro de Berlim. Porém, a categoria de classes sociais continua em algumas teorias do paradigma dos NMSs a ter uma importância relativa de acordo com o movimento social analisado. O que é consensual neste paradigma é que a vertente cultural dos movimentos sociais passa a ter mais importância que nos paradigmas anteriores. Apostam no trabalho conjunto da questão ideológica com a cultural do grupo social, mas a ideologia deixa de ser somente a falsa representação da realidade social e passa a ser incorporada como sinónimo de identidade na formação dos movimentos sociais (Gohn, 2002).

Em suma, os NMSs representam esforços coletivos com objetivos de atingir um ou vários pontos das estruturas sociais (Estado e sociedade civil) – mudança nas normas, nas leis e na inclusão política, económica, cultural e social – envolvidos em novos conflitos políticos e culturais nas sociedades civis ocidentais. Buscam obter vitórias sobre novas demandas que surgem do social e que são protagonistas das suas ações coletivas, que se dão de forma consciente. Fundamentalmente, os NMSs são abordados por métodos distintos da sociologia dos movimentos sociais contemporâneos dentro deste paradigma – desde a revisão da teoria parsiiana da ação social, passando pela Escola de Frankfurt até o neomarxismo vão florescer dentro deste grande paradigma.

Neste sentido, o debate teórico acerca dos movimentos sociais latino-americanos (MSLA) teve na sociologia europeia, um importante lugar nas abordagens propostas por Alain Touraine sobre a modernidade, os sujeitos sociais e o Estado no

sub-contidente (Scherer-Warren, 2005). A sua teoria do *acionismo*<sup>6</sup> ganhou grande espaço nas universidades e nos grupos de pesquisa sobre os estudos dos movimentos sociais. Sob a égide do *sujeito histórico* como protagonista da ação coletiva, Touraine faz a seguinte classificação para a sua intervenção na realidade social – “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural”, pois visa sempre a “realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social” (Touraine, 1997a: 254). A sustentação da teoria do acionismo de Touraine dá-se pela seguinte caracterização:

“O movimento social apresenta-se na abordagem acionista como a ação de um grupo, um ator coletivo. Para tal é necessário que ele se defina por sua situação nas relações de produção, isto é, que situe suas reivindicações e sua oposição a um grupo adversário no interior dos problemas da sociedade industrial” (Gohn, 2002: 143).

A composição para a consolidação e identificação dos movimentos sociais para Touraine, têm que levar em consideração três aspectos da realidade: classe, nação e modernização<sup>7</sup>. Ele acredita que o conflito central das sociedades *pós-industriais* é o que conduz os sujeitos históricos na luta contra a tecnocracia e o mercado, igualando a esfera do conflito económico ao conflito cultural na modernidade (Touraine, 1998). Assim, “o movimento social é muito mais que um grupo de interesses ou instrumento de pressão política; ele põe em causa o modo de utilização social de recursos e de modelos culturais” (Touraine, 1998: 128).

Os chamados *conflitos culturais* na atual modernidade ocidental como afirma Touraine, estão inseridos no novo marco teórico das sociedades globais e dos movimentos sociais que visam uma inclusão identitária (Touraine, 2006). A difusão das idéias e da ação do sujeito histórico nos países centrais e periféricos são distintas. Por isso mesmo, Touraine busca uma teoria específica para o continente latino. Por exemplo, os movimentos sociais oriundos dos países centrais hoje erguem bandeiras ligadas à liberdade e igualdade de direitos, ou seja, são muito mais morais que propriamente económicos ou políticos (Touraine, 1998). Assim, a análise da

---

<sup>6</sup> Por Touraine (1989) a ação coletiva é um campo histórico dividido em três variáveis: o conhecimento, o modelo cultural e acumulativo. O conflito social é gerado pela dominação do campo histórico da sociedade, os sistemas políticos hierarquizados, e na confrontação de oposição dos poderes observam-se os movimentos sociais em três níveis analíticos: a historicidade, as instituições e as organizações.

<sup>7</sup> Para Chazel (1999) Touraine fez um enquadramento teórico sobre os movimentos sociais rígidos com essa tríplice colocação: “1-ação conflitual”, “2 – conduzida por “um ator de classe”, “3 – que se opõe a seu adversário de classe com vistas ao “controle do sistema de ação histórico” (Chazel, 1999:285).

Democracia, da modernização, da industrialização e da etnicidade são necessárias dentro da perspectiva de Touraine para se analisar os MIBs.

Touraine (1977b) utiliza em consonância com sua teoria, a teoria da modernização – dualização produtiva que marca os países periféricos – e a teoria da dependência para observar como os movimentos sociais surgem no contexto latino-americano. Assim, ele observou uma certa similaridade da sua análise sobre os movimentos sociais latino-americanos, e os NMSs europeu – *fragmentação da consciência de classe*, a substituição do movimento operário clássico (da centralidade das classes sociais) para a hegemonia dos NMSs (diversificados, não-lineares, reivindicações específicas, históricas e reformistas) - baseado na sua teoria tripartida: classe, nação e modernização.

Assim, a proposta de Touraine é a construção de uma teoria multidimensional para ação coletiva na América latina: “Todo movimento social é, ao mesmo tempo, movimento de classe, movimento anticapitalista, oposto à dominação estrangeira, e movimento voltado para a integração e modernização nacional.” (Touraine, 1977b). Ainda segundo o autor “falta aos movimentos unidade nas ações; eles são frágeis, heterogêneos, dilacerados internamente e tendem à fragmentação” (Gohn, 2002, p. 144) em contexto latino-americano.

Neste sentido, Alberto Melucci deu destaque à questão de *identidade coletiva* (Melucci, 1996: 68-71). A construção analítica que utiliza para observar um NMSs é dotada de uma complexidade sociológica que visa a busca da essência da ação coletiva em seu processo de produção retórica (semântica, falada e escrita) sendo composta por vários graus do sujeito coletivo: político, económico e cultural. Para Melucci, nem todo o ato de protesto – manifestações sociais e conflitos na sociedade civil envolvendo um agrupamento de pessoas – pode ser uma ação dos movimentos sociais: o desdobramento das ações coletivas é multifacetado em um processo criado pelas relações dos atores onde é criada a identidade coletiva.

Assim, as conexões de redes são as maiores demonstrações do grau de coesão e de identidade coletiva emanadas dos NMSs, criando a *solidariedade coletiva* na retórica discursiva. Os NMSs têm uma forte tendência a ser menos hierarquizados e mais horizontais, o que Melucci chama de *redes submessas* (Melucci, 1996). Apesar disso, a produção dos objectivos, das táticas e estratégias da ação coletiva, bem como a fomentação da participação dos membros do grupo é motivada pelos líderes que

possuem um papel central para a criação do espírito de mobilização (Melucci, 1996). Repara-se que a identidade coletiva para Melucci não é dada pela identidade de classe social ou pela própria adesão de indivíduos aos movimentos sociais, mas sim, é criada pelo próprio conjunto de interações, negociações, manutenção, adaptações, decisões e conflitos entre os atores pertencentes a um movimento social (Melucci, 1996:04).

Em definitivo, os movimentos sociais contemporâneos são *redes de solidariedade* (Melucci, 1996) com grande enfoque nas questões ligadas a ordens afetivas, subjetivas e culturais. Os NMSs são em suma os *profetas do presente* e formadores de novos líderes (Melucci, 2001). Portanto, acreditamos que a conceituação proposta por Boaventura de Sousa Santos é substantiva sobre os NMSs: “a novidade mais grande dos NMSs reside em que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista tal como foi definida pelo marxismo” (Santos, 2001b).

### **1.1.3. A construção do *quasi* paradigma latino-americano**

Neste sentido, compreendemos que para analisar a acção dos movimentos sociais e populares latino-americanos, os paradigmas no geral até agora apresentados mostram-se insuficientes para a compreensão dessa realidade continental. Ou seja, com uma aplicabilidade limitada para se entender os movimentos sociais dos países do “sul sociológico”, no caso específico da Bolívia.

Neste sentido, apesar do número de publicações sobre movimentos sociais na América Latina ser considerado grande, principalmente a partir da década de 70 (Gohn, 2002: 211)<sup>8</sup> as contribuições que se destacaram foram as teorias da modernização, da dependência por Cardoso e Falleto (1979) e da marginalidade por Kowarick (1985). Estas teorias ganharam uma relativa repercussão naquele momento e ao longo das décadas de 80 e 90. Partindo de seus pressupostos, a Comissão Económica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL)<sup>9</sup> continuou

---

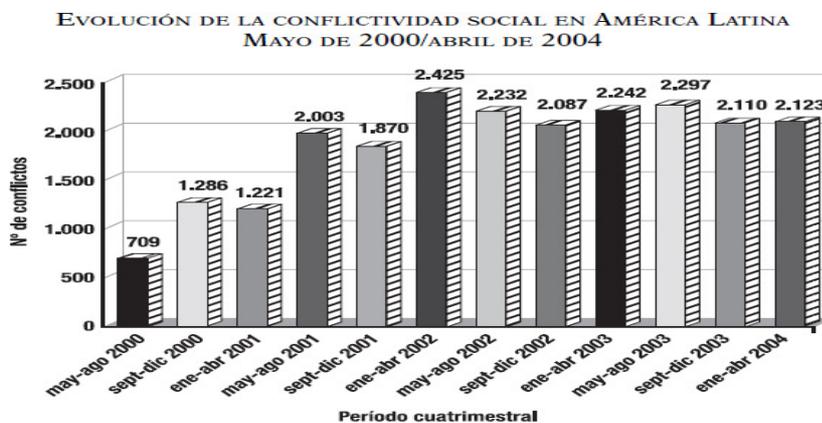
<sup>8</sup> Gohn (2002) faz uma revisão bibliográfica de inúmeros trabalhos sobre movimentos sociais a partir da década de 70, começando pela teoria da modernização, da marginalidade e dependência na América Latina.

<sup>9</sup> Ainda hoje a CEPAL encontra-se em funcionamento, sendo uma das sessões da ONU que analisa questões ligadas ao desenvolvimento económico, social e político da região. Seu trabalho é basicamente voltado para sistematização de dados demográficos, socioeconómicos de medidores da realidade quantitativa do continente. Ainda que alguns sociólogos façam produções sobre os movimentos sociais latino-americanos.

produzindo periódicos e artigos com relação à peculiaridade e ao desenvolvimento cultural, político e económico do “subcontinente”.

Neste sentido, uma das justificativas para a perpetuação da dependência das escolas latino-americanas em relação às perspectivas sociológicas americana e europeia foi a instauração das ditaduras militares em quase todos os países da região, o que dificultou os prosseguimentos dos trabalhos Domingues e Maneiro (2006). Assim, com a redemocratização dos países do continente as pesquisas sobre os movimentos sociais ganharam novo impulso. Mesmo assim, observa-se a hegemonia do paradigma americano e europeu, principalmente dos NMSs - mantendo-se a perpetuação da baixa intensidade de produção teórica sobre os movimentos sociais neste início de século XXI (Gohn, 2002; Domingues, 2007; Scherer-Warren, 1998). O Conselho Latino Americano de Ciências Sociais CLACSO<sup>10</sup> ao longo dos anos tem produzido através de seus pesquisadores alguns trabalhos acerca dos movimentos sociais latino-americanos, principalmente através do OSAL (Observatório da América Latina), a temática voltou a ganhar destaque devido ao crescimento dos conflitos na América Latina como podemos visualizar no quadro I:

Quadro I



Fonte: Elaboração do Observatório Social da América Latina (OSAL)

Em uma breve consulta no site da CLACSO sobre a temática dos movimentos sociais, aparecem disponíveis em linha, mais de 2400 publicações. Parte significativa das abordagens segue a linha de pensamento e reflexão sobre as lutas dos diversos movimentos sociais do continente com uma perspectiva matriz teórica crítica. Repare-

<sup>10</sup> É uma organização não-governamental internacional, fundada em 1967 e mantém relações consultivas formais com a UNESCO. Actualmente, totaliza 254 núcleos de investigação e ensino de graduação e pós-graduação nas ciências sociais com base em 25 países na América Latina e no Caribe, Estados Unidos e na Europa, para ver acesso: <http://www.clacso.org.ar/>

se que crítica não necessariamente quer dizer de matriz teórica marxista, mas em oposição à perspectiva neoliberal. Ou seja, nas publicações que encontramos na CLACSO existe uma variedade teórica diversificada analisadas por autores como (Mirza, 2006; Linera, 2006, 2007, 2008; Balderrama, 2001; Sader 2006; Zibechi, 2006) entre outros.

Em quase uma década, percebemos que o debate sobre os movimentos sociais começa novamente a ganhar centralidade após a estagnação do início da última década na sociologia global e também latino-americana. Sader (2006) faz uma análise resumida do cenário político e económico da América Latina no século XX e em particular seu breve desenrolar a nível de Estado, partidos e da Democracia no início da década de 90. O autor mostra como as pretensões neoliberais tornaram o novo milénio indefinido a nível das sociedades latino-americanas. A sua análise engloba os movimentos sociais do subcontinente, mas com um olhar pessimista da realidade social. Por outro lado, Seoane *et al.* (2006) dão grande ênfase ao atual estágio conflitual no âmbito latino-americano, desvendando a forma como a emergência dos movimentos étnicos teve seu ápice com as reivindicações que vão desde o reconhecimento da identidade indígena pelo Estado até a sua construção a nível de sociedade civil. Seoane *et al.* baseiam-se nas transformações das plataformas de lutas por direitos coletivos históricos dos movimentos sociais, que ocorreram no México com o zapatismo e na Bolívia com a intervenção dos movimentos sociais e populares no início do século XXI. Aderindo esta mesma visão Zibechi ressalta a centralidade dos MSLA no atual contexto (Zibechi, 2006).

Além disso, em uma óptica crítica de democracia, governos, movimentos sociais e partidos políticos latino-americanos, Atilio Boron (Boron, 2005) segue a linha da contestação da doutrina neoliberal no contexto latino-americano. A sua indagação é que o mercado tem transformado a pouca democracia no subcontinente em uma versão mais débil e ineficaz abrindo espaço para intervenção dos movimentos sociais como atores ativos neste contexto. Ou seja, os novos atores influenciam diretamente a democracia representativa, dando lugar a novos governos de “esquerda” em vários países da região, dentre estes a Bolívia e a Venezuela.

Assim, ele observa o fracasso do “projeto neoliberal” no continente, concomitante ao processo de ascensão dos MSLA neste novo milénio. Em uma perspectiva semelhante mas voltada para a ciência política, Alvarez *et all* (2005)

trabalham com a perspectiva de que o cultural e o político operam dentro dos MSLA gerando novas formas de atuações nas ações coletivas na esfera da cultura política<sup>11</sup>.

Delimitando a análise para o nosso objeto empírico, Alvaro Garcia Linera (2008) faz um debate e busca a particularidade dos movimentos sociais bolivianos em oposição à perspectiva do marxismo. A sua grande questão é que o marxismo deixa de lado a temática indígena em suas análises sobre os movimentos sociais. E que tal fato, deve-se pela complexidade das sociedades andinas porque combinam cariz tradicional e moderno em sua formação, tanto pelo ponto de vista económico, quanto pelo cultural. Portanto, segundo o autor, qualquer teoria que pretenda estudar os movimentos sociais bolivianos, devem adotar pressupostos desta diferença, e ter uma clareza sobre os aspectos do capitalismo que se desenvolveu ao longo das décadas nos países de maioria de povos indígenas como é o caso da Bolívia.

Neste sentido, outros autores contribuíram para o debate teórico sobre os movimentos sociais contemporâneos latino-americanos. Dentre eles Garreton (2002) discute como a autenticidade teórica de Touraine, apresentada mais acima, encontra-se presente no surgimento dos novos atores coletivos. Efetivamente, os potenciais destes atores coletivos têm originado novas formas de ações coletivas no contexto democrático latino-americano.

As questões das novas identidades coletivas, da globalização, das novas formas de inclusão e exclusão coletivas, bem como a consolidação dos movimentos de carácter *alterglobalista* como o Fórum Social Mundial<sup>12</sup> impactaram os suportes elementares dos paradigmas clássicos da Sociologia dos movimentos sociais. A centralidade não esta mais somente nas classes sociais (luta de classes) e muito menos no utilitarismo racionalista de Olson, mas sim na antítese da luta social no campo da cultura política<sup>13</sup>, das inovações tecnológicas de comunicação e informação (Castells, 1999) e na defesa do nacional em contraposição a muitas características da modernização. Retornando para a discussão sobre o *quasi* paradigma latino-americano, podemos proferir que não subsiste realmente um paradigma no continente, mas que o actual contexto da América Latina neste início de novo milénio apresenta todas as

---

<sup>11</sup> Se entende cultura política como os sujeitos coletivos modificando a estrutura social através da política, e não como uma política pública feita pelos governos com vista a promover um aspecto cultural local como geralmente associa-se o conceito (Alvarez et al. 2005).

<sup>12</sup> Ver Boaventura de Sousa Santos (2005b).

<sup>13</sup> Ver mais em Alvarez e *all* (2005).

circunstâncias para proporcionar aos pesquisadores as ferramentas necessárias para construir uma perspectiva autónoma e independente dos paradigmas europeu e estadunidense. Pensamos que as condições são as seguintes: 1) As universidades, os centros de pesquisa, as associações e os institutos de pesquisa estão mais consolidados hoje. Já existe uma tradição de estudos sobre os movimentos sociais (Gohn, 2002; Domingues, 2006); 2) As teorias latino-americanas devem descodificar as acções sociais protagonizadas pelos movimentos sociais, principalmente nos seus momentos de ascensão o que é o caso no actual momento; 3) Essas teorias devem ser ponderadas pela historicidade dos países aos quais os movimentos surgem e ressurgem no cenário conflitual. Ou seja, para o nosso caso específico devem ser levadas em conta - a História dos povos “originários”, o passado colonial, a industrialização tardia/parcial de alguns países do continente; 5) A particularidade dos sistemas políticos, principalmente evidenciados no período pós-colonial republicano; 6) Os impactos da globalização nas sociedades latino-americanas.

Neste sentido, o questionamento central desta tese é o seguinte: qual o lugar dos MIBs dentro da sociologia dos movimentos sociais? Qual o seu papel, a sua identidade, as principais características e perspectivas dentro da sociedade boliviana contemporânea? Para tais questões levantadas, parece intransponível a utilização da perspectiva multidimensional – Utilizaremos as teorias sociológicas que contemplem nossa caracterização e nosso objecto de estudo: “una de las características propias de América Latina es que no hay movimientos sociales puros o claramente definidos, dadas la multidimensionalidad, no solamente de las relaciones sociales sino también de los propios sentidos de la acción colectiva” (Ponte *apud* Santos, 2001b).

Portanto, a transdisciplinaridade quando for o caso, os conhecimentos ditos não-científicos (o “senso comum”) devem ser tomados em conta para analisar os MSLA. Assim, vamos utilizar as teorias já discutidas sobre os movimentos sociais ao longo do texto, juntando-as à teorização da noção de indígena que iremos tratar nos próximos tópicos, em consoante com o trabalho de campo realizado na Bolívia. Dentro deste contexto é mister que hoje exista várias formas históricas de acções colectivas (Aguilar, 2001). Iremos tipificá-la para o contexto boliviano no (quarto capítulo), assim como, buscando sempre visualizar a proposta de estudo dos MIBs, dentro das seguintes categorias: 1) A historicidade do continente como particular em relação a outras partes do globo. Analisar os MIBs dentro de uma perspectiva “pós-

colonial”; 2) A heterogeneidade dos MIBs e sua classificação temporal – à emergência do NMSs na Europa e nos Estados Unidos condizem com o surgimento dos MIBs no contexto boliviano; 3) As mudanças do capitalismo levaram à complexificação da estrutura de classes sociais e ao florescimento da identidade étnica; 3) As redes internas e externas são estabelecidas intergrupo e entre os movimentos sociais nacionais e internacionais baseados na solidariedade (cf. Anexo I), ex: Fórum social mundial; 4) Globalização – avanço das tecnologias de informação e de comunicação, mudanças nas relações de trabalho e avanço da ideologia neoliberal baseada na Democracia representativa e com pouca ênfase na Democracia participativa; 5) Identidade coletiva – ideologias, propostas, tipo de lideranças, projetos e estatutos; 7) Composição social; 8) Ambientes que estão inseridos; 9) Longevidade; 10) Tipos de ações coletivas. Assim, sem essas categorias enumeradas acima, os MIBs torna-se-a impalpáveis sociologicamente para sua compreensão como movimentos sociais.

Logo, partindo do pressuposto das categorias esboçadas anteriormente aplicando-as à Bolívia, temos que levar em consideração que não existem movimentos sociais puros ou claramente definidos no subcontinente, e isso é um fato que torna nosso objeto mais complexo, na medida em que existe uma multidimensionalidade social não só das relações sociais, mas também nos próprios sentidos da ação coletiva; por exemplo, um movimento de orientação classista pode incorporar aspectos étnicos ou de gênero o que distingue sua atuação frente a um movimento específico como os de orientação culturalista com conteúdos classistas.

Em síntese, partiremos de uma definição geral sobre NMSs que considere também os MIBs. Assim acreditamos ser correta e sistemática a caracterização de Chazel (1999) sobre o que é um movimento social: “um empreendimento coletivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não-institucionalizados” (Chazel, 1999: 285). Interessante formulação que ao nosso ver contempla os MIBs, e os movimentos sociais em geral no sentido restrito do que são NMSs. Contudo, para Castells, outro autor que também tem analisado as mudanças das ações coletivas no subcontinente, faz a seguinte conceituação:

“Ações colectivas com um determinado propósito cujo resultado tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. (...) Não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógradas. São reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação” (Castells, 2000).

## **1.2. As relações entre o Estado e a sociedade civil: As configurações históricas do Estado nação na América Latina e na Bolívia.**

### **1.2.1. O Estado “laissez faire”, o “Welfare State” e o Estado neoliberal: as suas configurações em contexto latino-americano.**

Com a revolução industrial e francesa a burguesia consolida seu projeto de poder. Neste primeiro momento, o capital tem no mercado o seu principal centro dinâmico e as principais bases para a criação das políticas económicas e sociais que são orientadas pelas instituições jurídicas que dão sustentação ao regime de acumulação global do capital. O Estado deveria somente garantir a ordem e aplicar as leis que permitissem o funcionamento da livre concorrência. Este sistema baseado no *laissez faire* é vigente durante o século XIX e início do século XX. Tal processo histórico de desenvolvimento capitalista nestes moldes foi construído somente na Europa ocidental e nos Estados Unidos onde nos finais do século XIX passa a incrementar ao capitalismo liberal - a produção de mercadorias nos moldes do taylorismo / fordismo com uma grande participação do mercado financeiro e o fortalecimento dos banqueiros a nível internacional. Em contrapartida, na América Latina a organização social tinha como modelo central o capitalismo engendrado pelas oligarquias latifundiárias. Assim, após os processos de independências<sup>14</sup> em todo o continente, as oligarquias crioulas assumiram o poder político, económico, jurídico e social. A base económica que dava sustentáculo para a dominação era a produção de produtos primários para a exportação aos centros de poder dos países do “norte” (Sader, 2006; Domingues, 2007).

Com a crise de 1929, o Estado adquiriu muito mais centralidade, dando início a uma nova fase do capitalismo. O mercado passou a ter o Estado como seu principal regulador, o que proporcionou o surgimento do chamado *Welfare State* nos países centrais do sistema global. O modelo de produção fordista complementava o sistema, impulsionava uma grande produção de mercadorias, o que deu origem a uma nova classe operária. Em contrapartida, na América Latina surge o Estado

---

<sup>14</sup> É importante ressaltar que mesmo após a independência, os países latino-americanos continuaram sofrendo os efeitos da dominação colonial - a modernização ocidental baseada na ciência e no Estado-nação – Alguns autores trabalham com a concepção conhecida como a “colonialidade do poder” (Quijano, 2000). Segundo Anibal Quijano, a elite *criolla* que comandou o processo de independência dos países latino-americanos não passava de algo em torno de 7% a 10% do conjunto da população variando esse número de acordo com os países. Isso significa que, desde o início, um determinado padrão de poder se conformou em benefício de uma minoria branca, que se afirmou contra as outras populações existentes em suas territorialidades (indígenas, camponeses e negras) (Quijano, 2000).

desenvolvimentista<sup>15</sup> que era uma tentativa distorcida de “copiar” o estado keynesiano e o Estado de bem-estar que vigorou no ocidente europeu e americano até a década de 80. Ao contrário do que se esperava, este modelo originou um Estado de mal-estar social representado na massificação do desemprego e da deterioração das condições de trabalho.

Contudo, nos países centrais foi criando-se uma nova e grande classe média. Na América Latina ocorreu uma proletarização e campesinação acelerada. No início da década dos anos 50 inicia-se a transferência e a globalização de algumas multinacionais para os países latino americanos, principalmente a indústria automobilística. Porém, muitos países ainda continuam sendo predominantemente agrários, como é o caso da Bolívia. Neste sentido, a dependência das burguesias nacionais dos países latino-americanos era subserviente aos interesses dos países centrais ou imperialistas, os governos nacionais do subcontinente baseados nos anseios de progresso, incorporavam em suas políticas a estratégia populista para manter a ordem. A essa incorporação correspondia a repressão dos sectores populares que rejeitassem a tutela estatal, ou seja a independência de organização sindical.

Por outro lado, a configuração dos Estados nacionais na América Latina, foi produto de intensas lutas sociais entre a classe operária e camponesa, e a burguesia “tosca” e totalmente dependente do capital internacional. Neste contexto, a revolução boliviana de 1952 representa um marco desses conflitos sociais.

Na década de 60, no auge da Guerra fria para conter as crescentes rebeliões em contexto latino-americano, influenciadas pelos movimentos de direitos civis americanos, e estudantis e operários na França, os Estados Unidos articulam juntamente com as elites nacionais dos países latino-americanos os golpes militares, sendo iniciado na Bolívia e Brasil em 1964. Consecutivamente, para outros países latinos em nome da “segurança continental”. Os anos de “chumbo” do período do Estado governado pelos militares foram marcados por um intenso ataque às organizações sindicais e aos movimentos sociais. Neste momento o que muitos

---

<sup>15</sup> Como afirma Domingues (2007) o Estado era baseado na industrialização e urbanização tardia e acelerada, que após a crise de dominação oligárquica, predominou na Argentina, México, Chile e Brasil a partir da década de 30. Assim, este novo modelo de Estado, Ficou marcado pelo surgimento de algumas leis trabalhistas, com um regime baseado em forte inspiração fascista, um de seus eixos para os movimentos sociais era a cooptação dos sindicatos que se fortaleciam naquele momento (Ianni, 1975). A Bolívia mistura mais uma versão de desenvolvimentismo com um forte apego ao passado oligárquico, tendo ambas as configurações políticas, económicas e sociais.

chamam de “milagre económico” dos anos 70 era na verdade uma combinação de industrialização e urbanização aceleradas e completamente atreladas aos interesses internacionais. Somava-se a esse “milagre” o “arrocho salarial” dos trabalhadores urbanos e a constante modernização do campo que completavam o modelo. A emergência do neoliberalismo com suas primeiras experiências no Chile e na Bolívia em nome da “modernização económica” vem como resposta à crise. Porém, de forma contraditória foi também neste momento que aos finais dos anos 1970, começou a ocorrer a transição para a democracia representativa (Sader, 2006; Domingues, 2007).

### **1.2.2. A formação do Estado boliviano**

A submissão dos povos “indígenas” originários foi a maior expressão da primeira modernização ocidental de dominação social - na hierarquização de culturas e na dicotomia do moderno e do atrasado – onde os indígenas eram classificados como “selvagens”. O modelo de produção mercantil baseava-se no modo de produção escravista e tinha na monocultura a sua base de produção económica. A complementação da dominação dava-se no constante disciplinamento dos povos indígenas, com a inculcação dos valores, da cultura e das normas sociais europeias e da igreja católica. No período republicano, a inovação da dominação social foi constituída pela retórica da criação do Estado-nação – mantendo-se a elite crioula na direção da condução dos interesses “nacionais”.

Porém, em 1929 a crise atingiu o país em cheio provocando um verdadeiro colapso na base económica, afetando diretamente o regime oligárquico estatal na sua relação com os “barões do estanho” que mantinham o funcionamento das instituições estatais de acordo com seus interesses político-económicos, baseados no modelo político do clientelismo<sup>16</sup> (Andrade, 2007).

Assim, como consequência direta da crise estrutural interna oriunda dos problemas económicos e de legitimação do Estado, a oligarquia boliviana, através do governo, inicia uma ofensiva militar contra o Paraguai - episódio que ficou conhecido como a Guerra do Chaco de 1932-35. O final da guerra teve um cenário desastroso: dezenas de milhares de indígenas bolivianos em sua maioria morreram no conflito. Além disso, ocorreu o aumento da dívida externa do país, e a perda definitiva da

---

<sup>16</sup> A forma de fazer políticas das oligarquias oriundas do período colonial. Com a proclamação da república ela é reformulada em os novos empresários do estanho.

região para o Paraguai. Os efeitos esperados pelo regime viraram-se contra ele, uma crescente onda de manifestações dos setores sociais foi desencadeada contra o poder do Estado oligárquico. Por outro lado, a emergência do sindicalismo mineiro, do movimento camponês e dos militares nacionalistas – o chamado “socialismo militar” liderado pelo oficial German Busch, articularam um golpe de Estado, e então assumiram o controle do governo em 1936 (Rivera, 2003, Andrade, 2007).

No período pós-guerra, o Estado passa a ter um papel de maior intervenção na economia, gerando um enfraquecimento das relações históricas com os empresários do estanho. Por outro lado, a plataforma política dos militares - o populismo – era utilizada para conter as constantes manifestações dos setores sociais (sindicais e camponeses). Mas, foi neste momento que ocorreu a primeira nacionalização (no início sem indenização) da história dos hidrocarbonetos bolivianos, a nacionalização da empresa Standart Oil acusada de ser aliada dos paraguaios na guerra. Além disso, no decorrer dos anos 30 e 40 surgiram no cenário político boliviano, alguns partidos que tiveram um papel importante na vida política do país por muitos anos. Alguns permanecem com peso político até hoje, são eles o Partido Obrero Revolucionário (POR) de origem ideológica trotskista, o Partido da Esquerda Revolucionaria de vertente estalinista (PIR), e o Movimento Nacionalista Revolucionario (MNR), partido este que terá importante papel na vida política do país, e tem na sua composição alguns dirigentes e “membros deserdados da antiga classe dominante” (Zavaleta *apud* Rivera, 2003). Os seus principais líderes são Víctor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo. Assim, o fortalecimento do MNR perante o movimento sindical e camponês, tem como base ideológica o nacionalismo progressista, tem como base o nacionalismo progressista, contudo aliado a uma posição “anticomunista”. O MNR ganha as eleições de 1951, porém a vitória eleitoral não é reconhecida pela oposição da oligarquia, estabelecendo-se uma junta militar na Bolívia.

Em 1952 explode a revolução boliviana, considerada por muitos intelectuais e militantes de esquerda, a principal revolução operária-camponesa do período pós-Segunda Guerra mundial. Uma das consequências diretas da revolução foi a universalização do voto (incorporação do campesinato à democracia representativa, tendo em vista que os indígenas não tinham direito ao voto e a circular nos locais públicos, como nas praças de La Paz), a nacionalização das minas de estanho e o início da reforma agrária que teve participação ativa do movimento camponês. Além disso,

aconteceu uma sindicalização em larga escala, tanto dos operários quanto dos camponeses. A destruição do exército convencional que foi substituído pelas chamadas milícias armadas operárias e camponesas, organizadas através da Central Obrera Boliviana (COB). A crise do Estado, estava basicamente na sua divisão de poder com a COB - o duplo poder após a revolução entre o Estado e a COB ou em um co-governo entre MNR-COB (Andrade, 2007; Rivera, 2003).

Assim, o MNR via com “maus olhos” a relativa autonomia que a COB e o movimento camponês tinham ganhado no período pós-revolução. As divergências entre a COB que passava a ter mais influência do POR, inaugurava as novas formas de conflitos de poder, que ficaram mais abertas quando Paz Estenssoro Presidente, do MNR, cria a chamada estabilização monetária com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta posição do governo gerou grande oposição da COB, assim, após 15 anos de controle estatal do petróleo, o governo cria um novo código de exploração do petróleo boliviano e abre novamente a exploração para as empresas internacionais.

Para conter a oposição da COB ao governo, o MNR tinha em seu quadro, um dos principais dirigentes sindicais da história da Bolívia Juan Claudio Lechín. Isto proporcionava uma relativa estabilidade governamental para Estenssoro. O governo do MNR terminou com o golpe militar de 1964, que foi liderado pelo general Barrientos, e apoiado pelos Estados Unidos. Neste momento, inicia-se uma grande repressão aos sindicatos mineiros de sustentação da COB. Em contrapartida, Barrientos procurava uma aproximação com o movimento camponês, instaurando-se assim, o famoso Pacto Militar-Camponês (PMC) (Rivera, 2003). Mas, após a morte súbita de Barrientos em 1969, abria-se um período de instabilidade entre os militares e em 1970 assume o poder o general Juan José Torres que procurou uma reaproximação do governo com a COB e a ex-URSS. Além disso, nacionalizou a Gulf Oil Company, uma empresa de exploração petrolífera americana. Porém, como resposta, os Estados Unidos articularam através de Santa Cruz um novo golpe de Estado, tendo o General Hugo Banzer a frente. Após a instalação da ditadura de Banzer, que governou o país com “mão de ferro” e aproveitando-se do grande fluxo de capital internacional para manter alguns setores sobre seu domínio, manteve-se por um período longo no poder. Na tentativa de sufocar as oposições perseguiu o movimento sindical e popular boliviano. Neste período, abria-se espaço para as reflexões sobre as novas práticas de lutas

sociais inspiradas no indigenismo radical, em detrimento do movimento sindical clássico (Andrade, 2007).

Em suma, a luta pela redemocratização do país, concebeu no centro da resistência popular boliviana novos *sujeitos sociais* (Touraine, 1997b) que são reações sociais do período pós-revolução de 52 e pós-ditadura de 1982. A Bolívia, assim como os outros países da América Latina, viveram uma grave crise económica e política. A indústria de mineração esteve em colapso total, e o país teve uma das inflações mais altas do mundo. Por outro lado, a COB exigiu aumentos de salários sem ter respostas do governo, o que levou o governo a antecipar as eleições para 1985 (Zucco, 2008; Andrade, 2007). Em 1985 foi finalmente instituída na Bolívia uma Democracia de “pactos sociais”, que era baseada na cooperação entre os partidos políticos, movimentos sociais e o governo (Camacho, 2001; Domingues, 2007).

### **1.2.3 Etnicidade, classes sociais e Estado-nação como fenómenos *stricto sensu***

No período colonial boliviano a postura dos colonizadores espanhóis tinha como único objectivo – colonizar, dominar, subordinar, submeter todo o modo de existência social dos povos originários. A dicotomia encerrava-se entre os europeus “civilizados” e os “índios” como incivilizados. O eurocentrismo presente nas relações coloniais, era ditado pelas formas de domínio colonial – na política, na economia, na cultura e no “imaginário” dos indígenas (Quijano, 2005). No século XVIII a criação do Estado como nova forma de controlo social coletivo veio substituir a velha estrutura colonial, mas ainda, mantendo longe das estruturas de poder as populações originárias que eram consideradas “inferiores” e incapacitadas (Quijano, 2005).

Desse modo, com a independência e a instauração da república pelas elites crioulas (brancos de origem espanhola ou mestiça) ou os *mestizo-criollos*, instaurou-se um período marcado pela questão da forma de posicionamento e de assimilação dos indígenas ao novo Estado-nação.

“El asimilacionismo cultural es la política que se ha procurado sostener desde el Estado, por medio del sistema institucionalizado de educación pública. La estrategia, por lo tanto, ha consistido y consiste en una asimilación de los indios en la cultura de los dominadores, que suele ser también mentada como la “cultura nacional”, mediante la educación escolar formal, sobre todo, pero también por el trabajo de instituciones religiosas y militares” (Quijano, 2005)

Em contrapartida, a “aculturação” e a “europeização” já vinha sendo estabelecida desde os primórdios coloniais. A breve solução encontrada foi a

incorporação linear das culturas indígenas na concepção da modernização capitalista - os costumes milenares indígenas, a linguagem, a “cosmovisão” foram abafados – baseados numa ideologia de Estado que reivindicava a constante “mestiçagem” como solução para a problemática do Estado-nação.

A crise oligárquica teve seu apogeu no populismo dos anos 30, que tentava dar uma nova roupagem à figura do Estado-nação boliviano: trata-se de uma resposta a crise de dominação oligárquica instituída na Bolívia. Assim, no período populista o Estado passa a fazer mais intervenções na justiça, e nos assuntos sociais. Por outro lado, a discussão étnica é totalmente esvaziada tanto pela classe dominante quanto pelo jovem movimento sindical e também camponês. Ou seja, se por um lado a burguesia boliviana era débil, entreguista e esquizofrênica, por outro lado, a classe operária ainda encontrava-se em fase de “amadurecimento” onde não se observava a passagem da “classe em si” à “classe para si” (Marx, 2003), fenômeno que ocorreu também com o movimento campesino. Apesar disso, os camponeses desde o início do período republicano, acumularam maiores experiências na resistência colonial – lutas contra os métodos de dominação oligárquica que permitiu maior elaboração interventiva na revolução de 1952, mas com uma aliança de classes com o operariado.

Neste sentido, a discussão sobre a plurinacionalidade na Bolívia é oposta à concepção de Estado-nação: o Estado era o principal arquiteto da prática da homogeneização cultural (Regalsky, 2005). Portanto, mesmo com a revolução de 52 a discussão da questão étnica é relegada aos povos indígenas, e a plurinacionalidade na Bolívia é negada e não prioritária, inclusive para o “novo” Estado-nação que se configurou com o apoio do movimento sindical e camponês. Neste sentido, do ponto de vista cultural e étnico, não houve avanços significativos em relação ao passado oligárquico e racista herdado do período colonial - a questão da opressão dos indígenas.

Segundo Albó (2002) a problemática étnica parecia ser negativa do ponto de vista ético, tanto pelos partidos de esquerda, quanto pelos partidos de direita. Estes partidos recusavam-se a utilizar o termo “indígenas” para os povos originários, atribuindo-lhes a palavra “camponeses”. Ou seja, seguiam a concepção segundo a qual o apelativo de “indígena” era somente para os camponeses da “selva” buscando a todo momento aniquilar do imaginário camponês e indígena o seu passado étnico originário.

Em definitiva, a função do conceito de camponês tem um carácter de classe social ligado à posição económica dos indígenas nos moldes de produção do sistema capitalista. Esta agregação valorativa foi construída no período anterior à revolução de 52 pelo movimento operário (Rivera, 2003; Paco, 2007) e reafirmada pelo Estado que via na palavra “indígena” um tabú para o vocabulário oficial, pois considerava-o um termo discriminador, vigorando assim a concepção de que a Bolívia é um Estado “mestiço” (Albó, 2008).

Assim, a noção de indígena é formada por um contexto de dominação colonial, perpetuada negativamente pelos revolucionários, que não se preocupavam em realmente buscar as origens históricas para discriminar negativamente.

Para mi es ser discriminado. El indio es el colonizado. Y en este sentido todos somos indios. Todos somos indios porque todos estamos sometidos a unas jerarquías coloniales que comenzaron en Europa. Nadie es europeo, todos somos indios. Porque somos discriminados, porque somos disminuidos, empequeñecidos. Para mí el indio es el colonizado y es el oprimido, entonces, esa es la definición que tengo del indio. Por lo tanto debria praticamente dejarse de ser indio, volverse gente (Entrevista a Sílvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

Quando trabalhamos com a concepção de Estado-nação, estamos nos referindo a vários aspectos da realidade social de um país – o território, a cultura, a economia e a política. Souza (1995) afirma que o Estado é uma construção sócio-espacial delimitada por e a partir de relações de poder estabelecidas dentro da sociedade. Na Bolívia, a tensão entre o discurso e as práticas homogeneizadoras baseadas no “monolítico” estatal é oposta à perspectiva heterogeneizadora figurada na pluralidade jurídica, económica, social e cultural.

A relação tensa entre a permanência de um cenário imaginário colonial, e uma perspectiva pós-colonial foi conflitual até mesmo nos momentos onde parecia que o controle da sociedade estava nas mãos do “povo”. A questão da etnicidade, das classes sociais e do Estado está ligada ao ressurgimento reivindicativo da noção de indígena, e dentro das lógicas de ações coletivas criadas pelo movimento campesino-indígena em seu conjunto de repertórios ao longo do seu desenvolvimento com o Estado-nação.

Por outro lado, nos finais da década de 60 o movimento camponês começa a ser repensado por uma vanguarda dos “Aymaras<sup>17</sup> rurais e urbanos que chamou por reconhecimento do direito à diferença cultural, à educação bilingue e à inclusão

---

<sup>17</sup> A Bolívia é um país que conjuga em seu território trinta e seis nacionalidades indígenas diferentes. Os Aymaras e os Quechuas são as maiores populações da Bolívia, concentrando em todo o território boliviano, mas sendo maioria absoluta na parte andina do país, composta pelos Estados de La Paz, Cochabamba, Potosí, Oruro e a capital simbólica do país, Sucre.

política” (Postero, 2005: 62). Assim, buscava-se a autonomia perdida do movimento camponês que estava atrelado ao Estado através do PMC. Ao mesmo tempo, o objectivo era trazer para o repertório de ação do movimento camponês- a questão étnica que fora renegada aos povos originários. Dessa desconformidade política, ideológica, étnica e social surge o Movimento Indígena Katarista (MIK) (Rivera, 2003; Paco, 2007)<sup>18</sup> com duas vertentes ideológicas distintas: os kataristas e os indianistas. Os kataristas tinham uma tendência mais voltada para o movimento sindical camponês, e os indianistas, uma vocação para a intervenção política. Ou seja, os Kataristas “questionam o Estado pelo reconhecimento da Bolívia como um país pluri-multicultural [...] com a necessidade de reformar o Estado”, e os “indianistas, reivindicam a autodeterminação das nações originárias como única solução real de convivência da pluri-multiculturalidade” (Paco, 2007: 40). Assim, o despertar das raízes indígenas dentro de um cenário conflitual pela lógica do Estado-nação em um período ditatorial, somado ao passado colonial e à transformação dos “indígenas” em “camponeses” no período pós revolução de 1952, fez com que ocorresse o que Silvia Rivera chamou de “recuperação da memória larga” (Rivera, 2003).

No manifesto de Tiwanaku de 1973, o movimento Katarista aponta para uma renovação do sindicalismo indígena, a necessidade de uma nova organização política que represente os interesses independentes dos povos indígenas, o repúdio ao PMC. Além disso, o MIK fez uma menção de orgulho das lutas anticoloniais e denunciava sistemática a opressão económica e cultural dos povos indígenas (Rivera, 2003; Postero, 2005). Existia uma posição de discordância interna no movimento, quanto à estratégia para a obtenção do poder para os povos indígenas, surgindo assim dois partidos diferentes - o Movimento Revolucionário Tupaq Katari (MRTK) tendo na sua frente Jenaro Flores, líder sindical campesino da revolução de 52 e Vítor Hugo Cárdenas, futuro vice-presidente no início da década de 90. Por outro lado, o Movimento Índio Tupaq Katari (MITKA) com um viés mais “indianista” e de separação do movimento indígena com o sindicalismo camponês (Rivera, 2003; Albó, 2008).

Portanto, devido ao crescimento e a inserção do MIBs nas comunidades rurais e nos centros urbanos é criada a CSUTCB, que desde sua fundação tem o MRTK presente na nova central sindical campesino-indígena. Em algumas das teses de

---

<sup>18</sup> Albó (2002) afirma que o nome do movimento tem inspiração ao líder aymara Tupaj Katari, que organizou a resistência no período colonial entre 1780-1781.

fundação da CSUTCB estão presentes em regime estatutário a unidade de ação com o restante conjunto do movimento sindical boliviano – “analisar a realidade com os olhos: como campesinos, junto com toda a classe explorada, e como aymaras, quechuas, etc...junto com todas as nações oprimidas do país” (Albó, 2008: 39). Em 1983, o congresso da CSUTCB aprovou mais teses políticas que visavam buscar o poder para os povos originários deixando claro que a questão da plurinacionalidade é fundamental em sua vida política:

“Não queremos reformas parciais, queremos uma liberação definitiva e a construção de uma sociedade plurinacional, que mantenha a unidade do Estado, e combine desenvolvimento com a diversidade das nações. Não pode haver uma verdadeira liberação se não se respeita a diversidade plurinacional do nosso país” (Albó, 2008: 40).

A ascensão da CSUTCB e de outras entidades da sociedade civil boliviana, dentre elas as organizações não governamentais (ONGs), ganham novos espaços com os indígenas originários. Em 1982 é criada a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), que organizava e coordenava os povos indígenas das terras baixas (Albó, 2008)<sup>19</sup>. Assim, somente em 1990 a CIDOB começa a ganhar visibilidade a nível nacional com a “marcha pelo território e a dignidade” neste mesmo ano, que tem a adesão da CSUTCB. O objetivo da marcha era que o Estado através do governo de Paz Estenssoro promulgasse o direito à terra de vários povos indígenas de Beni<sup>20</sup>(Regalsky, 2005). Por outro lado, o surgimento das ONGs em território boliviano foi observado de forma distinta pelos intelectuais bolivianos e também estrangeiros. Alguns intelectuais qualificam esse *boom* das ONGs como “uma consequência direta da ausência do Estado” (Ardaya *apud* Regalsky, 2005). Outros trabalham com uma linha de investigação de que o processo de “ONGização”, seja uma tentativa de reaproveitar a proposta deixada pelo katarismo, que consiste na idéia de um Estado plurinacional das nações indígenas e para os indígenas, e que se trata “da esquerda mestiça de origem social branca” que procura novamente situar-se politicamente e voltar a dirigir as reivindicações dos povos indígenas, se apropriando do discurso do Estado plurinacional e multilingue (Paco, 2007).

---

<sup>19</sup> A Bolívia é dividida geograficamente em três grandes partes: a andina, a amazônica e a região do Chaco ao Sul do país. Estas duas últimas regiões até esse momento não participavam de forma expressiva nas organizações sindicais campesinas e obreiras da região andina, e não tinham uma organização campesino-indígena nas terras baixas. Segundo Felix Paco (2007) a revolução de 1952 não beneficiou em nada os povos indígenas das terras baixas, e para as direções deste processo os povos indígenas daquela região eram considerados “selvagens em processo de extinção” (Paco, 2007: 27).

<sup>20</sup> Beni é um Estado que faz parte da região das terras baixas do oriente boliviano.

Além disso, Felix Paco afirma que grande parte das ONGs tem ligações com a igreja católica e com organismos internacionais como a ONU, o FMI, o BIRD e a OIT que “a fim de desenvolver políticas ambientalistas e junto com elas, abordam a temática indígena” (Paco, 2007: 60). Por outro lado, apesar de uma certa diabolização das ONGs para um conjunto de intelectuais e de organizações sindicais indígenas, Regalsky (2005) afirma “que nem todas as ONGs se limitam a chamar a designio da cooperação internacional e as vezes questionam o assistencialismo” (Regalsky, 2005: 114).

Bueno las ONGs son espacios de reciclaje político y económico de las elites de clase media, de la ex-izquierda, o sea, con la caída del muro de Berlín y con la crisis de la izquierda, por un buen tiempo había la falta de un lugar. O sea la izquierda por un buen tiempo dejó de tener un lugar válido en la sociedad, fracasó, y las ONGs se volvieron un refugio de esta izquierda fracasada, donde mantuvieron, por un lado, un espacio laboral, y por otro lado un espacio de influjo político. Tanto las universidades como las ONGs se volvieron un refugio del fracaso político de la izquierda. Y bueno el resultado es que no le ha dado otra chance de cuestionarse, o sea, la izquierda no ha tenido la oportunidad de poner en duda sus propias premisas. Y por lo tanto no ha llevado a una autocrítica, simplemente ha habido una continuidad de sus mismas lógicas, a través de las ONGs (Entrevista a Sílvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

Assim, a discussão sobre a noção de indígena significa a retomada discursiva e objetiva no conjunto de repertórios da ação coletiva dos MIBs, com relação ao seu passado cultural étnico, e seu modo de organização social. Na Bolívia, com o fracasso da revolução de 1952 e com o PMC, ocorre um processo de “imposição” aos partidos de esquerda e uma repulsa ao sindicalismo campesino clássico. Além disso, a noção de exploração não fica somente atrelada ao âmbito das classes sociais (estritamente económico), mas também a opressão étnica (Paco, 2007).

Contudo, no contexto latino-americano e mais especificamente nos países da região andina, Silvia Maeso (2006) trabalha a noção de identidade indígena. Segundo ela, esta noção nasce dentro de um contexto de oposição à noção de modernização horizontal promovida pelas elites políticas dirigentes do processo de criação do Estado-nação, como principal instituição de representação coletiva e dos interesses das comunidades indígenas. Assim, as reivindicações dos MIBs para uma gestão político-administrativa a nível de Estado-nação, visam o reconhecimento da *diversidade cultural* existente nos países latino-americano. Ou seja, a partir da crítica do Estado-nação, Silvia Maeso progride no sentido de que a noção de indígena está ligada ao nascimento político inaugurado através do reconhecimento de suas próprias culturas, consecutivamente a *re-definição* do papel do Estado nacional (Maeso, 2006: 2-3).

JMP: Yo soy Aymara. Tenemos orgullo de ser aymaras, primero porque los aymaras y quechuas tenemos historia, cosa que algunas de las otras lenguas o algunos de los hermanos no las tienen. Los Aymaras hemos peleado. Por eso que recopilamos esta historia de nuestros abuelos, de nuestros antepasados. Porque decimos que la historia nos ha enseñado. Olvidar a nuestros antepasados es enterarnos a nosotros mismos. Y somos conscientes de que la tenemos que valorar, la tenemos que llevar con nosotros y pelear, de forma consciente, no para nosotros, sino para los que vienen, para nuestros nietos, para nuestros bisnietos. (Entrevista a Juan Marco Pomba, Secretario Ejecutivo de la Federación Departamental de los Trabajadores Campesinos de la Paz, Tupaj Katari, Beni, día 20 de março de 2009).

No terceiro capítulo aprofundaremos mais o debate em torno da noção de indígena e de sua construção histórica *subalterna*, onde foram submetidos a uma hierarquização cultural de inferioridade étnica, social e política (Maeso, 2008). Assim, o ressurgimento da questão da identidade étnica é uma contra-ofensiva ao processo de assimilação dos indígenas, tanto ao Estado-nação governado pela elite crioula – propagação da modernização do campo e da cidade dentro de uma lógica empresarial, quanto pelo marxismo que via na proletarianização das cidades e do campo uma possível ascensão revolucionária (Trejo, 2006).

### **1.3. Globalização, Estado e sociedades latino-americanas**

#### **1.3.1. A globalização como fenómeno *sine qua non***

O termo globalização vem sendo sistematicamente discutido nas universidades, nos centros de pesquisas, e nas instituições governamentais e não governamentais. As mudanças significativas que este fenómeno vem causando nas sociedades globais são notáveis (Castells, 1999). Podemos destacar algumas características importantes que Castells considera nos finais do século XX sobre este fenómeno que é – a revolução das tecnologias de informação e comunicação; o surgimento de novos movimentos sociais e a mudança no modelo de regulação do Estado-nação. Porém, Castells não é o único autor a trabalhar com essa concepção de globalização. David Harvey (1992) afirma que a globalização económica, cultural e política disponibilizou imagens e identidades, intensificando a comunicação em todo o planeta – é outro elemento a ser considerado nessa nova configuração social – a compressão entre o Tempo e o Espaço.

Assim, existe diferentes classificações e clarificações sobre este fenómeno, alguns autores ousaram dizer que as ações coletivas tenderiam a desaparecer e que já estava certo o destino das sociedades globais - a essa lógica a atuação dos movimentos

sociais é irrelevante por si só, não tem qualquer chance de modificar a realidade, ou parte da realidade social quanto mais os Estados modernizados com a globalização neoliberal – a teoria do pensamento único que foi fortemente impulsionada com a derrocada do “socialismo real” no pós queda do Muro de Berlim. Sua base programática foi arquitetada no Consenso de Washington, teorizada por alguns sociólogos e economistas neoconservadores. Este fórum sugeriu que com a hegemonia dos mercados a humanidade caminhava para *o fim da história* conforme afirma Francis Fukuyama (Anderson, 1992).

Contudo, existem diferenças de impacto da globalização na Europa, nos EUA, na Ásia e nos países latino-americanos. De fato a constante desindustrialização nos países centrais continua a ocorrer em traços largos, mas o mesmo não ocorre com tanta velocidade nos países latino-americanos por exemplo. Durante a década de 80 e 90 ocorre uma invasão das transnacionais e do capital financeiro nos países latino-americanos, pois com o início das reformas estatais – Os Estados passaram a ter menos força de intervenção na economia, e a gerência de grandes empresas estatais foi quebrada com o processo de privatizações. As reformas nas leis trabalhistas, da previdência social e solidária entre o conjunto dos trabalhadores foram feitas em um leque considerado de países latinos, onde a maior autonomia do mercado financeiro, foi visível e implementada através dos bancos e dos investidores estrangeiros com seus fluxos de capitais voláteis e especulativos<sup>21</sup>, fenómeno idêntico a nível global.

Conclusão, o neoliberalismo significa a mudança de regimes democráticos que eram baseados no papel político, económico e social do Estado. Estas atribuições sociais passaram a ser gerenciadas significativamente pelo mercado. Em suma, com o avanço das políticas neoliberais, a acumulação de capitais dá-se de forma mais ortodoxa. Porém, com um aparelho produtivo mais complexo, diversificado em sua estrutura e que liga a discussão acerca de capital produtivo, especulativo das agências de regulamentações, da descentralização do poder estatal e a importância das sociedades de mercado com o aprofundamento da *globalização hegemónica* (Santos, 2001a).

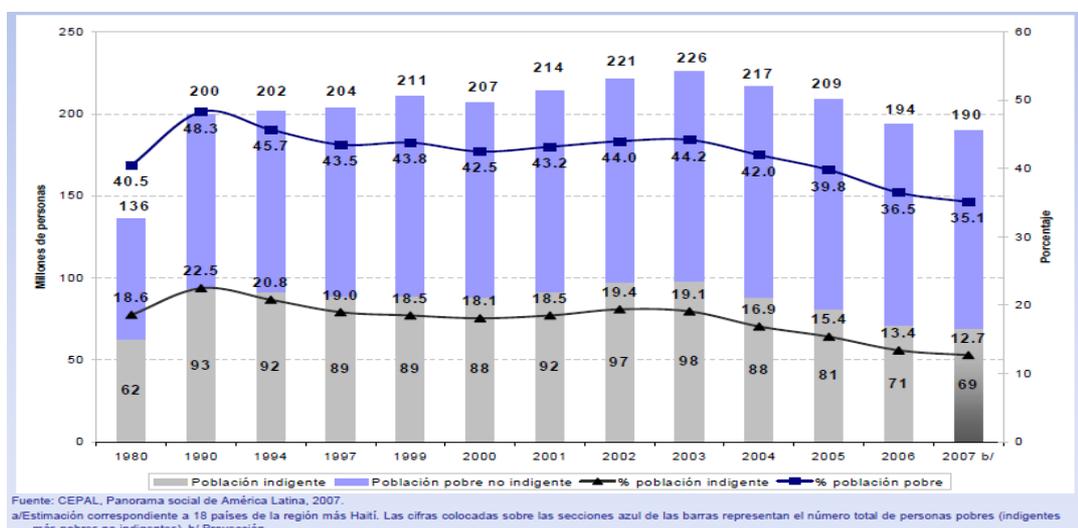
---

<sup>21</sup> Tal concepção de mercado livre e auto-regulador da economia, baseado no capital fictício das bolsas de valores, levou a outra grande crise do capitalismo no ano de 2009.

### 1.3.2. Alguns impactos da globalização sobre a América Latina e a Bolívia

O novo projeto neoliberal foi baseado nas receitas políticas e económicas do economista americano Milton Friedman em seu livro *Capitalismo e Liberdade* que consistia em sua base o - ataque à inflação, a chamada "estabilidade monetária". Na Europa, a outra vertente analítica do neoliberalismo foi manifestada na obra de Hayek intitulada *O caminho da servidão*. Estas concepções, foram teorias hegemónicas durante as três últimas décadas do século XX nos países centrais da elite económica, e consecutivamente assimiladas pelos governos latino-americanos tendo seu ápice na década de 90. Assim, a aplicação deste modelo de desenvolvimento significou em duas décadas um aumento nas condições de miséria e exclusão em todas as sociedades da América Latina (Sader, 2006), “ (...) la evidencia histórica ofrece un veredicto no menos contundente. Lejos de ser portadoras del progreso social, las políticas neoliberales precipitaron un holocausto social sin precedentes en la historia de América Latina” (Boron, 2003, p. 28). O quadro abaixo mostra bem o *holocausto social* ao qual foram submetidos os povos latinos de acordo com as receitas propostas por Friedman:

Quadro I (Panorama social latino-americano)



A chamada "trama neoliberal" proposta por Perry Anderson *et al.* (Anderson *et al.*, 2003) alterou todo o funcionamento dos Estados, inclusive a mudança programática da maioria dos partidos de esquerda que capitularam essa guinada. Por outro lado, também teve impacto nos NMSs. Neste sentido, nos países latino-americanos ocorre uma polarização paradoxal notável, como é o caso da Bolívia - a pressão dos MIBs era tanta, que o governo na esfera económica adota o neoliberalismo como saída para a

crise do Estado, mesmo tendo como consequência, a perda de soberania através da desregulação do Estado (Sader, 2006). Por outro lado, incluíram na sua agenda o discurso *multiculturalista*<sup>22</sup>. Aqui temos o auge das produções de identidades étnicas, tendo o combate a exclusão racial indígena como ponto de partida.

Como afirmámos anteriormente, na Bolívia o neoliberalismo teve início em 1985 com o governo do MNR de Paz Estenssoro, que em 1986 através do Decreto 21060 deu início ao processo de privatização das minas, das telecomunicações, do transporte aéreo e ferroviário, da água, da electricidade, do petróleo e do gás causando uma recessão económica e o aumento do desemprego (Andrade, 2007). Em nome do combate à inflação astronómica que assolava a Bolívia, Estenssoro lança o plano que ficou conhecido como "efeito shock". Este programa teve um alto custo social, debilitou mais os serviços públicos que já eram precários (Albó, 2008).

Conclusão, é neste contexto que o discurso étnico ganha mais força, e paralelamente a este processo, a pauperização crescente entre os indígenas da cidade e do campo. Por outro lado, observa-se uma ascensão da economia cocaleira, devido à crise de emprego gerada pelo fechamento de algumas minas de exploração do estanho. Alguns sindicalistas que estavam nos centros urbanos, voltaram para o campo e transmitiram suas experiências para o sindicalismo cocaleiro.

### **1.3.3. Os movimentos indígenas bolivianos em tempos de globalização**

A Globalização é assim, um fenómeno multifacetado onde são interligadas, de modo complexo, as mais diversas dimensões da realidade social, nomeadamente económicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e jurídicas. Em bom rigor, não existe apenas uma Globalização (singular, hegemónica, dominante), mas sim globalizações (Santos, 2001a). A nova ideologia neoliberal para alguns seria um novo espírito do capitalismo, porém “as definições mínimas do capitalismo como: exigência de acumulação ilimitada, a transformação permanente do capital perpetua-se com o sentido de se acumular mais riqueza e isso é o que importa” como afirmam Boltanski e

---

<sup>22</sup> Por coincidência ou não, recursos necessários para sua sobrevivência e contempla o reconhecimento do direito ao uso da língua e a uma educação que valorize sua cultura (Regalsky, 2005). Em 1989 ocorreu a convenção da OIT, que reconhece o direito indígena ao território – refere-se ao *habitat* original dos povos indígenas.

Chiapello (2001). Assim, “a disjunção entre actor e sistema, a integração social e a economia, está a provocar o desenvolvimento de uma nova sensibilidade no seio dos movimentos sociais, o que pode ser identificado como uma justaposição - em vez de combinação – de intensificar corporativismo e radicalismo de extrema-esquerda” (Dubet, 2004: 704).

“Extrema-esquerda” aqui, pode ser integrada ao aumento considerável de manifestações durante toda a década de 90 produzidas pelos movimentos *antiglobalização*, tendo seu ascenso no início do século XXI. Os MIBs não têm uma organização política que segue os moldes do marxismo “ortodoxo” herdadas do leninismo-trotskismo, nem tão pouco anarquista. O discurso de classes sociais (económicas, política e social) como frisamos anteriormente foi substituído ou secundarizado pelo discurso étnico originário.

Neste sentido, a globalização passa ser utilizada pelos NMSs como forma de organizar uma resistência a nível global. Os NMSs que incluem em seu repertório o não-alinhamento à perspectiva neoliberal como é o caso dos MIBs - apesar de sua particularidade reivindicativa ser essencialmente de nível nacional, tem impactos na ordem hegemónica global por exemplo com MIBs dos outros países andinos e amazônicos. Neste sentido, os MIBs propõem alternativas programáticas e de ordem jurídica para o Estado, a sociedade civil (Autonomias administrativas, jurídicas e políticas para os povos originários, bem como o poder da terra). Portanto, como afirma Santos:

“Designo por globalização contra-hegemónica o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências económicas, sociais e políticas da globalização hegemónica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a estas subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas”. (Santos, 2005a:07).

Assim, os MIBs buscam uma alternativa à globalização neoliberal. Apesar do Estado boliviano em 1994 ter iniciado uma discussão em torno da plurinacionalidade na legislação constitucional (Lucas, 2006). Por outro lado, este mesmo Estado profetizava o fim da história através da *globalização hegemónica*. Assim, uma possível inovação dos MIBs, encerra-se no sentido de que a sua organização tem características próprias de coordenação a nível nacional, a ampliação das suas *redes submessas* (Melucci, 1996) proporciona uma maior interação e velocidade de atuação, o redirecionamento das suas reivindicações materiais como a obtenção do poder (terra, coca), e da mudança do sistema educacional de ensino. Além disso, as novas formas de organizar sua

intervenção na realidade boliviana através das centrais sindicais campesinas, tem um carácter particular no sentido de suas articulações com outras centrais campesinas tradicionais - as manifestações, os textos políticos e sobretudo no que diz respeito a manifestações simbólicas, como por exemplo a Marcha pela Dignidade e o Território de 1990, desencadeada de forma “pacífica”. No mundo onde as novas tecnologias são cada vez mais indispensáveis os MIBs utilizam a internet para divulgação de suas ideias e propostas, formando os chamados *circuitos de solidariedade* (Melucci, 1996) entre as entidades que tem em comum a oposição ao modelo de mercado para o Estado.

Conclusão, os MIBs seriam o que Touraine caracteriza como movimento *antiglobalização* ou *altermundialista* os chamados *movimentos culturais* - aqui associado ao movimento katarista da década de 80. Hoje, os MIBs têm um carácter de “movimento histórico”, pois colocam o sistema estatal boliviano em questão, quanto às suas reivindicações, ainda que hegemonicamente, permaneçam ancorados ao nível local e nacional (Touraine, 2006).

“Resistência ao que é chamado de globalização económica e cultural – Estou me referindo a esses movimentos sociais na defesa das culturas e das identidades, da renovação do imaginário revolucionário, novas aspirações de democracia e novas formas de populismo e fundamentalismo – constitui, sem dúvida alguma de hoje, os mais importantes fenómenos sociais elegíveis. Mas a globalização é muito mais do que um desafio externo com especial sociedades, que afeta diretamente a vida social em si e dos atores identidades” (Dubet, 2004: 709).

Em definitivo, quando tratamos das relações entre o Estado e a sociedade civil respectivamente no ponto de encontro com os MIBs na era da globalização da Bolívia, no início da década de 90 até início do século XXI, temos que considerar a utilização do multiculturalismo para “freiar” a ascensão contra-hegemónica dos MIBs no seu sentido étnico:

“Para o Estado dominante o reconhecer as diversas culturas não significa reconhecer sua autodeterminação, nem muito menos brindar a possibilidade de formar outras nações dentro de uma nação. A política do multiculturalismo significa abandonar os métodos frontais de assimilacionismo, pregando políticas mais tolerantes e pluralistas, estimulam que outras culturas mantenham diversos aspectos da sua herança étnica, mas acabam pertencendo a nação dominante” (Paco, 2007: 134).



## Capítulo 2: Hipóteses de trabalho e orientação metodológica

### 2.1. Hipóteses de trabalho

#### 2.1.1. Hipóteses gerais

A nossa hipótese central é: na actual fase da modernidade latino-americana, que se encontra dentro do processo de globalização neoliberal em crise, surgiram na Bolívia novos fatores estruturantes nas concepções de Estado-nação, da política, da economia, da cultura e na dinâmica dos MIBs no início do século XXI. As mudanças significativas que também ocorreram no contexto boliviano foram fundamentais para a reorientação dos MIBs no sentido de sua ação coletiva, gerando no país uma situação quase insurreccional e que foram direcionadas para as eleições de 2005.

Por outro lado, a vitória de Evo Morales alterou mais uma vez a ação coletiva dos MIBs que se tornou mais “moderada” e voltada especificamente para a criação de uma democracia mais plural e participativa. Além disso, os MIBs têm assumido um carácter inovador no sentido da sua intervenção e organização (social, política e cultural) devido às suas necessidades históricas, e a crise da intervenção política baseada na concepção de classes sociais.

Neste sentido, a desregulamentação estatal, o enfraquecimento do movimento sindical clássico (COB) numa soma de “rancor”, “ressentimento” e de grande opressão racial por parte do Estado controlado pelas elites, propiciaram o ressurgimento de novos sujeitos políticos. Assim, estes fatores geraram inovações ao nível das *identidades sociais* (étnicas) e das suas redes internas e externas dos MIBs, refletindo diretamente na atual configuração do Governo e do Estado boliviano com a nova Constituição de Estado promulgada em 2009.

#### 2.1.2. Hipóteses específicas

a) Os MIBs se mostraram durante o seu *ciclo de ações coletivas* (Tarrow, 2004) como não revolucionários, no sentido marxista do termo (Marx, 2003), e enquadram-se hoje dentro do paradigma dos NMSs, com características peculiares nas suas contestações políticas, económicas e culturais contra o neoliberalismo.

b) Diferentemente dos movimentos sociais clássicos, como o movimento sindical, e os NMSs de orientações culturais, como os movimentos feministas e movimentos negros, a construção do *repertório das ações coletivas* dos MIBs, associa a

questão dos recursos naturais (materiais) como parte integral das culturas indígena dos povos originários herdadas dos seus ancestrais.

c) Fazer tipificações das ações coletivas no marco da sociologia dos movimentos sociais é complexo em geral, mas esta complexidade aumenta qualitativamente quando os movimentos sociais estudados surgem em conjunturas heterogêneas e conflituais como é o caso das sociedades latino-americanas.

d) Os MIBs sofreram com o decorrer das décadas uma constante metamorfose – da sua estrutura orgânica, política, social e cultural. Ou seja, renovou-se de acordo com o contexto histórico político que estava submetido, sendo assim, os MIBs são NMSs, novíssimos movimentos sociais, e defendem simultaneamente o ideal de antiglobalização neoliberal.

## **2.2. Orientação metodológica**

### **2.2.1. Literatura científica**

A construção teórica e empírica do nosso objeto de estudo tem como base a literatura sociológica e antropológica dos MIBs. Esta literatura, tem ligação com o Estado-nação na Bolívia no período republicano moderno e dos movimentos sociais. Parte significativa da recolha bibliográfica sobre os MIBs deu-se em território boliviano no trabalho de campo. Esta perspectiva foi de grande mais-valia para fazer um traçado entre o passado e o presente e tentar visualizar um futuro próximo dos anseios dos MIBs.

### **2.2.2. O método do caso alargado**

Na medida em que foi amadurecendo a proposta de realizar este trabalho, procurei buscar um método que me permitisse estabelecer uma estratégia metodológica qualitativa para analisar os MIBs. Para Burawoy (2000) o método do caso alargado tem em sua essência metodológica a observação direta, e também participante que leva em conta aspetos qualitativos do objeto analisado, e no conjunto global das relações que envolvem o objeto - entre o macro e o micro social (Costa, 2005; Estanque, 1999b). Neste sentido, o método do caso alargado permite que a pesquisa social realizada necessite somente de um caso relevante para se ter objetividade e veracidade de um objeto estudado. Assim, não é necessário mais de um

caso para se comprovar uma determinada pesquisa social. Portanto, utilizei este método de pesquisa para analisar os MIBs durante a minha observação direta.

Neste sentido, realizei algumas entrevistas a líderes sindicais campesino-indígenas e intelectuais, bem como estive presente na última assembleia nacional da CSUTCB que ocorreu nos dias 19 e 20 março de 2009. Assim, para participar desta assembleia, que era fechada para pessoas “estranhas” à confederação, não precisei necessariamente transformar-me em um indígena. Em uma das entrevistas realizadas na Bolívia, tive a oportunidade de entrevistar o Secretário-geral da CSUTCB Isaac Ávalos nas vésperas do encontro, que me ofereceu a credencial desejada para participar do ampliado. Assim, os dois dias do ampliado foram intensos na preposição dos debates sobre os rumos do movimento, o Estado e principalmente sobre a Nova Constituição Política de Estado; observei com atenção as manifestações dos campesinos e de suas entidades representadas na plenária. Além disso, procurei registrar todos os enlances, por meio de fotografias (cf. Anexo2), e gravação sonora ou de áudio e vídeo documentados. Assim, a retenção de informações sobre a parte majoritária dos MIBs foi feita com relativo sucesso na medida em que a CSUTCB é a maior entidade dos campesino-indígenas na Bolívia.

### **2.2.3. As técnicas de recolha utilizadas**

A investigação empírica deste estudo teve lugar em solo boliviano e, neste sentido aproveitei alguns contactos que estabeleci antes de chegar na Bolívia: os chamados “informantes privilegiados” e também não-privilegiados (Colognese; Mélo, 1998). Nos dezessete dias ininterruptos que fiquei em território boliviano, realizei dezessete entrevistas (cf. Anexo 3), sendo que seis entrevistas foram semi-estruturadas (Colognese; Mélo, 1998) com intelectuais e líderes sindicais que duraram de uma a duas horas; e onze entrevistas *exploratórias*<sup>23</sup> com duração de dez a quinze minutos, sendo que todas as entrevistas foram gravadas e transcritas (Quivy; Campenhout, 2003). As dificuldades que encontrámos para realizar as entrevistas semi-estruturadas foram a disponibilidade reduzida da grande maioria dos contatos estabelecidos para as entrevistas, reduzindo assim, o número efetivo de entrevistas

---

<sup>23</sup> Segundo Quivy e Van Campenhout (2003) as entrevistas exploratórias devem ser feitas de forma a deixar o entrevistado a vontade para responder as perguntas que devem ser abertas e flexíveis. Ou seja, o pesquisador deve formular poucas perguntas simples e não numerosas.

semi-estruturadas. Tendo em vista, o curto período de tempo que estaríamos em campo, resolvemos utilizar o ampliado nacional da CSUTCB para realizar o restante das entrevistas. As dificuldades para a aplicação das entrevistas semi-estruturadas eram visíveis. Primeiro, os indígenas estavam participando ativamente do ampliado com suas organizações. Segundo, a interferência sonora e o grande número de participantes no ampliado dificultaram a comunicação com os entrevistados. Além disso, o ampliado era o primeiro após a promulgação da nova Constituição de Estado de 2009 tendo grande apoio da maioria da plenária a política de Evo Morales. Assim, os entrevistados hesitaram em responder algumas perguntas com mais liberdade, apesar de se disponibilizarem a participar da entrevista.

## **Parte II: Passado, presente e perspectivas futuras: Democracia, lutas sociais e movimentos indígenas no século XXI.**

### **Capítulo 3: Estado, poder, terra e coca: O que querem os movimentos indígenas?**

#### **3.1. A luta pela nacionalização e preservação dos recursos naturais: uma questão fulcral dos povos indígenas.**

Os recursos naturais oriundos dos “territórios sagrados” são para os indígenas bolivianos inalienáveis e indissociáveis da existência das comunidades originárias. Neste sentido, podemos dizer que a construção do *repertório das ações coletivas* dos MIBs está associada à questão dos recursos naturais como parte integral da cultura indígena, ou seja, a chamada *economia moral*<sup>24</sup> dos povos originários. Os povos indígenas consideram os recursos naturais vitais para a produção e reprodução da sua comunidade, diferentemente da concepção modernizadora ocidental que vê os recursos naturais somente como valor de troca.

“Somos nosotros los que estamos defendiendo la hoja de coca, los recursos naturales, el oro, las maderas [...] mientras nuestros compañeros proletarios, con tal que les den un salario justo, les basta y se callan; no ven lo nacional” (Juan de la Cruz Villca, citado por Ticona, Esteban, 1996: 32).

Sendo assim, qualquer forma de organização estatal que mantenha os indígenas subordinados na gestão dos recursos naturais, não conseguiria obter sustentabilidade e legitimidade moral a longo prazo, para criar boas condições de vida para as comunidades. Ou seja, não passa de uma democracia débil e esquizofrénica (Linera, 2008). Neste sentido, o controle do território significa *poder* para os povos originários, poder de autogovernar-se, de auto-afirmação. Por isso, a questão da autonomia tem sido enfatizada nas assembleias constitucionais realizadas na Bolívia entre 2005 e 2008, e mantém-se hoje viva no repertório dos discursos políticos da CSUCTB canalizados para as práticas de lutas cotidianas.

---

<sup>24</sup> Trejo (2005) recupera a obra de Van Scott (1976) mostrando que este autor afirma que a modernização do meio rural faz com que laços tradicionais materiais, simbólicos dos camponeses sejam quebrados, despertando uma resistência moral pelo risco proporcionado pela inovação tecnológica, aguçando os sentimentos de pertença ligados a questão étnica ancestral.

### 3.1.1. A terra como valor inalienável para os povos indígenas.

A terra na Bolívia sempre foi sinónimo de luta ao longo da história moderna das comunidades indígenas originárias. Através da terra, os colonizadores buscavam sua consolidação mercantilista e se relacionavam com os indígenas. Com a formação do Estado boliviano como referimos antes, e toda a sua perspectiva hegemónica do seu processo de modernização ocidental - a terra somente constituiu uma mercadoria sujeita às leis de mercado.

Tierra obviamente entra. Pero el tema de la tierra ya ha sido conquistado. En el Oriente hay una lucha de los sin-tierra porque ahí hay grandes latifundios, pero en la zona andina, no. Solamente hay sin-techo, los sin-techo urbanos. Pero prácticamente el tema de la tierra ya se acaba con todas las haciendas. Esta muy centrado en precios en y en políticas alimentarias, entonces políticas de promoción, de crédito, etc. Y en el Oriente si, hay un movimiento en busca de tierras, pero ya ha habido bastante repartición de tierras, este gobierno ha repartido bastante las tierras y ha disminuido la presión sobre la tierra. En cambio el movimiento indígena tiene sobretodo demandas políticas, demandas de participar en el diseño del Estado. Demandas de decidir su forma organizativa. No son culturalistas las demandas, son políticas, las demandas indígenas no son culturales, son políticas (Entrevista a Sílvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

Em uma perspectiva indianista, a terra representa uma formação material, mas em última instância, tem um valor cultural intrínseco a ela. A terra significa um centro integrador e agregador das comunidades indígenas. Ou seja, traz consigo uma noção de espaço e de tempo que está ligada às identidades indígenas com relação aos seus ancestrais e ao futuro das comunidades no plano dos seus valores morais e jurídicos. Assim, a questão da terra na concepção indígena dominante atualmente – um valor económico, político, cultural, étnico e religioso - que é chamado de *comunarios*<sup>25</sup>. Por exemplo, segundo os guaranis, o território é o espaço que tem três divisões: a *Oka* (onde se encontram casas, escolas, postos), *Koorenda* (As atividades agropecuárias) e *Guatarenda* (recria sua cosmovisão, a relação com a propriedade da natureza). Neste sentido, a formação e consolidação da Bolívia como Estado-nação a partir da proclamação da república, teve em sua base o conjunto de modernização das normas jurídicas, políticas, económicas e sociais em nome da “civilização” boliviana que devia ser regida pelos marcos legais de um “mercado livre de terras” (Regalsky, 2003). Tal fato modernizante era considerado pela elite crioula, como indispensável para atingir o

---

<sup>25</sup> “É uma categoria territorial étnica. Os grupos indígenas, possuem um sentido de pertença territorial muito intenso associado a sua identificação com lugares territoriais comunais de origem e redes de parentescos em que se geraram laços de pertença e fidelidade muito intensos nas formas de comunidade (Zapata, 2006: 66)

progresso da “nação boliviana”. Por outro lado, esta política representou um alargamento do latifúndio no país.

A tentativa de redistribuição das terras bolivianas para os camponeses-indígenas, tem início com a reforma agrária de 1953, que visava distribuir equitativamente a terra. Porém, com o fracasso poucos anos depois da revolução, este processo foi cooptado pela rearticulação da classe dominante boliviana através do PMC. A reforma agrária, seria relegada pelo Estado boliviano durante décadas. Assim, apesar de fazer parte do repertório reivindicativo de algumas vertentes dos MIBs durante este período do PMC, a partir da década de 90 a discussão dos chamados territórios indígenas ganha mais força.

“A negação da palavra território foi utilizada por séculos pela classe dominante através do Estado com relação aos povos indígenas, pois “terra é o nome jurídico que se dá à propriedade individual, seja pública ou privada; território é o nome jurídico que se dá a um espaço jurisdicional. Assim, o território é um espaço coletivo que pertence a um povo” (Filho, 2003).

A “marcha pelo território e dignidade” desencadeada pelos povos indígenas do oriente, trouxe novamente para o debate na Bolívia, a questão da territorialidade indígena. Por outro lado, a CSUTCB articulada com a CIDOB, seguiam a linha da incorporação reivindicativa dos setores indígenas marginais e esquecidos ao longo do tempo, principalmente na amazónia boliviana – O direito à propriedade da terra pelos povos indígenas originários. Assim, “a solução dos problemas de posse da terra foi sendo pautada pela revisão das terras que se encontram em mão de latifundiários e empresas privadas, seguidas pela redistribuição das terras. Rechaçava a mercantilização da terra” (Camacho, 2001: 12).

A pressão pela reforma agrária ganhou maior força nas comemorações governamentais dos quinhentos anos da chegada espanhola na Bolívia em 1992. Por outro lado, parte significativa dos MIBs reagiu de forma contundente às tentativas de comemoração deste período que inicia a modernidade na Bolívia. Portanto, realizaram-se assembleias de nações originárias que marcaram o auge dos protestos deste período. O comité era formado por um leque de alianças inovadoras, e seus representantes eram da CSUTCB, CIDOB, COB, as igrejas e a UNITAS (plataforma nacional de ONGs da Bolívia). Este movimento não teve grande longevidade e foi perdendo legitimidade devido aos constantes atritos entre as confederações indígenas e as ONGs (Regalsky, 2005). Além disso, a CSUTCB incorporou em seu programa o

convênio 169/1989 da OIT que prevê a autonomia dos povos originários no gerenciamento de seus *territórios*<sup>26</sup>.

Assim, a promulgação da *Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria* (INRA) introduz o conceito de “território indígena como habitat”, “garantindo seu caráter inalienável” (Camacho, 2001). Antes disso, outra lei promulgada pelo governo de “Goni” foi a Lei de Participação Popular (LPP) de 1994, que era a base legal para as “comunidades indígenas” orientarem o Estado sobre suas demandas de terra, e também sobre territórios (latifúndios improdutivos) para promover a reforma agrária. No caso particular das chamadas terras baixas da Bolívia, as orientações dos indígenas seguiam um plano estatal que ficou conhecido como Terras Comunitárias de Origem (TCO) da lei do INRA. O Estado baseado neste marco legal procurava, conformemente à lei 169 da OIT, estabelecer em suas leis nacionais “ a distribuição e redistribuição para o uso e aproveitamento individual e familiar ao interior das terras comunitárias de origem e comunais [...] regidas pelas regras comunitárias, de acordo com os seus usos e costumes” (Regalsky, 2005: 136-137).

Nos marcos do multiculturalismo, o Estado boliviano atuava no início da década de 90. Assim, muitos autores trabalham com a perspectiva de que a INRA da forma como foi colocada pelo governo, consolidou definitivamente o neoliberalismo no meio rural. Tendo em vista que é a partir da lei INRA que recomeça a surgir novas grandes extensões de terra voltadas para a produção de soja, principalmente no Estado de Santa Cruz, que recebeu uma grande quantidade de recursos do Estado, via o Banco Mundial, para iniciar as plantações e preparar as melhores terras para o plantio de soja. Além disso, o Estado deveria proteger dos “selvagens” indígenas, os latifúndios considerados produtivos, mesmo que estes estejam em áreas consideradas pelos indígenas como TCO. Na prática, a reforma agrária iniciada pela lei INRA ficou longe de contemplar as comunidades indígenas até o início deste século.

Neste contexto, de 1994 até 2000, as reivindicações da CSUTCB com relação ao direito da terra e do território centravam-se na oposição ao processo de reforma agrária nestes marcos do multiculturalismo, consideravam tal processo como vertical e

---

<sup>26</sup> Segundo Regalsky (2003), conceito de direito jurisdicional é central para se entender as lutas indígenas. A compreensão do que as autoridades indígenas entendem por uma jurisdição indígena; é baseada na sua própria lei e nos costumes tradicionais emanados pelo chamado direito consuetudinário.

ineficaz por parte do Estado. Assim, o leque de repertórios para esta questão seguia o sentido da:

“Criação de uma constituição que investigue doação de territórios a empresários privados, rechaço a mercantilização da terra e a suspensão de impostos as propriedades rurais, eliminação do latifúndio, outorga de títulos de terras comunitárias de origem, derrogação da lei INRA para ser substituída pela lei Instituto Nacional Desenvolvimento Indígena e Originário (INDIO)” (Camacho, 2001: 16).

Nos finais do século XX, a CSUTCB estava totalmente voltada para medir forças com o governo, contra as chamadas “novas leis” e suas aplicações na sociedade boliviana - a lei florestal, de hidrocarbonetos, de minerais, da água e da biodiversidade - que segundo a confederação, eram voltadas para favorecer os interesses dos empresários estrangeiros, e colocavam em risco a existência dos indígenas-camponeses e das suas comunidades, retirando soberania nacional.

### **3.1.2. A planta mitológica: a folha de coca como valor cultural transcendental dos povos indígenas.**

A relação dos indígenas (predominantemente aymaras e quechuas) andinos com a folha de coca é milenar. Inclusive quando o império Inca se expandiu sobre a dominação dos aymaras e quechuas, estes mantiveram o uso da folha de coca em seus rituais. As comunidades andinas sempre utilizaram a folha de coca para rituais religiosos, videntes e para vários usos alimentícios. Para os MIBs, a folha de coca é mais que um recurso natural, é também uma planta cultural e religiosa dos povos originários.

No mundo andino, é um elemento cultural muito central. É um ritual, como as oferendas que se fazem à mãe-terra, todos os ritos têm coca, é como se fosse a hóstia sagrada. Também tem uma dimensão social, em todas as reuniões importantes vêem-se pessoas mascando, e tem também efeitos como a maté, chimarrão, dá força e tudo. Depois também, em termos de saúde. Os mineiros mascam muita coca para ter força e aguentam mais tempo. Os guaranis tinham o maté, o chimarrão, mas quando chegaram lá os andinos, e com a guerra do Chaco, chegou lá a coca. Então culturalmente a coca é muito importante. [...] (Entrevista a Xavier Albó, Antropólogo boliviano, La Paz dia 15 março de 2009).

Bueno, eso sí es un consumo de milenios. Realmente hay evidencias hasta de 5000 años atrás. Y hay una falsa leyenda que dice que era monopolio de los Incas. No es cierto eso. Eso solamente lo dice Garcí... que era un indio aculturado, era un mestizo que vivía en España, y escribió su libro en España y tenía que justificar algunas cosas desde los criterios europeos. El es lo que dice que solo los Incas consumían coca, eso no es cierto, está totalmente demostrado que era un consumo generalizado y que tenían dos usos, bueno yo diría hasta tres: un tipo de uso instrumental que es para aumentar la energía laboral; otro que es un uso expresivo, lo que se trata es de hacer convivencias, dialogo, toma de decisiones colectivas; y finalmente un uso ritual, que da cohesión al grupo. Entonces tiene muchos usos y está muy vinculada concepciones del mundo, es

vista como la madre de todas las plantas. (Entrevista a Silvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

A partir da década de 80, o Estado boliviano inicia um processo de criminalização e erradicação da folha de coca<sup>27</sup>, pressionado pelos EUA que associa a produção e o cultivo da folha de coca com o narcotráfico internacional.

Bueno los cuatro elementos fundamentales en Bolivia, la tierra, el aire, el fuego y el agua, que existen también en el mundo entero, todo ellos en medicina para empezar. Y todo lo que existe es las hierbas, los animales, faunas, etc, nosotros utilizamos y respetamos desde nuestros ancestros milenarios, desde la cultura tiwanakota, pero no voy hablar de la cultura quechua, el quien habla es el Tiwanako.

Nosotros, yo como “aumata” utilizo para ler la lectura de una persona, el destino de una persona, se va enfermar, que va pasar en su vida y todo ello está en la hoja sagrada. Y fuera de ello también es medicina, se toma el mate de coca y otros elementos que hoy pueden servir también en el alimenticio muy necesario actualmente

Lo que nosotros queremos es respetar y ser respetados los que utilizamos desde el hoja sagrada, la hoja sagrada, la coca no es veneno, no es, como lo llaman, droga. Para nosotros no existe droga, para nosotros todo lo que existe es nuestro territorio boliviano medicinal (Entrevista a um membro indígena da CSUTCB, Beni dia 19 de março de 2009).

Na região rural de Cochabamba, o *Chapare*, começou-se a se organizar o movimento dos cocaleiros, e recebeu entre as décadas de 70 e 80 um número elevado de camponeses, os chamados “colonizadores” que vinham de La Paz na expectativa de conseguir uma nova actividade económica para sobreviver. Os Colonizadores já tinham experiência sindical campesina herdadas da revolução de 1952, assim, com o declínio do Katarismo e a ascensão da CSUTCB, surge publicamente o movimento dos cocaleiros em 1985 (Paco, 2007) filiando-se consecutivamente à CSUTCB. A relação de alguns plantadores de coca com o governo militar no período ditatorial da Bolívia, serviu como uma das justificativas para o início da perseguição generalizada aos plantadores de coca, devido a constantes denúncias de que naquele momento altos funcionários do governo que ficaram conhecidos como os “narcomilitares”, participavam da venda da pasta base para os narcotraficantes (Albó, 2008).

Nos finais dos anos 80 após o início das privatizações das minas em 1985, vários sindicalistas mineiros passaram a ser produtores de coca, paralelamente, os EUA aumentaram a militarização das regiões produtoras de coca através do Estado boliviano.

---

<sup>27</sup> Contraditoriamente os EUA apoiam e financiam o governo no combate a plantação da folha de coca, mas a poderosa multinacional americana companhia Coca-Cola utiliza a folha de coca como matéria-prima para sua produção de refrigerantes.

En el año 1985 viene el ajuste estructural y ya en 1987 muchos dirigentes mineros ya están viviendo en el Chapari. Entonces se vinculan con el movimiento cocalero, hacen escuelas de cuadros, transmitan toda su experiencia organizativa. Entonces influyen muchos el punto de vista de izquierda en la formación de los cocaleros. Ahí es donde se genera todo un discurso y quizás el representante más claro de esto es Filemon Escovar que termina asumiendo una ideología muy indígena, del Pachacuti, el auga de la revolución y plantea que tiene que haber un Pachacuti. Entonces es otra concepción. Eso hace que los cocaleros se vuelven un puntal de todas estas luchas y ellos articulan una noción fundamental que es la de soberanía, y a partir de la noción de soberanía se va entendiendo todos los demás recursos: soberanía contra los Estados Unidos, soberanía sobre el agua, sobre el gas, sobre la coca, sobre el consumo [...] Ya es adorno el indio, el indio es un adorno en el gobierno del Evo, en el gobierno del Evo hay muy pocos indios, los que toman las decisiones son de la vieja izquierda (Entrevista a Sílvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

Por outro lado, no início dos anos 90, o movimento cocaleiro ganha destaque a nível nacional e internacional. A sua proposta de defesa incondicional da folha de coca, ligada à precarização do trabalho, às privatizações, e ao fim do processo de reforma agrária, tendo como norte a denúncia da aplicação do neoliberalismo pelo Estado, é verdadeiramente incorporada pela CSUTCB<sup>28</sup>. Assim, outra questão importante é que a coca, não tinha somente utilidade económica segundo o movimento cocaleiro, a coca tem uma ligação cultural-étnica com os indígenas unindo-os aos seus ancestrais nos rituais. Neste contexto, os MIBs lançam uma ofensiva discursiva contra o governo e os EUA, com o *slogan* de que “coca não é cocaína” portanto de que “os produtores não são criminosos” em defesa “da sagrada folha de coca” (Albó, 2008: 60). Esses esforços eram amplamente aceites por outros setores dos MIBs na Bolívia tanto pela população rural, quanto que pela urbana. Assim, com o crescimento do movimento cocaleiro, alguns líderes sindicais se destacaram no plano político local e nacional, entre eles, Evo Morales que é eleito em 1997 como deputado da Assembleia Nacional (Parlamento boliviano). No governo de Hugo Banzer, eleito Presidente da República em 1997, aumenta a repressão e a militarização contra os plantadores de coca e o movimento cocaleiro (Burguete, 2007). De 1997 até 2000, o foco central das lutas dos MIBs estava principalmente direcionado na resistência da erradicação total da folha de coca.

Portanto, a exigência por parte dos plantadores de coca pela preservação do Chapare e também do norte de La Paz, região onde vivem os Yungas, eram as regiões

---

<sup>28</sup> Durante a década de 90, a CSUTCB incorpora em seu repertório programático as reivindicações dos cocaleiros. A linha actuante cocaleira dentro da confederação é a seguinte: respeito aos Direitos humanos dos povos indígenas da região do Chapare Cochabamba, a defesa incondicional da folha de coca como patrimônio nacional, descriminação, comercialização e exportação da folha de coca; rechaço a erradicação tanto no Chapare quanto nos territórios Yungas em La Paz, e a revogação da lei 1008 que autoriza os agentes públicos do Estado a erradicação da folha de coca e o combate ao tráfico como se fossem a mesma coisa (Camacho, 2001).

onde os conflitos davam-se de forma mais aguda. Além disso, os principais líderes das diversas marchas, bloqueios de estradas e concentrações, tinham na frente Evo Morales e Felipe Quispe – conhecido como “Mallku” - título de autoridades tradicionais (Albó, 2008). Ambos eram da etnia aymara, porém Felipe Quispe era proveniente de uma perspectiva ideológica mais radical, o chamado “nacionalismo indígena” como remédio para combater o neoliberalismo e a elite crioula. Assim, após ter passado pelo MAS<sup>29</sup> (Movimento ao Socialismo) partido que tinha Evo Morales como principal líder, Quispe fundou o MPI (Movimento Indigenista Pachacutik) que hoje não tem mais vida política. Assim, propomos a seguinte equação para ilustrar a concepção política do MAS e do MPI através dos símbolos:



### 3.2. Educação bilingue, para que te quero?

Nos parâmetros da educação tradicional que é baseada no modelo ocidental de ensino, os povos indígenas estão longe de atingir a percentagem de alfabetização do total de não indígenas. As mulheres indígenas são as mais prejudicadas pelo modelo educacional de ensino boliviano hoje. As taxas de analfabetismo são astronômicas, mostrando como a educação foi negada para os povos “indígenas”, mesmo à tradicional, como mostra o quadro a seguir:

---

<sup>29</sup> Segundo Linera (2007) O indianismo a partir dos anos 90 e início do século XXI tem uma “estratégia de poder” e na atualidade representa duas vertentes, uma moderada dirigida pelo MAS – Consiste em articular em torno de si, o sindicato camponês do Chapare - os cocaleiros com um forte discurso étnico e uma gama flexível de alianças políticas eleitorais em função do MAS como instrumento político para inclusão dos povos indígenas nas estruturas de poder. Possui uma postura antiimperialista, indianista de esquerda, mas baseada na memória nacional-popular, permitindo um maior diálogo com os setores urbanos, classe média e com grande força parlamentar a nível das eleições municipais. A outra vertente radical é o MPI que tem um projeto de indigenização total das estruturas de poder político. Pois para os seus líderes como os indígenas não são a minoria, mas sim a maioria que deveria estabelecer as regras de funcionamento do Estado, e gerir a forma de inclusão dos “mestiços” que são minoria. Rechaço total à “esquerda marxista”.

**CUADRO V.18**  
**BOLIVIA 2001: TASA DE ALFABETISMO DE LA POBLACIÓN DE 15 O MÁS AÑOS**  
**POR CONDICIÓN ÉTNICA Y SEXO SEGÚN DEPARTAMENTO**

Departamentos	Indígenas			No indígenas		
	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres	Total
Chuquisaca	77,0 %	57,7 %	66,7 %	91,5 %	82,3 %	86,7 %
La Paz	93,9 %	78,4 %	85,8 %	99,1 %	97,6 %	98,3 %
Cochabamba	90,5 %	73,4 %	81,5 %	99,2 %	98,0 %	98,5 %
Oruro	95,3 %	77,8 %	86,2 %	99,4 %	98,0 %	98,6 %
Potosí	82,4 %	55,4 %	67,9 %	98,0 %	92,0 %	94,8 %
Tarija	91,6 %	75,7 %	83,6 %	91,8 %	80,9 %	86,1 %
Santa Cruz	94,1 %	82,9 %	88,6 %	96,7 %	93,9 %	95,2 %
Beni	90,1 %	81,0 %	85,9 %	95,0 %	90,9 %	92,9 %
Pando	94,7 %	83,7 %	90,3 %	90,3 %	86,0 %	88,4 %

Fuente: Instituto Nacional de Estadística (INE), Censo 2001. La Paz – Bolivia, 2004.  
 No incluye personas que residen en el exterior, encontrándose en tránsito en el país.  
 No incluye personas que no especificaron si leen o escriben.

Segundo Postero (Postero, 2005), a revolução de 1952 trouxe a proposta de uma educação universal fundamentada nos moldes ocidentais. O movimento katarista já na década de 60 levantava a bandeira de uma educação cultural urbana e rural nos moldes do interculturalismo e da inclusão política. No governo de Goni, “o gringo”, o Estado passa a reconhecer a “nação” boliviana como “multiétnica e pluricultural”, mas dentro do que conceituamos antes sobre o multiculturalismo do regime neoliberal durante a década de 90. O multiculturalismo faz parte de uma componente da modernização boliviana que tinha como uma das propostas de base a educação multicultural - o ensino bilingue de uma língua originária e o castelhano (Postero, 2005). Entretanto, o projeto não deu certo em sua implementação, enfrentou vários problemas de legitimidade e na sua própria preposição dinâmica para as comunidades.

“Indudablemente, la revalorización de los idiomas y lenguas nativas, propugnada por la Reforma Educativa, a partir del reconocimiento de la necesidad de educar a los niños en su lengua materna, constituye un aspecto muy positivo de esta disposición. Ahora bien, aunque en algunas regiones del área rural esta iniciativa ha quedado frustrada por una serie de limitaciones de orden económico, representó un esfuerzo por revalorizar la identidad de los pueblos originarios y sus lenguas, a través de su uso público y educativo” (Balderrama, 2001).

Em suma, a educação bilingue é uma proposta de algumas das vertentes dos MIBs para promover a descolonização (Paco, 2007) no plano cognitivo e cultural e de acordo com os costumes tradicionais linguístico, ou seja, para a reconstrução de uma pedagogia indígena.

No. Solamente en las zonas que hablan idiomas les meten escuelas bilingües para que sea una transición más suave al castellano. Pero no, lo que debía haber es un bilingüismo universal, pero no hay. Entonces, en Bolivia es peor encerrar en territorios a una mayoría. Los Aymaras por ejemplo, la mitad de La Paz es Aymara, el 80% del Alto es Aymara. Entonces como vas a delimitar un territorio indígena que sea solo rural? Es ridículo. Entonces la noción de 36 pueblos es totalmente artificial. Y creo que eso sea

una de las contribuciones de la metil(?), cuando la elite se mete a definir qué es ser indio.  
(Entrevista a Sílvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

## **Capítulo 4: Atores em jogo na construção de um novo Estado democrático, multicultural e plurinacional na Bolívia: olhares presentes e perspectivas futuras sob a égide dos movimentos sociais e campesino-indígenas.**

### **4.1. O socialismo do século XXI na Bolívia: o cenário sociopolítico e a crise do modelo neoliberal**

No início do século XXI, a Bolívia passava pelo que Sidney Tarrow (2004) chamava de *ciclos de ação coletiva*. Assim, a articulação de vários movimentos sociais distintos em torno de uma só problemática – a luta contra a privatização da água na cidade de Cochabamba, e o repúdio ao modelo neoliberal - desencadeou-se com a articulação do movimento sindical tanto urbano quanto rural (COB e CSUCTB).

Neste sentido, foi criada uma coordenação em forma de fórum para angariar forças em defesa da água, havendo uma presença hegemônica do movimento campesino além dos partidos de origem indígena - o MAS e o MIP, o MAS de Evo Morales sendo mais forte e influente dentro do Fórum:

“Frente à desidentificação nacional neoliberal, o MAS emerge como um novo nacionalismo plebeu que ressignifica a luta nacional como uma luta pela terra e pelo território, e põe num lugar destacado a defesa dos recursos naturais, cuja dinâmica dominou os enfrentamentos sociais na Bolívia desde 2000, desde a *guerra da água* até a *guerra do gás*. É, ao mesmo tempo, uma tentativa de articular uma multitude de sujeitos, organizações e movimentos sociais em que nenhum setor é portador de privilégios ontológicos na construção das novas identidades, pelo que as mesmas são resultado das lutas hegemônicas e articulatórias em curso” (Stefanoni, 2003: 66 – itálico no original).

#### **4.1.1 Dois casos de luta: da guerra da água à guerra do gás, os movimentos sociais e indígenas em seu repertório de ações coletivas**

A “guerra da água<sup>30</sup>” no ano de 2000, foi o início do ressurgimento de um novo momento de lutas sociais na Bolívia. Neste momento, a luta contra a precarização da vida representou uma mudança de atitude significativa dos rumos que acenava os movimentos populares, sindicais (COB) e indígenas/camponeses (CSUTCB), além dos chamados setores *plebeus*<sup>31</sup> (Linera, 2008) que se encontravam principalmente em La

---

<sup>30</sup> Seonea (2006) afirma que foi uma reação dos movimentos sociais bolivianos, principalmente dos campesinos e cocaleiros da região cochabambina, contra a privatização e os aumentos da água potável consumida pela população local, gerenciadas pela transnacional Aguas do Tunari, nome indígena fictício, que administrava os recursos hídricos da multinacional Betchtel.

<sup>31</sup> Linera (2008) afirma que os setores plebeus são indígenas urbanos, que mantém um vínculo cultural com o meio rural, mas economicamente estão vinculados a cidade. São os novos explorados e deserdados que o capitalismo selvagem produziu com a implementação do modelo neoliberal, não estão

Paz. Assim, o nascimento no ano de 2000 do Comité de Defesa da Água e da Economia Popular (CDAEP), proporcionou a inclusão política destes setores antigamente excluídos da ação coletiva, o que Linera chamou de *multitud*<sup>32</sup> (Linera, 2008: 296) nessa nova forma de contestação e de rebelião indígena, proletária e plebeia. Portanto, o estopim do conflito ocorreu na cidade de Cochabamba onde os movimentos sociais colocaram em xeque as políticas económicas e culturais do Estado boliviano. Sendo assim, a legitimidade do Estado para manter-se como o maior representante dos interesses coletivos, com o aprofundamento das políticas económicas e “racistas” engendradas pelo neoliberalismo, estavam na “corda bamba”. Por outro lado, o Estado somava a condução de sua ação política com o aumento do grau de repressão desencadeado pelo presidente Bánzer, ex-ditador que decretou o Estado de sítio no país (Albó, 2008).

Igualmente, as dinâmicas conflituais proporcionadas pela reação e ação direta dos MIBs e dos movimentos sociais deu-se no seio destas novas clivagens conflituais, tendo em vista que nesta altura, os movimentos sociais tornam-se mais confiantes, e visualizam que é possível vencer o regime e avançar com uma pauta reivindicativa inclusiva dos setores oprimidos e explorados, abrindo-se o flanco de atuação mais institucional, não mais através da revolução armada<sup>33</sup>. Assim, foi pensando-se na possibilidade de estabelecer uma Assembleia Nacional Constitucional com objetivos “claros” – “A refundação do Estado boliviano” contra o modelo neoliberal – já que a transnacional da água tinha sido derrotada e expulsada “a “pontapés” da Bolívia.

Contudo, em 2001 a CSUTCB começa a viver sua segunda crise interna, apesar de estar presente nos levantamentos. Internamente existia uma polarização da disputa pelo poder da direção da confederação: de um lado, setores que apoiavam Evo Morales visto como mais moderado (predominantemente os cocaleiros e a “plebe”). Evo tinha uma perspectiva mais institucional a nível de democracia representativa e

---

organizados em sindicatos ou confederações, mas a partir de 2000 são protagonistas juntamente com os movimentos sociais das insurreições de 2000 e 2003.

<sup>32</sup> Linera (2008) afirma que a *multitud* é gerada neste momento de ascensão dos movimentos sociais na Bolívia na guerra da água. O Comité de Defesa da Água e da Economia Popular (CDAEP) é um tipo de *ação comunicativa* conceito cunhado por Habermas, onde a interação dá-se entre indivíduos que estão em condições de igualdade, por vários movimentos sociais, e também os indivíduos que nunca tiveram vínculos sindicais, tem direito a voz e a ação coletiva. Em suma, é uma entidade coletiva, uma associação de indivíduos de várias regiões e de diferente prisma ideológico que são conjugados num fórum de construção democrática, e tem um funcionamento distinto ao do sindicalismo clássico por exemplo COB.

<sup>33</sup> Apesar de alguns setores mais radicais, como o MIP de Quispe acreditarem que essa poderia ser uma saída viável para os indígenas.

participativa dos setores indígenas no Estado, ou seja, tinha um viés voltado para propor reformas ao Estado boliviano, mas com o aval dos movimentos sociais. Do outro lado, os defensores de Felipe Quispe tinham uma linha retórica mais radical, herdada do katarismo: o chamado “indianismo radical” em resposta à crise do neoliberalismo, e pela criação de um Estado indígena. Assim, no final do embate ocorreu uma grave divisão na entidade ficando duas direções distintas que se reivindicavam como a “verdadeira” secretaria executiva oficial da CSUTCB (Albó, 2008). Portanto no mês de abril de 2001, a CSUTCB, liderada por Felipe Quispe, mobiliza-se em direção a outro gigantesco bloqueio na região do Altiplano e ao fechamento das principais rodovias que ligam La Paz ao resto do país. A tática era asfixiar o governo federal cortando o comércio e o transporte de todos os tipos de mercadorias. A revolta era principalmente em oposição a mais uma lei de águas que os camponeses rejeitavam, pois teriam que pagar novos impostos e receitas para consumirem água. Ou seja, pagar pelos recursos naturais hídricos era oposto a noção de Direito consuetudinário<sup>34</sup> – no Direito aymara e quechua, o uso da água é livre, ela é utilizada em plena harmonia do homem com a natureza que são uma mesma unidade – assim como em Cochabamba, os camponeses-indígenas viam como absurdo e intolerável pagarem para consumir água.

Portanto, as reivindicações da CSUTCB estavam orientadas para acabar com a privatização total da água, a modernização sem consulta do campo, a recuperação das empresas “capitalizadas”, o fim do decreto 21060 e a legalização total de todos os plantios de coca (Zapata, 2006). Alguns autores afirmam que neste contexto conflitual foram criados “organismos de duplo poder”, ou seja, o Estado perde a legitimidade de reprimir e editar políticas públicas, limitando-se sua capacidade de funcionar na sociedade civil, neste momento surge o poder político “paralelo” ao Estado na Bolívia (Katz, 2006).

Em 2002, os grupos que participaram da “guerra da água” lançam candidaturas distintas para as eleições nacionais. Por um lado, o MAS lança Evo Morales que consegue 20,94% dos votos, mas o MNR ganha as eleições com 22,46% dos votos e Gonzalo Sanchez de Lousada “El gringo” é eleito novamente Presidente da Republica (Andrade, 2007). Por outro lado, o MIP de Quispe atinge 6% dos votos nacionais, e

---

<sup>34</sup> O Direito consuetudinário é baseado nos costumes, tradições e valores morais datado de um determinado povo, tem origens na organização social e jurídica de uma comunidade onde a aplicação das leis dão se por aqueles “juizes” que são nomeados diretamente pela comunidade como o sábio.

consegue eleger uma quantidade considerável de deputados. Estes resultados têm uma ligação direta com as mobilizações e o processo de deterioração da elite “oligarquica crioula mestiça” como sinónimo de corrupção em torno dos três partidos opositores ao MAS e ao MIP, a ADN (Accion Democrática Nacionalista), MNR e MIR (Paco, 2007: 240). Assim, o MAS apoiava-se no movimento cocaleiro e parte significativa da ex-CDAEP e da CSUTCB, devido a grande inserção do MAS e de seus líderes e ideólogos juntamente com os setores camponeses, indígenas e setores populares urbanos (plebe), bem como uma parte significativa da classe média que se aproxima do MAS, principalmente no início da “guerra do gás” em 2003. Portanto, para alguns autores esta articulação ficou conhecida como o “Estado-maior do povo”, com um discurso ainda que moderado dos seus líderes, mas com uma base “ideologia étnica” (Albó, 2008). Em 2003 é deflagrada a “guerra do gás”: ocorrem intensas manifestações desde as greves gerais e locais, manifestações de rua, fechamentos de estradas contra a perda de soberania nacional, contra a exploração dos hidrocarbonetos pelas multinacionais, e o novo imposto criado por Goni para a classe média. Assim, o Presidente Goni ligado ao MNR que pretendia exportar o gás boliviano através do Chile<sup>35</sup> para os EUA via empresas estrangeiras que exploravam o gás natural, prontamente, os movimentos sociais dentre eles a CSUTCB e seus setores camponeses, o MAS como partido político mais influente neste momento e o MIP de Felipe Quispe, lutaram sem tréguas contra o que chamaram de entreguismo “vende-patria”, posicionaram-se contra a privatização dos hidrocarbonetos, da água, da erradicação da coca e a convulsão social tomou conta de toda a Bolívia.

Assim, as mobilizações devastadoras de El Alto e do Altiplano, protagonizadas pelos indígenas aymaras em defesa dos hidrocarbonetos como pertencentes aos indígenas foi fortalecendo a “nação aymara” (Albó, 2008). De outro lado, Goni recorreu como nunca aos aparatos repressivos do Estado, o que levou à morte de centenas de pessoas desarmadas. Naquele momento, alguns setores da classe média empobrecida, principalmente funcionários público juntam-se aos protestos em toda Bolívia. Sendo assim, a confluência de diversos setores da sociedade civil organizada ditava o destino final do conflito Estado *versus* sociedade civil:

---

<sup>35</sup> Uma das origens do nacionalismo boliviano que foi criada pela elite crioula na guerra contra o Chile no século XVII, após perda do território boliviano que dava saída para o mar é a reivindicação do direito soberano de acesso ao mar.

“ Desta vez o protesto social era muito evidente e surgiu um movimento multiforme, é decidir, uma ação coletiva que provenia de distintas historia e estruturas. O único que articulava a este movimento era a defesa dos salários, em um dos casos, e a defesa de mercado interior, em outros. Por tanto, não era um movimento que provinha da economia política, de identidade de classe nem de identidade étnica. [...] Era uma multitud que unia suas forças para enfrentar-se com a elite governante em rechaço ao imposto” (Paco, 2007: 251 - sublinhado livre).

Esta “multitud” levou Goni a renunciar do poder e posteriormente à fuga do país em outubro de 2004, deixando transparecer a fragilidade da democracia representativa do modelo neoliberal. O seu sucessor, o vice-presidente Carlos Mesa, que pretendia manter-se mais tempo no poder, cogitou realizar um referendo sobre a nacionalização da exploração do gás, da autonomia regional, e da convocação de uma assembleia constituinte (Albó, 2008; Andrade, 2007). Mas, o período longo de aprovação do referendo foi fatal para Mesa que não suportou a demora do Parlamento e acabou sendo derrubado pelos movimentos sociais. Assim, as intensificações das manifestações sociais em favor da nacionalização dos hidrocarbonetos e a favor da aprovação pelo governo dos chamados “72 pontos” aprovados em 2001<sup>36</sup> na “guerra da água”, pois o governo tinha-se comprometido em aprova-lo após o último cerco de La Paz, levou à derrubada de cinco presidentes consecutivos até a eleição final de Evo Morales.

Por outro lado, ainda em 2004, organizou-se um grupo da elite *cruceña* (do Departamento de Santa Cruz) que se denominava “nação camba”, que depois de algumas mudanças constitucionais, pressionou o governo de Mesa a fazer um referendo nacional, em detrimento das reivindicações de outubro de 2003 dos MIBs. Este referendo, deveria ter como norte principal as autonomias departamentais, bem como as eleições diretas para prefeitos. Assim foi desenhado ao redor de Santa Cruz e de mais três departamentos das chamadas terras baixas: Tarija, Bení e Pando, a origem da chamada “meia-lua” (Albó, 2008). Concomitantemente, a campanha eleitoral polarizou-se entre Evo Morales do Movimiento al Socialismo (MAS), e o ex-presidente Tuto Quiroga que defende o projeto da nação camba<sup>37</sup> - o *Movimiento Nacional Camba de Liberación* - que aclama a existência histórica de uma nação que tem traços culturais comuns entre si, e distintas da parte andina da Bolívia, como motivo para exigir a

---

<sup>36</sup> Os chamados 72 pontos foi construído pelos movimentos sociais após a guerra da água.

<sup>37</sup> Para ver acesse: <http://www.nacioncamba.net/index2.htm>

independência e *ipso facto* a autonomia soberânica dos territórios e da cultura das terras baixas orientais da Bolívia (Nunes Lins, 2009; Albó, 2008). O partido político Poder Democrático Social (PODEMOS) que abrigava uma aliança de vários políticos de partidos tradicionais principalmente o *Acción Democrática Nacionalista* (ADN) e o *Movimiento de la Izquierda Revolucionaria* (MIR), lideram os opositoristas.

Em suma, os *cruceños* autonomistas criaram como medida preventiva à vitória de Evo Morales, a “nação camba” (Albó, 2008). Na campanha eleitoral ficou clara, a disputa entre duas posições opostas com um campo nacionalista-indígena, pró-Chávez e antineoliberalismo, e outro que defende posições de abertura económica, pró-EUA de Bush e em defesa da iniciativa privada, da exploração do gás por multinacionais e da continuidade da política de “capitalização”.

JMP: La derecha practicamente campea los departamento de Santa Cruz, Beni, Pando y Tarija. Realmente el poder social, el poder economico, el poder politico siguen todavia conservando los privilegios de las tierras, del latifundio, no? Es una politica conservadora, una politica separatista, dividida por las organizaciones.

Elizardo: Hasta un cierto punto racista, no?

JMP: Por supuesto que si. Racista porque la gente privilegiada del pasado aun sigue em el poder, gracias a la ideocracia... Por eso nosotros de la Paz, y em este ampliado mismo, repudiamos cualquier actitud que vaya por ejemplo en contra de las mayorias. Somos nosotros la parte más representativa del sector campesino, de nuestra clase social, de la clase social baja y media (Entrevista a Juan Marco Pomba, Secretario Ejecutivo de la Federación Departamental de los Trabajadores Campesinos de la Paz, Tupaj Katari, Beni, dia 20 de março de 2009).

O mapa abaixo mostra o que os ideólogos e políticos da oligarquia do oriente pretendem com as autonomias, de acordo com o discurso político-cultural particular da região com relação a parte andina, ficando os Estados de Cochabamba, Oruro, Potosí e La Paz excluídos da nação camba.

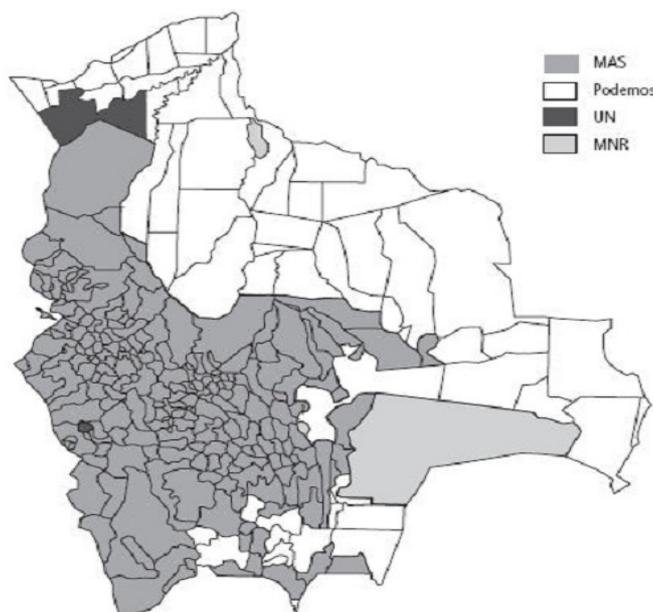


Fonte: Fonte: <http://www.comiteprosantacruz.org.bo/>

Nelli: Bueno en cada departamento existen partes que son de la media luna. Yo creo que aquí, como en el departamento de Chuquisaca, existen partes que critican al Evo pero que no se dan de cuenta que gracias al Evo que han logrado a ser constituyentes, y ahí ya se ha vendido a la derecha. Pero para nosotros en Chuquisaca nunca hace un proyecto en beneficio de las organizaciones, mas al contrario, hay discriminaciones, todas estas cosas, hay racismo en el departamento de Chuquisaca, usted realmente sabe qué ha pasado el 24 de Mayo el año pasado. Entonces estamos nosotros viendo hoy, todo el comité ejecutivo de la federación de Chuquisaca, hemos decidido llevar un programa en homenaje al bi-centenario, porque a final de cuentas los que han luchado desde antes, los Tupaq Katari, otros que representan realmente a las organizaciones no así como a los racistas o también a los discriminadores. Entonces, ya tenemos el programa, y esta semana ya lo vamos a publicar mediante internet, a nivel nacional, internacional. Se piensa que el departamento del Chuquisaca no hay discriminación, no hay racismo, pero en la realidad hay mucha discriminación y racismo. (Entrevista a Nelly Dassi Fuentes, secretaria general de la Federación de pueblos originarios de Chuquisaca, Beni, día 20 de marzo de 2009).

#### 4.1.2 A vitória eleitoral de Evo Morales: governar os MIBs e os movimentos sociais de agora em diante?

Sem dúvidas, a vitória eleitoral de Evo Morales é o produto direto das insurreções populares, indígenas, camponesas, mineiras e plebeias que sacudiram a Bolívia entre 2000 e 2005. Pela primeira vez na história moderna da Bolívia foi eleito um presidente indígena. O mapa abaixo, mostra o mapa eleitoral do país e onde o MAS obteve as maiores vitórias no pleito. A cor cinza marca os locais onde o MAS teve a maior votação nas eleições presidenciais. Morales teve vitória absoluta nas regiões ocidentais da Bolívia - 64% do altiplano que é formada pelos Estados de Potosí, Oruro, Cochabamba e La Paz – e os Estados que compõem a “meia-lua” obteve 30%.



Cuadro

**Resultados de la elección presidencial 2005**

Partido	Votos obtenidos	Porcentaje sobre votos válidos	Porcentaje sobre votos emitidos*	Evolución 2005-2002 (puntos)
MAS	1.544.374	53,7	49,7	+ 30,3
Podemos	821.745	28,5	26,4	-
UN	224.090	7,8	7,2	-
MNR	185.859	6,4	5,9	- 14,9
MIP	61.948	2,1	1,9	- 4
NFR	19.667	0,6	0,6	- 18,8
Frepab	8.737	0,3	0,2	-
USTB	7.381	0,2	0,2	-
Blancos	124.046	-	4	- 0,3
Nulos	104.570	-	3,3	+ 0,5
Participación	3.102.417		84,5	+ 12,5

Fonte: Romero Ballivián (2007).

O quadro acima, demonstra o resultado geral dos partidos, o MAS obteve mais de 50% dos votos válidos no país.

Bueno el gobierno surge de toda la insurgencia indígena y cocalera. El gobierno resulta en uno de los líderes más visibles. Hay dos lideres, o sea Felipe Quispe y Evo Morales, y Felipe Quispe encubre una serie de fallas que lo llevan a perder el liderazgo y queda solo Evo Morales y adoptan un discurso indígena. Al principio no tenía un discurso indígena, tenía un discurso campesino, cocalero, de clase. Siempre tuvo obviamente afinidad con la izquierda el Evo, a diferencia de Felipe Quispe. Siempre estuvo vinculado con la izquierda, pero no hay que olvidar que el Chapari se vuelve un centro durante todo el periodo neoliberal. Desaparecen los mineros, desaparecen los fabriles, o sea la fuerza de los sindicatos históricos que habían constituido el Movimiento Popular Boliviano desaparecen. Porque simplemente desaparecen a los mineros, son 60 000 expulsados de la fuerza de trabajo formal, entonces desaparecen físicamente las bases materiales para un movimiento sindical obrero. Y los únicos que quedan son los maestros por obra de los trotskistas que se instalan muy fuertes en el magisterio y por otro lado los cocaleros. Y la zona de la coca se vuelve un espacio de activismo político de muchos mineros. Muchos mineros van al Chapari. (Entrevista a Silvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

Assim, aproveitando-se da sua popularidade após as eleições presidenciais vencidas com 54% dos votos, Evo Morales começa a implementar algumas de suas promessas de campanha para os setores campesinos-indígenas (CSUTCB) e os plebeus dos centros urbanos, juntamente com o diálogo intermediado pela CSUTCB com classe trabalhadora (COB) - a famosa “agenda de outubro de 2004” que foi construída no processo insurrecional de 2000 até 2005.

Em 2006, o Estado através de um decreto supremo nacionaliza (com indenização) parcialmente todos os recursos naturais do país, recuperando assim, o controle de parte dos recursos naturais das empresas petrolíferas e de gás estrangeiras que atuavam na Bolívia - como a empresa brasileira Petrobrás por exemplo. Portanto, as empresas estrangeiras foram obrigadas pela lei a entregarem sua produção para a

empresa estatal boliviana reativada - Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) - que passa a definir a comercialização (nos mercados interno e externo), e a industrialização dos recursos naturais (Rojas, 2006). Alguns setores de oposição de esquerda dos MIBs e dos partidos da esquerda tradicional, denunciam que as nacionalizações foram parciais e insuficientes para a autonomia da exploração dos recursos naturais pelo Estado.

Neste contexto, as expectativas sobre o MAS residem no fato de que este partido “autodenomina” representantes dos interesses dos MIBs: autonomias para as comunidades originárias (jurídica, económica, política autogoverna-se), jurisdição baseada no Direito consuetudinário, os indígenas gerenciando os recursos naturais e a terra, governo indígena (ministros), funcionários públicos de alto escalão indígena, fim do racismo e opressão por nacionalidades étnicas, o Estado plurinacional Constitucional, e a educação bilingue), mantendo um discurso anti-neoliberal e pela “descolonização do Estado”. Assim, nesse mesmo ano o governo de Evo Morales promulga a “Lei Especial de Convocação da Assembleia Constituinte” (Ley N° 3364 del 6 de marzo de 2006) que pretende referendar junto com a Assembleia Constituinte os estatutos autonómicos reivindicados pela oposição de direita da meia-lua. O referendo autonómico que ocorreu separado da Assembleia Constituinte era tencionado pela oposição oligárquica desde 2004 pelos governadores da meia-lua, principalmente pela oligarquia “camba” de Sta. Cruz através do seu Comitê Cívico<sup>38</sup>, que reivindicavam a aprovação da autonomia departamental administrativa e dos territórios da região, e sem a presença estatal do governo central na sua administração. Assim, o resultado foi a vitória do “não” contra a autonomia departamental (Ivana Deheza, 2007). Por outro lado, a Assembleia Constituinte foi sendo adiado pelo governo, o que significou na prática um fortalecimento das reivindicações dos governadores da meia-lua frente aos setores populares desta região.

Neste contexto, a transferência da Assembleia Constituinte de La Paz para Sucre<sup>39</sup> foi uma tática para tentar constituir uma Assembleia Constituinte e uma Constituição de Estado compartilhada com a oposição oligárquica do governo, tendo em vista, que a oposição não reconhecia La Paz como capital da nação camba. Assim, a

---

<sup>38</sup> O comité cívico é formado pelos partidos tradicionais da aristocracia boliviana e pela juventude cruceña.

<sup>39</sup> Sucre é a “capital constitucional” do país, mas, depois de uma guerra civil em finais do século XIX, o poder executivo e legislativo foram transferidos para La Paz.

Assembleia Constituinte foi paralisada devido aos conflitos entre os setores que apoiavam o MAS e os opositores que tinham uma forte base aliada na elite oligárquica *sucreña* (da cidade de Sucre), e utilizaram alguns grupos paramilitares/fascistas para não ser realizada a Assembleia Constituinte, atacando sem cessar os campesino-indígenas. “En este marco, la inclusión de su demanda de autonomías indígenas responde más bien a una estrategia defensiva frente a las Autonomías Departamentales, con la consecuente reducción de su potencial emancipatorio” (Chávez, Patricia y Mokrani, Dunia 2007).

Conclusão, após três anos de tentativas e de concessões do governo frente à oposição de direita, foi aprovada a nova Constituição boliviana no início de 2009. Com relação aos MIBs e o governo, o MAS tem dirigentes campesino-indígenas nos quadros da CSUTCB e em outras organizações indígenas, bem como, elegeu um número grande de deputados indígenas e de sua base aliada nas eleições, contando também com um ministério que é formado por alguns indígenas intelectuais, ou seja, existe uma aproximação considerável do MAS com os MIBs, mesmo que do ponto de vista das “ilusões” programáticas e publicadas pelo MAS, dá-se a entender de um certo ponto de vista, de que quem governa é o MAS e consequentemente um amplo setor dos MIBs, pois, Evo Morales é um “presidente-dirigente cocaleiro” para o movimento indígena cocaleiro principalmente de Cochabamba. Talvez, se reedite na Bolívia uma versão mais avançada do PMC, porém, agora num novo ciclo de debate e inclusão, ou seja, um “pacto indígena militar” tendo em vista que a política do MAS para conter uma “contra-revolução” é fomentar o surgimento de novos quadros de generais dentro das forças armadas bolivianas, porém agora com uma ideologia indígena e que contemple o “socialismo do século XXI”, e formando generais indígenas para a Bolívia (Albó, 2008).

#### **4.1.3. O cenário socioeconómico boliviano.**

A Bolívia é o segundo país mais pobre da América Latina, esta clivagem económica é uma das possíveis causas dos levantes do início do século XXI. A exclusão socioeconómica tem como elemento fulcral da sociedade boliviana as nações campesino-indígenas. Em uma interessante análise socioeconómica, Nunes Lins (2009) mostra o grau de pobreza e de miséria da Bolívia, de acordo com os índices estabelecidos pelos organismos internacionais – o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD) – que mostra o retrato atual da pauperização em curso durante toda a década de 90 e início do século XXI:

Tabela 1 – Bolívia: indicadores socioeconômicos selecionados			
Indicadores		Números	
Aspectos Populacionais	População total (2004)	9,0 milhões	
	Taxa média anual de crescimento da população total (1990-2004)	2,1%	
	População rural (2004)	3,2 milhões	
	Taxa média anual de crescimento da população rural (1990-2004)	0,7%	
	População urbana (2004)	5,8 milhões	
Aspectos Étnicos (primeira metade dos anos 2000)	Taxa média anual de crescimento da população urbana (1990-2004)	3,1%	
	Composição da população (%): ameríndio	mestiço	55%
		branco	27,5%
		outros	15%
		População dos principais povos originais/indígenas: quechua	2,558,3 mil
	aymara	2,098,3 mil	
	chiquitano	184,3 mil	
	guarani	133,4 mil	
	mojeño	76,1 mil	
	afro-boliviano	22,0 mil	
	movima	10,2 mil	
guarayo	9,9 mil		
chiman	8,5 mil		
tacana	7,1 mil		
Produto Interno Bruto (2004)	Valor	US\$ 8.773 milhões	
	Composição (%): agricultura	indústria	16%
		indústria de transformação	31%
		Serviços	14%
Comércio Exterior (2004)	Valor das exportações	US\$ 2.129 milhões	
	Composição das exportações (%): alimentos	matérias-primas agrícolas	27%
		combustíveis	2%
		minérios e metais	38%
		produtos manufaturados	19%
		produtos manufaturados	14%
	Valor das importações	US\$ 1.842 milhões	
	Composição das importações (%): alimentos	matérias-primas agrícolas	12%
		combustíveis	2%
		minérios e metais	7%
produtos manufaturados		1%	
produtos manufaturados		79%	
Pobreza (2002)	População vivendo com menos de US\$ 1,00 por dia (%)	23,2%	
	População vivendo com menos de US\$ 2,00 por dia (%)	42,2%	
Índice de Des. Humano	IDH (2001)	0,641	
	Posição no ranking do IDH em conjunto de 177 países (2005)	113º	

Fonte: (Nunes Lins, 2009: 230).

Portanto, se estivéssemos analisando o movimento sindical clássico, os dados mencionados na tabela seriam a base material para explicar as rebeliões ocorridas na Bolívia de 2000 à 2005. Mas os MIBs, utilizam a plataforma econômica para justificar a ineficiência distributiva do Estado, e apontam que dentro desta exclusão encontram-se os indígenas originários, e que este fato deve-se necessariamente à opressão racial tendo sua lógica de dominação na economia, e não o contrário.

#### 4.2. Correntes e tendências dos movimentos indígenas boliviano

Os MIBs possuem uma diversidade organizativa considerável na Bolívia. A construção das organizações indígenas leva em conta os seguintes aspectos - 1) aspectos locais, regionais e nacionais; 2) a influência do movimento sindical camponês tradicional e 3) as ONGs que surgiram com maior força a partir da década de 80; 4) os partidos políticos da nova esquerda indianista reformista.

Es que en los hechos están juntos, porque en cada comunidad, si tú vas a Jesus de Machaca, ellos participan de la CSUTCB y también participan de la CONAMAG (Consejo Nacional de Ayllus y Marcas del Collasuyu). O sea tienen un ala sindical campesina y un ala indígena, porque son dos tipos de reivindicaciones. Por ejemplo, las convencias indígenas están fuertemente hacia apuntando tener teceo de las comunitarias de origen y en eso puede entrar en contradicción con una visión campesina que más bien prefiere tener parcelas individuales, ahí puede haber una contradicción. Pero otras, en general, son complementarias, no son contradictorias las reivindicaciones indígenas y campesinas, porque además, es el mismo actor el que se organiza de dos diferentes maneras (Entrevista a Xavier Albó, La Paz, 15 de março de 2009).

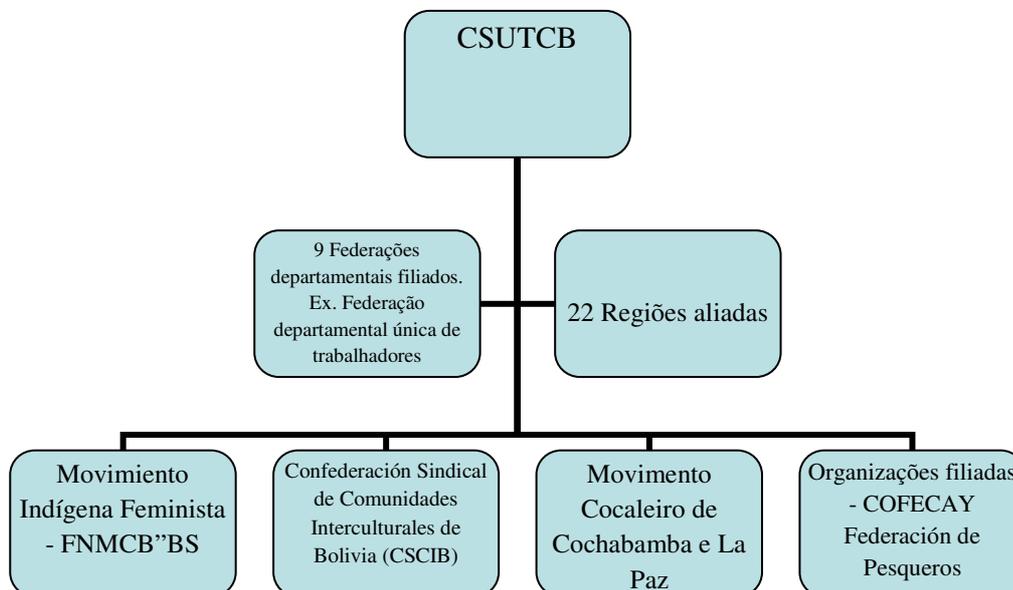
Elizardo: Hubo una división entre la CIDOB y la CSUTCB?

Silvia: Si. Ahora además hay conflicto porque han surgido nuevas organizaciones indígenas. Hay un CONIOB (Comité Nacional de Indígenas y Originarios de Bolivia) que prácticamente se ha vuelto muy reaccionario apoyando a los prefectos. (Entrevista a Sílvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

Assim, com a extinção do MIK é possível observar que sua capacidade organizativa não estava preparada para comportar maior número de participantes de base, até mesmo pelo contexto autoritário em que surgiu. Ou seja, no início o MIK era apenas um movimento de intelectuais indígenas e não um movimento que conjugasse a organização clássica do sindicalismo, as tarefas estando divididas entre as dos representados (base) e dos representantes (dirigentes). Por outro lado, após a criação da CSUTCB em 1979 que surge com as demandas de lutas originadas pelas dinâmicas emergentes da sociedade boliviana naquele momento, observa-se uma forma de organização que foi assimilação do sindicalismo camponês clássico da revolução de 1952. Assim era organizada a central campesina – a organização estrutural da Confederação Nacional de Trabalhadores Campesinos de Bolívia (CNTCB) e os novos discursos indianistas dos kataristas – Assim, a CSUCTB baseava seu programa e sua intervenção política no reconhecimento da diferença cultural, da demanda pela educação intercultural e da inclusão política, somado à questão da inclusão econômica rural e urbana (Van Cott, 2000) – estas características citadas constituíram o marco central da criação da CSUCTB. Neste sentido, a base social inicial da CSUTCB concentrou-se nas comunidades indígenas originárias da região andina do Altiplano boliviano. Hoje a CSUCTB (cf. Anexo 4) é a maior federação camponesa nacional em números de filiados, de organizações e subcentrais do Ocidente filiadas à entidade, como a subcentral a Federação Nacional de Mulheres Campesinas da Bolívia "Bartolina Sisa" – ligada ao movimento feminista indígena boliviano - Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia (CSCIB) – que abriga principalmente campesinos de territórios originários aymaras e quechuas de La Paz que plantam coca

– e o movimento dos cocaleiros do Chapare cochabambino – que ganhou muito prestígio no meio do movimento campesino durante a década de 90 com a ascensão de Evo Morales. Como mostra o organograma abaixo:

Organograma I:



Assim, a CSUTCB a partir da década de 90 procurou unificar-se com a maior central campesina do oriente a Confederação de Povos Indígenas do Oriente da Bolívia (CIDOB) (Zulma Villegas; Martínez, 2005). A CIDOB (cf. Anexo 5) é a principal organização camponesa do Oriente amazônico. Sua criação em 1982 foi influenciada diretamente por uma ONG peruana, conhecida como Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP). Hoje a CIDOB coordena a maioria dos povos indígenas originários das chamadas terras baixas bolivianas (Albó, 2008).

Dentre as organizações regionais, destaca-se a Central Indígena de Povos Originários Amazônicos de Pando (CIPOAP) e a Central de Povos Indígenas de Beni (CPIB) por serem as maiores. Contudo, a CIDOB começa a ganhar visibilidade nacional após a “marcha pelo território e a dignidade”, a longa marcha realizada desde as terras baixas até La Paz foi recebida na cidade de El Alto pelos dirigentes da CSUTCB iniciando-se assim uma maior aproximação entre as duas maiores federações campesinas indígenas do país (Albó, 2008).

Conclusão, esta nova federação procurava diferenciar-se da CSUTCB no sentido das suas práticas sindicais campesinas, bem como disputava os indígenas dos Andes para sua estrutura, mas, com um processo de construção totalmente vertical e longe das bases indígenas. Este seria talvez o grande ponto fraco desta federação. Por

outro lado, a CONAMAQ procurava uma maior aproximação com a CIDOB principalmente com relação aos reconhecimentos da aplicação do TCO pelo governo (Albó, 2008). Assim, a CONAMAQ tinha como base social os povos indígenas andinos que eram minorias nos territórios bolivianos como os Carangas, Killakas, Charcas, Pacejes. (Zulma Villegas; Martínez, 2005).

#### **4.2.1 As relações dos Movimentos Indígenas Bolivianos (MIBs) com a Central Operária Boliviana (COB).**

Desde sua fundação em 1979, a CSUTCB encontra-se filiada à COB. Assim, vários dirigentes que pertenciam à CSUTCB como o seu secretário executivo naquele momento Genaro Flores, tinham uma orientação política mais voltada para o sindicalismo campesino clássico e mantiveram de certa maneira uma aliança com a COB (Linares, 2007).

“Tenemos una buena relación, trabajamos juntos. La COB trabaja con nosotros y nosotros somos afiliados a la COB, como movimiento campesino. Entonces no hay ninguna diferencia, seguimos unidos, apoyando este proceso de cambio con la nueva Constitución, con la nueva Carta Magna, que hemos luchado, peleado, en Sucre, con la derecha, buscamos el Congreso, la última marcha hubo más o menos 1 millón de personas. Hemos logrado, y el pueblo voto por la nueva Constitución, y ahí estamos. Entonces son temas que vienen dentro del proceso para mejorar el sistema de vida de los Bolivianos, no?” (Entrevista a Isaac Ávalos, secretário geral da CSUTCB, dia 18 de março de 2009).

Neste sentido, ocorreram várias ações conjuntas em manifestações de rua e bloqueios de estradas. Porém, os dirigentes da CSUTCB que tinham uma orientação ideológica mais voltada para o katarismo, buscavam modificar a composição orgânica da confederação - introduzindo as questões indígenas como plano de fundo da ação social para ascender a uma vitória dos MIBs e não da aliança de classes reeditada na década de 80. Assim, procurou-se afastar definitivamente a herança do pacto de classes sociais vividas na revolução de 1952 entre os operários e camponeses.

**Elizardo:** O movimento katarista promove essa ruptura com a discussão mais voltada para o marxismo ortodoxo?

**X.A:** Naquele tempo, quando ainda eram camponeses tinham a concepção de classe, mas não eram marxistas (...) Inclusive tinham um toque de “nazi”. Uns eram mais marxistas, outros mais populistas. Era assim uma “mescolanza”. E os kataristas não tinham nada de marxistas tão pouco. Não sabiam quase nada do marxismo. A esquerda clássica criticava também os kataristas precisamente por dois motivos. 1. Primeiro, pelo que diziam: escutavam os aymaras e em vez de dar uma leitura cultural, davam uma leitura racista, coisa que não era verdade, era cultural fundamentalmente. Como aqui na Bolívia, talvez mais ainda do que no Brasil, sempre houve racismo, “de los de arriba” contra os índios, “índios de mierda”. Então em seguida, os intelectuais marxistas que eram desse lado, interpretavam isso como um levantamento da raça, viam isso como racismo. 2. E a outra parte era mais teórica. Copiando um pouco os distritos da

revolução russa, etc, davam por suposto que só poderia viabilizar a revolução o proletariado. E o proletariado era os obreiros das fábricas e davam uma série de argumentos, citavam muito o livro de Karl Marx, *18 Brumario* que diz que os camponeses são como uma “saca de batatas”. Eles não pensam, andam assim massivamente e os proletários são os que pensam (...) Como aqui já havia tido a revolução agrária, os camponeses eram donos de 15 hectares, 10 hectares, 8 hectares, diziam que como eram donos dos seus próprios meios de produção, eram pequenos burgueses. Os outros não são donos, portanto nos temos que conduzir a revolução. Então entraram por esse caminho e começou o movimento katarista. Mas esses que se chamavam kataristas, também eram camponeses não tinham estado na reforma, eram jovens, portanto, sentiam-se camponeses, mas camponeses aymaras. Portanto, tinham uma concepção étnica não uma generalização de indígenas camponeses, e estes eram a imensa maioria da população da parte alta de Bolívia. **Portanto, “camponês”, era em realidade como uma máscara, como um eufemismo para dizer “indígena”**. Assim, camponeses e indígenas é a mesma coisa: um diz pelo nome de antes, o outro pelo nome moderno (...) (Entrevista a Xavier Albó Antropólogo, La Paz 15 de março DE 2009).

Na década de 90, os MIBs estavam mais fortalecidos que o movimento operário. Assim, como já referendamos é o momento do surgimento dos partidos indígenas, mas que também, levam consigo algumas características do sindicalismo cobista:

“el sindicalismo cobista recibe quizás el primer revés histórico: los campesinos, cansados del sindicalismo clientelar y pactista que representaba la COB, organizan una nueva coordinadora de sindicatos – eso ha sido y es el IPSP (Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos) – con fines emancipatorios. El IPSP, y luego el MAS, asimilan la disciplina sindical y un sin número de simbolismos de la vieja COB, pero para emplearlos en un proyecto de auto-representación política” (Linares, 2006: 29-30).

Assim sendo, no início do chamado “repertório de ações coletivas” com a guerra da água de 2000 e do gás em 2003, no momento em que a luta contra o neoliberalismo ganha contornos insurrecionais, a COB praticamente se encontra ausente por dois principais motivos - era dirigida por uma burocracia sindical controlada pelo governo neoliberal, e também composta por dirigentes oportunistas. Do ponto de vista global, existe uma crise do sindicalismo clássico após a queda do muro de Berlim em 1989, que perpetua-se na Bolívia com o avanço do neoliberalismo. Mesmo assim, alguns setores sindicais de base da COB, como os professores, tinham representantes “esquerdistas” do Partido obrero revolucionário (POR). Contudo, a CSUTCB dirigiu quase todos os levantes frente ao governo (Coggiola, 2001).

Neste contexto, nossa linha é de que a COB passou pelo processo de refluxo do movimento sindical vivido em todo o continente durante a década de 80 e também 90. As transformações e mudanças no mundo do trabalho, o neoliberalismo enfraqueceram os rumos do movimento sindical.

#### 4.2.2. Para uma formulação de tipologias sobre os movimentos indígenas bolivianos

Uma de nossas hipóteses específicas é que fazer tipificações dos movimentos sociais buscando um enquadramento teórico a partir de um único prisma teórico, revela-se muito complexo. Além disso, esta complexidade aumenta qualitativamente quando os movimentos sociais estudados surgem em conjunturas heterogêneas e conflituais como é o caso das sociedades latino-americanas. Os MIBs possuem uma diversidade étnica e social interna: várias vertentes e grupos étnicos compõem-nos. Por este motivo, optamos nesta tese por dar ênfase a uma grande confederação, no caso a CSUTCB que engloba uma gama significativa de MIBs em seu interior.

“Es la única. Es la única *campesina*, todo lo demás son indígenas. Pero no es como Perú donde hay una Confederación de los campesinos comunista, otra confederación campesina de los maoístas. O sea no son tres confederaciones según los partidos, sino que aquí hay una sola confederación campesina. Y es como que la otra cara de lo mismo es la parte indígena. O sea tiene dos estrategias organizativas. En muchos lugares participan a la confederación campesina y a la vez participan a la confederación indígena. Juegan a las dos cartas [...]” (Entrevista a Silvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

Apesar da autora defender a tese de que a CSUTCB é mais campesina que indígena, acreditamos que esta confederação representa as duas vertentes (os indígenas que visam mais a questão do poder de autogovernar os seus territórios originários de direito natural e social, baseado pelas suas tradições e valores ancestrais, e os campesinos que visam a reforma agrária, a distribuição da riqueza e um Estado democrático e com ministros indígenas). Porém, as duas vertentes defendem idéias em comum, como a defesa incondicional das nacionalidades étnicas e originárias, que precisam ser reconhecidas pelo Estado.

Assim, durante os capítulos anteriores, já fizemos uma demonstração de algumas vertentes dos MIBs, como é o caso dos cocaleiros e dos kataristas que hoje possuem outra denominação como nome e de organização campesina. Estas duas vertentes são compostas por uma pluralidade orgânica, política, étnica e social. Neste sentido, se caíssemos na tentativa de fazer tipificações, uma após a outra, poderíamos triplicar o tamanho deste tópico. Portanto, trabalhamos com a concepção de que os MIBs encontram-se dentro do paradigma dos NMSs. Assim é classificado como um novo sujeito histórico da teoria da ação coletiva e ao longo das décadas a partir dos

finais dos anos 60, veio renovando o seu repertório de ações coletivas e sua organização estrutural.

Neste sentido, propomos retomar um quadro esboçado por Salvador Aguilar (2001), buscando aproveitar sua síntese de tipificações sobre os movimentos históricos. A tabela original do autor é esta:

Tabela 2

<b>Tipo</b>	<b>Época</b>	<b>Casos típicos ilustrativos</b>	<b>Características da estrutura social</b>	<b>Características de ação coletiva</b>
Movimentos Primitivos	Era premoderna Era preindustrial Era industrial	Ação das “turbas” urbanas Movimentos religiosos [...]	Ordem político prepoliarquico carestia de vida generalizada. Onipresença da comunidade.	Defesa comunitária
Movimentos clássicos	Século XVIII- primer terço século XX	Movimentos operários e socialista	Período de formação das poliarquias. Apogeo do Capitalismo industrial	Classe. Interesses de grupos socio-profissionais
Novos movimentos sociais	1960s-1980s (e depois)	Movimento ecologista Movimento pacifista Movimento feminista	Difusão social da prosperidade Estado de bem-estar. Consenso social-democrático. Extensa da educação massiva.	Ação proativa Politização da vida cotidiana (O pessoal é político)
Novíssimos movimentos sociais	1990s	Movimento de solidariedade ONGs. Movimento para sociedade civil mundial. Movimentos antissistémicos	Capitalismo desorganizado Dualização social Trabalho precário e relações laborais sem fábrica. Globalização neoliberal. Exclusão	Titularidades (direitos de cidadania). Politização da vida pública.

Fonte: (Aguilar: 2001: 51 – tradução livre)

Por outro lado, ao analisarmos a proposta feita por Aguilar, visualizamos um problema de adaptação dos MIBs à sua hipótese de movimentos históricos, nos pontos que tange à questão temporal e também espacial e também de características. Neste sentido, propomos adequar a esta tabela do autor aos MIBs, tendo em vista que a divisão entre países centrais e periféricos é no geral correta, mas especificamente, não condiz com a realidade dos MIBs.

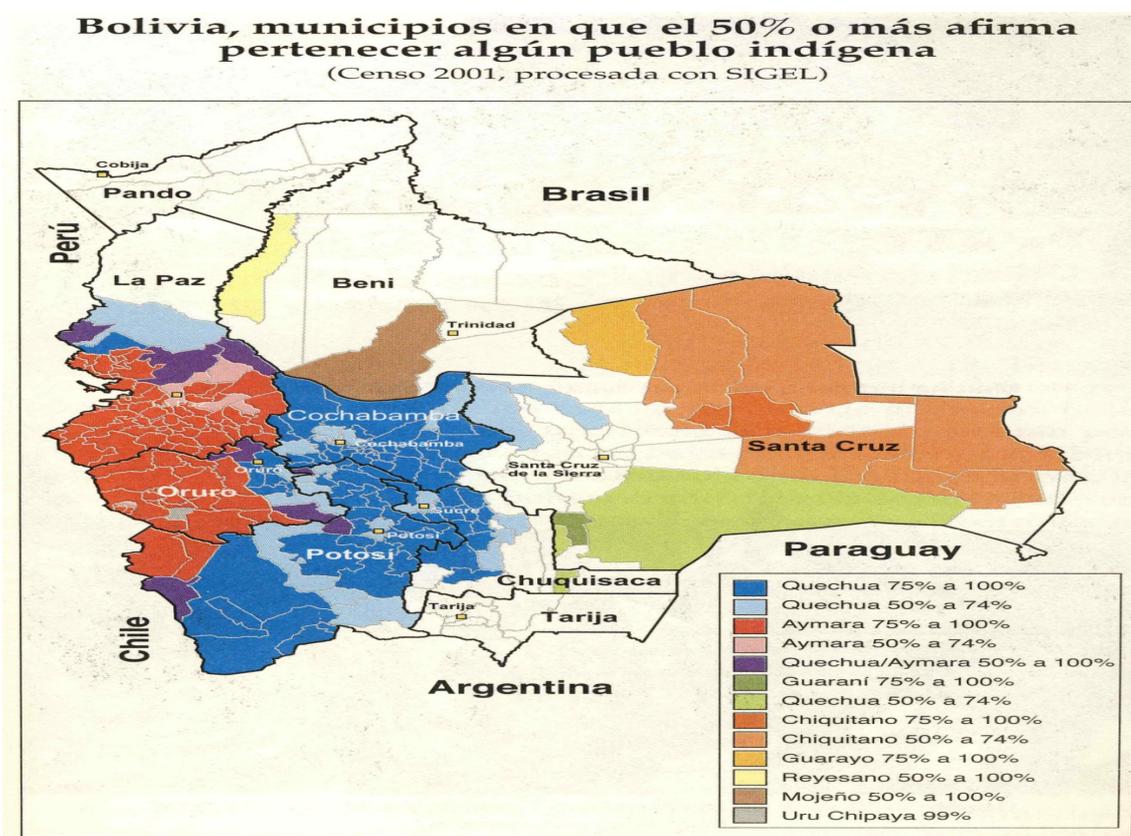
Tabela 3

Tipo	Época	Casos típicos ilustrativos	Características da estrutura social	Características de ação coletiva
Movimentos Primitivos	Era premoderna Era preindustrial Era industrial	Ação das “turbas” urbanas Movimentos religiosos [...]	Ordem político prepoliarquico carestia de vida generalizada. Onipresença da comunidade.	Defensa comunitária
Movimentos clássicos	Século XVIII- primer terço século XX	Movimentos operários e socialista	Período de formação das poliarquias. Apogeo do Capitalismo industrial	Classe. Interesses de grupos socio-profissionais
Novos movimentos sociais	1960s-1980s (e depois)	Movimento ecologista Movimento pacifista Movimento feminista	Difusão social da prosperidade. Estado de bem estar. Consenso social-democrático. Extensa da educação massiva.	Ação proativa Politização da vida cotidiana (O pessoal é político)
<b>Na Bolívia</b>	<b>Entre 1960-1970 (e depois)</b>	<b>Movimento Katarista</b>	<b>Aumento do cenário conflitual. Instalação da ditadura militar. Estado de mal-estar social. Tentativa de extensão universal da educação ocidental</b>	<b>Ação clandestina. Politização de alguns líderes indígenas urbanos. Auge do indianismo radical</b>
Novíssimos Movimentos sociais	1990s	Movimento de solidariedade ONGs. Movimento para sociedade civil mundial. Movimentos antissistêmicos	Capitalismo desorganizado Dualização social Trabalho precário e relações laborais sem fábrica. Globalização neoliberal. Exclusão.	Titularidades (direitos de cidadania). Politização da vida pública.
<b>Na Bolívia</b>	<b>Início dos anos 80 até hoje.</b>	<b>CSUCTB e outras organizações campesinas e indígenas. Proliferação massiva das ONGs.</b>	<b>Capitalismo desorganizado e em mudança em direção a precarização do trabalho. Globalização neoliberal. Aumento da pobreza e da miséria. Novas formas de opressão racial e novas resistências a opressão.</b>	<b>Politivização dos indígenas-campesinos. Entendimento dos seus direitos sociais e políticos. Defesa das comunidades originárias.</b>
Movimentos periféricos Antissistêmicos	Último terço do século XX (países da periferia e semi-periferia).	Movimentos de resistência a autocracias Movimento Zapatista Movimento dos sem terras	Larga tradição de capitalismo dependente Desigualdade extrema Ordem política não somente poliárquico Debilitade dos movimentos guerrilheiros clássicos	Defesa comunitária mais direitos de cidadania (confluência parcial com países centrais).
<b>Na Bolívia</b>	<b>Idem</b>	<b>Proliferação da ação coletiva dos MIBs. Ascensão dos partidos indígenas. Processos insurrecionais</b>	<b>Idem</b>	<b>Idem</b>

Conclusão, de acordo com nossa hipótese da constante mudança estrutural e ideológica dos MIBs, observa-se na tabela 2 esta constante metamorfose ao longo da história. Assim, dependendo da orientação teórica que se adota para observar os MIBs, ocorreu também uma mudança dos tipos históricos de ações coletivas conforme vislumbramos no quadro anterior.

#### 4.3. O Estado plurinacional constitucional: a face do “capitalismo andino-amazônico” no período pós-neoliberal?

Não restam dúvidas, a Bolívia é um país indígena é o país latino-americano com a maioria absoluta e relativa dos povos originários deste continente, mais de 62% da população se declara descendente de um povo originário. Por isso, não existe mais para a modernização estatal neoliberal, a nível de concepção sobre o Estado-nação na Bolívia. Pois, todas as tentativas no passado recente foram asfixiadas pelos movimentos sociais, e pelos MIBs. Porém, a polarização entre o Estado-nação e o Estado plurinacional, continua como nunca com a aprovação da nova Constituição boliviana em 2009 pelo Governo de Evo Morales. Portanto, esta temática ainda representa um divisor de águas entre muitos intelectuais e também, algumas vertentes dos MIBs.



Silvia: Es el multiculturalismo, reformado, el nombre nación te puede parecer muy grande, pero se tu dices que 60 personas que son los yukis son una nación, es como no decir nada. Y se tu dices que los Aymaras son una nación y no sabes donde ponerlos y se tu ves los estados, como esta dibujado el mapa, Chapari no es indio, no es una región india. O sea, los quechuas son los indios del norte de Potosí, los Machas, los Echarazanis, son unos cuantos globitos. Los Aymaras son los de Jesús de Machaca, son los de Cacachaca, son pequeños globitos. El Alto no es aymara, según el mapa [...] (Entrevista a Sílvia Rivera (Socióloga e docente da UMSA), La Paz 21 de março).

Elizardo: Y las autonomías?

Silvia: Ahí si tome una realidad mas tangible. A mi me parece que la cosa mas inteligente que ha hecho el gobierno es asumir el tema de las autonomías. Ahí el indígena puede ser interesante. Por ejemplo los municipios indígenas se pueden asociar para formar una región autónoma. Y como en muchos lugares son mayoría los indígenas, entonces puede haber regiones autónomas que abarquen incluso zonas urbanas. Con las autonomías se vuelve concreta la noción de nación indígena [...] (Entrevista a Silvia Rivera (Socióloga e docente da UMSA), La Paz 21 de março).

Como já afirmamos, o MAS não é um partido que pretende fazer a revolução “socialista” nos termos propostos por Marx em sua crítica à sociedade capitalista. A retórica discursiva do MAS é bem clara - fazer uma revolução pacífica, democrática e inclusiva – significa para seus ideólogos inverter a lógica de cidadania construída na Bolívia que foi herdada do passado colonial e republicano moderno, com seu apogeu no neoliberalismo que se utilizava do multiculturalismo, para camufla o uso da força física e simbólica excludentes sobre os povos originários em todas as esferas da vida social - das tomadas de decisões político-econômicas, do direito às autonomias territoriais e jurisdicionais dos indígenas, e a caminho da extinção das suas tradições culturais e de suas cosmovisões.

Neste sentido, o Estado-nação “crioulo” baseou-se na uniformização, cientificização, modernização, hierarquização das etnias, das classes sociais e das culturas – do atrasado/avançado, do bem/mal, do superior/inferior, exercendo assim uma ideologia que se baseava na “mestiçagem” como ponto de equilíbrio populacional e na construção dos repertórios de dominação social e política das elites políticas.

[...] O país antigamente era em grande maioria indígena. Nos censos que se fizeram anteriormente, no de 1900, havia 64/65% de população indígena, depois havia um grupo de mestiços e depois um grupo de brancos. No último censo de 1950 (foi o último) fez-se a pergunta “Você é indígena ou não é indígena?” e saiu mais ou menos a mesma percentagem de indígenas. No último censo realizado em 2001, não se perguntou isso (depois voltamos a isso). Depois da Revolução de 1952, estava procurando reconstruir o país, subiu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que se inspirava na Revolução Mexicana e também na revolução de Perón. O que importava ao MNR era chegar à identidade unitária do país como nação boliviana (nacionalismo neste sentido). Consciente que havia esse problema no país, esta situação, eles adoptara o lema “já não há indígenas. Este país é mestiço, todos somos iguais. Vocês já não vão ser discriminados, já não são índios, indígenas. Vocês são camponeses e bolivianos”. Isso tudo estava dentro da lógica teórica segunda a qual temas raciais eram insolúveis e levavam a conflitos raciais e que em troca se buscava um papel na identidade compartilhada [...] (Entrevista a Xavier Albó Antropólogo, La Paz 15 de março de 2009).

[...] Sim. Bolívia tem duas caras (selva e altiplana). A revolução fez-se sobretudo nessa parte (planáltica) onde fica a grande maioria de indígenas. Nessa parte andina, fora das cidades, onde a grande maioria, 80 ou 90 % são quéchuas ou aymaras. E nas cidades muitos dizem “não sou indígena” ou sou “mestiço” [...] (Entrevista a Xavier Albó Antropólogo, La Paz 15 de março de 2009).

Assim, a discussão em torno da descolonização do Estado boliviano segundo o MAS e os setores hegemônico dos MIBs passou pela aprovação da nova constituição política de Estado no referendo realizado no dia 25 de janeiro, e promulgada pelo governo no dia 7 de fevereiro de 2009. A nova constituição seria o passo inicial para a “refundação do Estado boliviano” a caminho do “socialismo do século XXI”.

Portanto, propormos analisar alguns pontos da nova Constituição que consideramos mais centrais para este debate, tendo em vista que o Estado boliviano já em 1994 tinha reconhecido através da sua constituição a diversidade cultural existente na Bolívia (Lucas, 2006).

[...] Remeto-te a este livro onde digo que existem duas classes de índios, os índios “permitidos” e os índios “alzados” (levantados). Os próprios governos democratas, mas mais da direita, deram-se de conta de tudo o que estava acontecendo desde os anos 1970-1990, deram-se de conta que as coisas tinham mudado. Também a nível mundial, o comunismo já se acabava, o muro de Berlim tinha caído. Então, tanto os governos de direita como os partidos de esquerda deram-se de conta que falar só em “classes sociais” não valia e que havia que falar também de coisas étnicas [...] Em 1993 houve eleições, e o candidato principal, Sanchez de Losada, pensou “quem será meu vice-presidente?” Contratou uma agência de marketing dos Estados Unidos que lhe disse “tem que ser o contrário de ti”. Assim, decidiram convidar Vitor Hugo Cardenas, que era um dos líderes do movimento katarista. É o máximo do índio permitido para mim. [...] (Entrevista a Xavier Albó Antropólogo, La Paz 15 de março de 2009).

Elizardo: O governo de Sanches foi o primeiro programa político na Bolívia, a implementar um projeto neoliberal?

Neste sentido, o que torna a constituição política do MAS diferente da proposta de Goni? Uma resposta possível é que a nova Constituição aprovada pelo MAS foi defendida por um amplo setor dos MIBs e movimentos sociais em luta. Sendo assim, o efeito sobre a Constituição encerra-se em algumas demandas exercidas pelos movimentos sociais devido à crise do Estado neoliberal, e à incapacidade de responder às demandas mínimas dos camponeses-indígenas como a questão da água. Portanto, parte da Constituição foi construída ou teve influência direta em seus novos artigos como reflexo políticos de algumas lideranças indígenas. Além do mais, a nova constituição passou por um processo que por mais burocratizado que seja está mais perto do que entendemos por uma “construção coletiva” - as assembleias constitucionais e os referendos. Enfim, dentro do marco teórico caracterizado por alguns autores como um novo processo de “democratização” (Van Cott, 1994). A

construção dos direitos de “baixo para cima” a construção de uma “nova forma de Estado multicultural e plurinacional” (Ramírez, 2005: 145). Diferentemente, a constituição de Goni que também surge de grande pressão dos movimentos sociais não tem as mesmas características na sua formulação e na solução política e jurídica para constituir os “novos” direitos indígenas. Os direitos são reconhecidos via decretos supremos (verticalmente) procurando-se assim “canalizar a insurgência étnica dentro de formas institucionalizadas pelo Estado boliviano” (Regalsky, 2005:11) – TCO, INRA e LPP – em suas resoluções finais ineficientes perante os MIBs. Por consequência, a manutenção da crise do regime e o avanço do neoliberalismo não solucionou nem de forma parcial o conflito – além disso, o cenário internacional era propício para o governo de Goni reconhecer a diversidade cultural boliviana num fenómeno político que não era particular da Bolívia, mas que se via em outros países do continente como, Brasil, Perú, Equador o chamado multiculturalismo<sup>40</sup>.

Portanto, a proposta de constituição do MAS sugere que com as autonomias dos territórios originários e a formação de Estado plurinacional, diferenciar-se-iam do Estado-nação eurocêntrico na nova definição de Democracia política da sociedade boliviana (Quijano, 2005). Seguimos a análise de alguns pontos e artigos da novíssima constituição de Estado, dentro dela partimos do ponto que Xavier Albó chama de “Espírito” da nova constituição (Albó, 2008: 107).

**Preámbulo:** “En Tiempos inmemoriales se erigieron montañas, se desplazaron ríos, se formaron lagos. Nuestra amazonia, nuestro chaco, nuestro altiplano y nuestro llanos y valles se cubrieron de verdore y flores. Poblamos esta sagrada Madre Tierra con **rostros diferentes**, y comprendimos desde entonces **la pluralidad** vigente de todas las cosas y **nuestra diversidad** como seres y culturas. Así conformamos nuestros pueblos, y jamás comprendimos el rascismo hasta que lo sufrimos desde los funestos tiempos de la colonia. El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado. Un Estado basado en el respecto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementaridad, solidaridad, armonía y equidad en la **distribución y redistribución del producto social**, donde predomine la búsqueda del vivir bien [...] dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de **Derecho**

---

<sup>40</sup> O multiculturalismo foi uma tentativa dos governos neoliberais do início da década de 90 em conciliar os interesses étnicos dos movimentos indígenas com as políticas económicas de modernização e capitalização. Subordinando assim, os movimentos sociais as chamadas secretarias étnicas, como por exemplo na Bolívia a criação da Subsecretaria de Assuntos Étnicos (SAE) que centralizava através do Estado o que era importante para os indígenas e não o que eles consideravam como importantes para suas comunidades. Além disso, mercadorizando as tradições culturais milenar dos povos originários, como novo produto para o mercado turístico (Postero, 2005).

**Plurinacional Comunitario** [...] Honor y gloria a los mártires de la gesta constituyente y liberadora, que han hecho posible esta nueva historia” (Nueva Constitución Política del Estado, 2009: 03 - grifos livres).

O preâmbulo é sugestivo no sentido do seu enquadramento sobre a plurinacionalidade da Bolívia, bem com, a própria noção da sua construção, baseada na luta dos indígenas e dos MIBs durante a História de construção do país. Além disso, a proposta de descolonização do Estado está presente no texto, dando uma forte ênfase à desconstrução da modernidade liberal e também a noção de Democracia. O **artigo 1.** Estabelece qual o caráter do modelo de Estado que se pretende construir no país – **“Bolívia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, Libre, Independiente, Soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías [...]”**, O **artigo 2.** Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado [...] O **artigo 5.** Son idiomas oficiales del Estado **el castellano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos [...]** (Nueva Constitución Política del Estado, 2009: 05).

Em suma, todos os artigos presentes na primeira parte da constituição tratam da natureza, do espírito e das bases fundamentais do Estado com relação aos direitos, deveres e garantias que direcionam seu funcionamento e o reconhecimento dos cidadãos. O modelo de educação que se pretende construir é referendado no **artigo 77-106**, e tem grande destaque a questão da educação plurilingüe e descolonizadora. Além disso, reconhece todos os direitos indígenas estabelecidos na declaração das Nações Unidas no Convênio 169 da OIT. A proibição e sanções do Estado a prática de discriminação pela cor, origem, cultura, nacionalidade e idioma presentes no artigo 14: a identidade cultural, a liberdade de pensamento, o culto, as cosmovisões nos artigos 21 e 26. O direito a terra e aos territórios indígenas originários campesinos presentes nos artigos 270, 349, 394, 395, 402. Igualdade entre a jurisdição comunitária e a jurisdição originária, respeitando a vida e todos os direitos estabelecidos na constituição artigos 179, 180, 191, 192, 193. O artigo 280 e 297, definem o que são as autonomias regionais e departamentais, basicamente, distribuem competências administrativas aos departamentos tendo 30 competências próprias e 20 competências compartilhadas com o governo central. As autonomias regionais não podem transcender os seus limites departamentais. Por outro lado, não se toca no ponto

central para os MIBs que é a chamada autonomia indígena originária e campesina, limitando essa onde for constatado a existência do TCO e em acordo com o prefeito municipal. Esse tipo de autonomia só será possível mediante referendo, e não pelos usos e costumes dos povos originários.

O artigo 306, trata do modelo da estrutura e da organização econômica do Estado plurinacional boliviano:

II. La economía plural está constituida por las formas de organización económica comunitaria, estatal, privada y social cooperativa. III. La economía plural articula las diferentes formas de organización económica sobre los principios de complementariedad, reciprocidad, solidaridad, redistribución, igualdad, seguridad jurídica, sustentabilidad, equilibrio, justicia y transparencia [...], Artículo 315. I - El Estado reconoce **la propiedad de tierra** a todas aquellas personas jurídicas legalmente constituidas en territorio nacional siempre y cuando sea utilizada para el cumplimiento del objetivo de la creación del agente económico [...] II – **Las personas jurídicas** señaladas en el parágrafo anterior que se constituyan con posterioridad a la presente Constitución tendrán una estructura societaria con un número de socios no menor a la división de la superficie total entre **cinco mil hectáreas**, redondeando el resultado hacia el inmediato número entero superior” (Nueva Constitución Política del Estado, 2009 – **grifos livres**).

Ou seja, os latifúndios improdutivos já existentes na Bolívia, não serão atingidos pela nova Constituição, pois o seu efeito por lei não é retroativo, mantendo-se propriedades rurais de mais de 5 mil hectares de terras na Bolívia.

Portanto, a nova constituição plurinacional tem avanços no que toca a questão indígena no campo superestrutural. A sua proposta de descolonização com base no modelo de educação plurilingue seja esta visão, bem como, o reconhecimento das nações originárias e dos seus costumes e direito consuetudinário. Por outro lado, no plano infra-estrutural, no que tange a questão das autonomias indígenas e a reforma agrária esta muita aquém das reivindicações criadas a partir da guerra da água e do gás. Por exemplo, o artigo 362, I - **Se autoriza a YPFB suscribir contratos, bajo el régimen de prestación de servicios, con empresas públicas, mixtas o privadas, bolivianas o extranjeras [...]** (Nueva Constitución Política del Estado, 2009 – **grifos livres**). Os processos insurrecionais potencializados pelos MIBs e movimentos sociais na Bolívia no início do século XXI têm ligação com a exploração dos recursos naturais por empresas estrangeiras ou mistas, como foi o caso da empresa americana citada na guerra da água. A nova constituição mantém a linha central desta questão do manuseio dos recursos naturais podendo ser efetivado com parcerias público e privado, apesar da empresa estatal YPFB ser o alicerce central de qualquer parceria. Porém, existem elementos inovadores no que tange ao funcionamento econômico do

Estado, dentro daquilo que foi caracterizado como o capitalismo *andino-amazônico*<sup>41</sup> (Linera, 2006):

“El triunfo del MAS abre una posibilidad de transformación radical de la sociedad y el Estado, pero no en una perspectiva socialista (al menos en corto plazo), como plantea una parte de la izquierda. Actualmente hay dos razones que no permiten visualizar la posibilidad de un régimen socialista en nuestro país. Por un lado existe un proletariado minoritario demográficamente e inexistente políticamente; y no se construye socialismo sin proletariado. Segundo: el potencial comunitarista agrario y urbano está muy debilitado. En los últimos 60 años se ve un retroceso de la actividad comunitaria productiva y una erosión de los lazos comunitarios. Sigue habiendo comunidad, pero ésta ha implosionado internamente en estructuras familiares” (Linera, 2006: 01).

Assim, apesar de alguns pontos da nova Constituição entrarem em contradição com as propostas da agenda de outubro, entre elas a reforma agrária radical, as autonomias para os povos indígenas, o direito consuetudinário livre de regulação do Direito positivado, concordamos com aviso generalista de Xavier Albo sobre a nova Constituição:

“Visto globalmente, não resta dúvida que se trata, até agora, da proposta constitucional mais audaz em todo o continente para reconhecer as especificidades da população indígena originária dentro de um Estado e porque avança além disso na transformação radical da função dos povos [...] e movimento indígena originário campesino na Bolívia em seu empenho por ser também parte muito ativa e até protagonista da refundação de um novo Estado descolonizado” (Albó, 2008: 113 – tradução livre).

JMP: Nosotros decimos que la nueva Constitución es la más representativa porque esta constitución ha sido redactada con los representantes de todas las clases sociales. Ellos querían por ejemplo una Constitución conservadora, separatista. Y creo que esta Constitución contempla un equilibrio, a nuestro juicio es la más equilibrada, existe una igualdad, es incluyente. Ellos no quieren compartir, de forma ideológica, de forma conceptual. (Entrevista a Juan Marco Pomba, Secretario Ejecutivo de la Federación Departamental de los Trabajadores Campesinos de la Paz, Tupaj Katari, Beni, día 20 de março de 2009).

Nelli: Para nosotros na nueva Constitución es realmente, no podríamos decir talvez maravilla 100%, pero tiene muchos avances. Estamos reconocidos como pueblos originarios, ahí están reconocidas las autonomías regionales, realmente nosotros necesitamos autonomías regionales, departamentales, porque hoy en día hay mucha burocracia a nivel nacional, en los departamentos por ejemplo, hoy me sorprenda en

---

<sup>41</sup> Segundo Linera (2006) a vitória de Evo Morales em 2005, representou uma mudança no curso da História moderna na Bolívia para os indígenas e os MIBs. A descolonização do Estado se dar desde o combate a segregação dos povos originários e contra as injustiças, mas também dentro do processo de nacionalizações dos recursos naturais marcaram desde o início a chegada do MAS e dos “MIBs” ao poder – a esquerda indígena no poder – É o exercício do poder dentro do *novo modelo econômico* ou *capitalismo andino-amazônico* que conjuga o crescimento da economia industrial com a transferência dos excedentes de produção para as comunidades, com objetivos de fomentar suas formas de *auto-organização* e o desenvolvimento do mercado próprios das regiões andinas e amazônicas. O Estado utilizará os excedentes produzidos dos hidrocarbonetos nacionalizados, para potencializar o desenvolvimento autônomo das comunidades originárias. Este processo pode criar, um regime *comunitarista e socialista*, baseado nas pequenas *redes comunitárias*.

Beni el tema de los servicios básicos. Por eso queremos nosotros que haya una descentralización con las autonomías para poder ya mejorar nosotros nuestros pueblos, y para poder determinar nuestros proyectos. No solo en eso, las mujeres también están incluidas en el texto constitucional, y antes no eran reconocidas las mujeres, entonces para nosotros, hoy el texto es de mucha importancia porque realmente se ven los beneficios y como le decía, el problema es que tenemos que elaborar las leyes, las normas, a base que nosotros saquemos las propuestas, los talleres en los ampliados (Entrevista a Nelly Dassi Fuentes, secretaria general de la Federación de pueblos originarios de Chuquisaca, Beni, día 20 de março de 2009).

#### **4.4. Os movimentos indígenas na encruzilhada: Entre o Estado e a comunidade indígena**

Hoje, os MIBs encontram-se na encruzilha. Tal afirmação não é mero acaso, e foi constituída ao longo da historia dos próprios MIBs nos seus momentos de ascensão e de refluxo. A adaptação e a resistência impulsionaram uma inovadora forma de intervenção na Bolívia contemporânea, mas se encerrando um ciclo com a vitória eleitoral do MAS de Evo Morales a presidência do país. Portanto, o que torna esta encruzilhada em uma realidade comensurável e palpável para um olhar sociológico é a construção que apresentamos ao longo desta tese, onde o MAS aparece como um dos principais ator político e como Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP) como é referendado pela própria CSUCTB. Ou seja, o MAS atua com um projeto de poder em dois flancos, o primeiro visa obter o Estado como forma principal de deliberação do seu poder, e o segundo é ser o partido que tem a pretensão de dirigir os MIBs em direção a transformação da sociedade boliviana, buscando unidade na assimilação dos temas originários e indígenas por este partido, mesmo que de forma parcial<sup>42</sup>.

Claro, está completamente capturada la CSUCTB. Un tiempo atrás, CONAMAC es un poco más autónoma, las organizaciones indígenas son más autónomas. La CSTCUB ha sido completamente capturada por el MAS. Porque primero fue dividida, primero había dos CSTCUB, una del MAS y otra de los indianistas autónomas. (Entrevista a Sílvia Rivera, Socióloga e docente da UMSA, La Paz 21 de março de 2009).

**Elizardo:** Qual é o grau de autonomia hoje dos movimentos indígenas com relação ao Estado boliviano?

**X.A:** Quando se fala de autonomia agora, falam do mesmo do que os primeiros kataristas diziam “acabemos com o pacto militar”. E no sentido de podermos nos realizar dentro de um Estado, da maneira que somos. É uma autonomia como “não nos esmaguem, queremos crescer”. Por outro lado, há outra autonomia, que é de Santa Cruz, assim “tenemos muito desenvolvimento, porque é que temos que partilhá-lo com

---

<sup>42</sup> Para ver documento da CSUCTB sobre o instrumento político e sua ligação com o MAS acesse <http://www.csutcb.org>.

estes brutos. Temos que ser mais autônomos e nos desenvolvermos mais.” É mais de um tipo casi-separatista. Estes dois tipos de autonomia estão na Constituição. Agora como isso se realizará no território, isto é outra tarefa, isto é a tese que fará o teu filho. (Entrevista a Xavier Albó Antropólogo, La Paz 15 de março de 2009).

Neste sentido, no ampliado ordinário nacional da CSUCTB que participamos no Estado de Beni, região amazónica da Bolívia entre os dias 19 e 20 de março, devidamente documentado em fotos, vídeos e entrevistas foi possível verificar o grau de atrelamento dos MIBs ao MAS e consecutivamente ao Estado atual. Assim, nas diversas intervenções orais feitas em plenário pelos diversos dirigentes campesinos-indígenas de vários pontos do país presentes no encontro, foram manifestados votos de apoio incondicional ao MAS como sendo o governo e o partido dos povos indígenas. Um dia antes do encontro, realizamos uma entrevista com o secretário-geral da CSUCTB:

**I.A:** Me llamo Isaac Avalos, soy ejecutivo nacional, Dirigente nacional de la Confederación de Campesinos, pero no solamente son campesinos, hay originarios quechuas, aymaras y algunos indígenas del Oriente, y el movimiento campesino obviamente. Más o menos tenemos tres millones de afiliados em Bolivia. De los diez millones que tenemos, tenemos más o menos tres millones de afiliados. Nuestra organización es la organización más grande del país, estructurada en los nueve departamentos. La organización viene a nivel de la Provincia, a nivel del Departamento y después a nivel de la CSTUCB. Bueno, yo soy del Oriente, soy Cruceño. No soy altiplánico. Por segunda vez he sido elegido en esta organización, y me toca dirigirla ahora dos años más. Entonces, la estructura, obviamente, política, organizativa viene de abajo, de las comunidades. Pero desde ahí, desde las comunidades hemos emprendido el tema político, el instrumento político, para sacar a nuestro hermano Evo Morales. El hermano Evo Morales es nacido de la CSUTCB, entonces desde ahí hemos sacado el Presidente Evo Morales, pero no hemos unido en CIDOB, CONAMAG, Mujeres nacionales, Confederación de Mujeres, Colonizadores. No hemos unido las organizaciones, mas a los trabajadores y hemos logrado sacar al Presidente hermano Evo Morales (Entrevista a Issac Ávalos, secretário geral da CSUCTB, e deputado do MAS, dia 18 de março de 2009).

Por outro lado, percebemos que não existe consenso dentro do conjunto dos MIBs com uma adaptação mais vertical ao MAS, no Ampliado nacional havia alguns setores dos MIBs, principalmente da CIDOB que polarizaram com a direção da CSUCTB, ou menos estiveram ausente do encontro por pensar ser um fórum do governo:

**R.J:** la CIDOB, a comparación con la CSTCUB, no estamos tanto apegados con el Gobierno, queremos más independencia. El gobierno tiene que acceder a las políticas nuestras. En cambio en la CSTCUB, lo que dice el Gobierno, ellos lo hacen.

**Elizardo:** Lo que dice usted es muy interesante. Pienso también que los movimientos sociales tienen que tener una cierta independencia en relación al Estado. Es lo que está haciendo la CIDOB? Apesar de algunas relaciones con el Estado.

R.J: Nosotros tenemos relaciones con el Gobierno porque él acolló nuestras demandas, y les ha llevado a la palestra del Congreso. El tema de la tierra, el tema de los recursos naturales, el tema de la petrolera. Yo no soy oficialista porque mi pueblo, mi organización, las reglas internas no permiten que el Gobierno nos dirija. Nosotros tenemos que dirigirlo a él. Esa es la política CIDOB.

Elizardo: Cual es la relación de su organización con el MAS?

R.J: Nosotros como organización, el reglamento no nos permite [...] Yo puedo ser, como persona, del partido del gobierno, el MAS. Pero yo antes de llegar aquí me quedo la camisa, y no puedo hablar por todos. Somos 10 dirigentes aquí, que nos sentamos al entorno de esta mesa, deliberamos, sacamos conclusiones, hacemos propuestas y “Señor Presidente, entonces que vamos hacer?”. En cambio el CSTCUB va por las siglas políticas (Entrevista a Remberto Justiniano, Presidente de la Central de Pueblos Indígenas del Beni (CPIB), Beni, 19 de marzo de 2009).

Touraine (1989) ainda nos anos 80, afirmava que “a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autónoma”. Assim, os MIBs se por um lado, perderam certa mobilização na ação diteta contra o Estado. Por outro lado, desde a vitória eleitoral do MAS, fizeram algumas manifestações em defesa do governo, como uma grande marcha em 2007 para aprovação de reformas constitucionais naquele momento, e ainda em 2009 uma outra para a aprovação do calendário eleitoral de 2009.

Jaime Riba: La relación es buena. Realmente por primera vez en la historia el campesino, el indígena en Bolivia está incluido dentro de la Constitución política del Estado y dentro de los programas del Gobierno. Y es quizás gracias a un hermano nuestro que se ha levantado de abajo para arriba, entonces nosotros apoyamos al Gobierno y también ver cuando la cosa está mal para corregir la cosa.

Jaime Riba: Sí las reivindicaciones continúan. Parte de nuestros problemas serán resueltos con la aprobación de nuestra Constitución. Realmente debemos unirnos porque el neoliberalismo sigue implantado en Bolivia. Donde habito, yo soy del Pando, tenemos compañeros de (LA MASACRE?), y ahora el oficialismo marcha para que liberen a los asesinados, no valorizan la vida, yo le recuerdo al oficialismo porque los que han muerto en el Pando son seres humanos, que tienen sentimientos, que han dejado hijos, que han dejado huérfanos, que han dejado viudas [...] (Entrevista a Jaime Riba, Presidente del CONELCAN y he sido delegado por la Federación Departamental al Congreso de la CSUTCB, Beni día 20 de marzo de 2009).

MZ: No pues todas las personas aquí de este Congreso no son de Evo Morales, son del partido del MAS, pertenecen a él. El campesino está con el Presidente, los indígenas también y el pueblo también. De lo que estamos cansados es de los abusos que ha vivido Bolivia, no solamente el campesino, el indígena-campesino, es la gente pobre del pueblo, ha sido marginado siempre, aquí todo ha sido para los ricos y nada para el pobre, entonces pensamos que aún puede haber un cambio político con este Gobierno, siempre cuando su contorno lo ayude, porque sólo no puede. Evo Morales es una esperanza para Bolivia, para el pueblo boliviano.

Elizardo: Usted piensa que las banderas históricas del movimiento campesino indígena, están siendo temporariamente olvidadas?

MZ: El campesino sí, no el indígena. El indígena está bien protegido porque lo protege la oposición y lo protege el Gobierno. Esperamos que más adelante el Gobierno, ponga más atención que el campesino también necesita ser escuchado.

MZ: Sí es muy importante. Mire, con este Presidente el campesino boliviano podría llegar a ser muchas cosas, porque el campesino ha sido abandonado, nunca se lo ha tomado en cuenta el otro Gobierno, incluso en el momento de la distribución de tierra por el Presidente ...Zamora, se distribuyó tierra pero al campesino no se le dio nada, todo ha sido para los indígenas porque hay un problema en el país, que al indígena por el interés de los votos se le da muchos favores, pero también tenemos campesinos, y al campesino siempre ha sido abandonado, no se lo tome en cuenta (Entrevista a Marta Zamora, Presidente de los pequeños y medianos ganaderos de Zamoja, Beni día 20 de marzo de 2009).

Como demonstramos, se por um lado existi um grande apoio dos MIBs ao governo de Evo, por outro lado, o caminho traçado até agora não aproximou os MIBs efetivamente em direção a comunidade por vias institucionais, tendo em vista, que a nova Constituição política não referenda as autonomias territoriais dos povos originários, como reivindicado no início do século XXI. Assim, o maior risco dos MIBs pode estar relacionado com suas redes internas (MAS, divergências programáticas consideravelmente opostas, captação de dirigentes indígenas para cargos burocráticos), e por fim, o problema da falta de combatividade e polarização, com os rumos do novo “Estado-plurinacional” que o MAS vem construindo, em consonância com os MIBs e o conjunto dos movimentos sociais que consensualizaram-se com o MAS. O retorno a comunidade originária fica mais distante a medida em que existe uma maior aproximação dos diferentes atores em jogo.

Por outro lado, momentaneamente existe uma estabilidade social na Bolívia, principalmente após a aprovação da nova constituição de Estado. Ou seja, surgiu o chamado *sensu de comunidade* empregado por Herbele ao actual Estado boliviano.

Pacheco: Bueno nosotros debemos tomar las decisiones de los pueblos indígenas de Bolivia, tomar los terrenos, las tierras fiscales y hacer asiéntanmelos humanos para los que no tienen tierras y trabajar para el desarrollo comunitario (Entrevista a Cobidal Pacheco, miembro da federación do norte de Potosí filiada a CSUTCB).



## Conclusão

Procurámos ao longo deste trabalho recupera algumas das possíveis contribuições da sociologia dos movimentos sociais, para a compreensão da natureza dos MIBs. Neste sentido, demos ênfase a algumas teorias que se mostraram mais apropriadas para o objeto em estudo.

No decorrer do texto fizemos algumas conclusões parciais nos pontos que tange os MIBs, o Estado-nação e a sociedade civil boliviana. Neste linha, apresentámos a perspectiva de Touraine segundo a qual os MIBs são NMSs que se apresentam dentro de uma perspectiva antiglobalização, altermundista, além de serem um movimento social de tipo histórico novíssimo baseado no quadro proposto por Salvador Aguilar.

De fato, no início da década de 90, concretiza-se a ascensão dos partidos políticos indianistas, através da retórica étnica, que ganha uma nova forma e uma nova visibilidade no contexto boliviano. A crise do neoliberalismo e a incapacidade do Estado-nação boliviano em auto-legitimar-se, fez com que o modelo de democracia vigente fosse colocado em questão, e se transformasse no principal alvo de orientação interventiva dos MIBs.

Assim, para chegarmos ao patamar recente de análise, fizemos um apanhado histórico, político e sociológico dos MIBs, acompanhando sua trajetória política e social na sociedade boliviana. Neste sentido, demonstrámos as mudanças interventivas e reivindicativas dos MIBs ao longo deste contexto, e o auge das suas ações coletivas desencadeadas nas rebeliões entre 2000 e 2005.

Por outro lado, procurámos visualizar os MIBs conjugados com outros atores sociais em jogo (Estado e movimento sindical), bem como, observar as suas relações internas (entre os representantes e representados). Notamos que a resolução dos problemas dos MIBs em geral é resolvida através da conflitualidade social. A nível externo, uma vez localizado o opositor para a ação coletiva, define-se a plataforma de intervenção política. A nível interno, os conflitos são resolvidos através da burocracia, e da capacidade das lideranças em criar consenso.

Assim, demos grande parecer aos motivos de suas exigências e existência como movimento social, bem como o que pretendem com sua ação coletiva ilustradas no capítulo três e quatro – a questão dos recursos naturais (terra, coca e gás), das autonomias dos territórios originários, do direito ao uso do direito consuetudinário

sem está subordinado ao direito moderno, do projeto de Democracia plurinacional e redistributiva, e da resistência sistemática ao modelo de governação neoliberal.

Além disso, uma das nossas hipóteses específicas foi aplicada e conjugada com a perspectiva teórica das tipificações dos movimentos sociais, e suas limitações como alternativa da observação empírica. Desde logo, em resultado da complexidade do estudo dos movimentos sociais aumentar em contexto latino-americano, devido as grandes mudanças políticas (governos ditatoriais, democracia débil, oligarquias, plutocracias), económicas (ausência do Estado, concentração de renda, latifúndios, desenvolvimentismo, industrialização tardia, trabalho exploratório), mas também culturais e sociais (cultura milenar subordinada a modernização ocidental, hierarquias sociais baseados nos aspectos étnicos-culturais, identidades coletivas dilaceradas, classes sociais fragmentadas e em constante mudança, identidades indígenas originárias).

Neste sentido, de acordo com nossa hipótese geral incorporamos as seguintes observações teóricas para compreensão dos MIBs. Trata-se do ressurgimento de *novos sujeitos políticos* no contexto boliviano (Touraine, 1998). O seu surgimento e ressurgimento estão consecutivamente vinculados a mudança significativa que sofreu a sociedade e o Estado no passado: 1) Pela derrota da revolução de 1952; 2) Pela recuperação da *memória perdida* dos indígenas (Rivera, 2003); pela 3) a reorientação étnica devido a mudança do próprio *neo-totalitarismo* na América Latina e na Bolívia (Linera, 2008) que é a manifestação da globalização neoliberal.

Portanto, a análise dos MIBs devem ser feita levando em conta as categorias que já mencionamos no primeiro capítulo. Neste sentido propomos aqui uma discussão conclusiva e linear das categorias anteriormente onde construímos preposições para enquadramento dos MSLA e dos MIBs.

Sendo assim, afirmamos que os MIBs são movimentos sociais que têm objectivos claros na sua intervenção política e social na sociedade boliviana. Os nortes das suas reivindicações são matérias e imateriais, e visam modificar a realidade social ao qual estão inseridos, buscando transmitir seus valores culturais e políticos criados ao longo das suas experiências históricas. São agentes transformadores da realidade boliviana na medida em que procuram maximizar os seus objetivos ao exterior, obtendo sucessos e insucessos em sua caminhada, mas seguindo uma postura de oposição à modernização ocidental, primeiro: a lembrança do passado colonial e de exploração material

(trabalho escravo e servil), subjugação de valores culturais e simbólicos ancestrais, república oligárquica de dominação política legitimada pela elite crioula, fracasso da revolução de 1952, e pelo neocolonialismo baseado no modelo neoliberal.

Assim, o ciclo de ações coletivas desencadeado pelos MIBs em 2000 e 2005, demonstrou que a forma de intervenção dos MIBs não era revolucionária no sentido aplicado pela teoria marxista. Portanto, os MIBs enquadram-se hoje mais dentro do paradigma dos NMSs e é um movimento de contestação a ordem económica verticalizada empregada pelo última “onda” de modernização.

Neste sentido, os MIBs buscam uma saída “pós-colonial” – fim da opressão social, política e cultural oriunda do período colonial - para construção de uma nova sociedade, que é baseada na inclusão indígena nos órgãos diretivos. Neste sentido, os MIBs estão inseridos dentro deste núcleo central da modernidade boliviana e podemos dizer que é a parte ou a “camada” mais importante da vida social da sociedade boliviana – promovendo constante atualizações sistemáticas da sua plataforma de intervenção e de suas reivindicações na realidade social conforme o avanço da modernidade, a alternância de suas lideranças e a mudança de governos e regimes.

Portanto, essas mudanças vividas pelas instituições políticas bolivianas são uma das características centrais ao processo de estabilização política dos MIBs, ao qual chamamos de *metamorfose*, que na verdade são compostas de uma racionalidade vinculada à sobrevivência como movimento social. Com isto, aumenta também a sua heterogeneidade porque mais setores da sociedade civil entram em sua organização - ocorre a diminuição da estrutura de classes sociais, sendo quebrada “a barreira” que defini as classes médias e as classes trabalhadores urbanas e rurais, com o surgimento de um novo setor da classe média e trabalhadora ao qual Linera chama de *plebeus* (Lineira, 2008). Ou seja, os MIBs deixam de ser somente rurais e passam a ser também urbanos e com setores da classe média e do movimento sindical defendendo suas teses a medida em que os MIBs ganham visibilidade e mais espaço na sociedade civil e no Estado.

Por outro lado, as redes internas e externas dos MIBs aumentaram e se complexificaram como nunca ocorreu antes. Internamente, as redes se demonstram mais elásticas que nas décadas anteriores. Externamente se estenderam para a vários países dos Andes que possuem populações indígenas e com incidências de conflitos

étnicos, como a Confederação de Nacionalidades do Equador (CONAIE) e o Conselho Indígena do Centro América (CICA), entre outros.

As novas tecnologias operacionalizadas pela globalização foram muito bem capitalizadas pelos MIBs ao serem utilizadas como “arma” de propaganda ideológica e programática para criar maior consenso na Bolívia. Em paralelo, o discurso étnico (ensino do idioma indígena, respeito pelas noções originárias, ao culto religioso, a cosmo visão) é uma característica que vem tendo sucesso nesta nova fase de inclusão política de algumas demandas indígenas - a perspectiva modernização e da gerência do “novo” Estado com a vitória do MAS, após a aprovação da Nova Constituição de Estado em 2009. Neste sentido, os tipos de ações coletivas desencadeadas pelos MIBs também se modificaram e passaram a ser mais moderado visando em sua essência a construção de uma democracia mais plural e participativa, deixando de lado, ou em segundo plano o retorno à “comunidade originária” conforme alguns setores dos MIBs defendem ainda hoje. Assim, uma outra característica importante é a longevidade dos MIBs, sendo inaugurada pelo MIK e permanecendo até hoje em diversas organizações em todo o país, que são diferentes internamente de acordo com a região. Assim, como não existe um grande consenso entre várias confederações e organizações indígenas, ainda permanece vivas algumas demandas antigas, e a modernidade criou novas que surgem no seio das comunidades indígenas e também “indígenas urbanas”.

Por último, a maior presença dos MIBs na vida política do país, não significa a substituição do movimento sindical (COB) pelos MIBs (CSUTCB). Mas de fato, o desprendimento e a modificação dos MIBs no seu discurso, é oposto ao discurso já estereotipado do movimento sindical clássico. As explosões e as grandes manifestações do início do século XXI na Bolívia, os MIBs estivessem em uma posição favorável em termos de inserção política e condução das ações coletivas mais significativas, ou seja, são os principais agentes das ações coletivas nestes momentos, e ainda hoje gozam de grande prestígio e tendem a crescer. Apesar das ações políticas se reduzirem significativamente devido a natureza do atual Estado boliviano.

Portanto, não acreditamos que exista sucessos e insucessos finais e definitivos na história dos MIBs, mas sim vitórias e derrotas pontuais ao longo da sua vida política. Porém, algumas derrotas foram duradouras, como a crise da revolução de 1952, o PMC, as ditaduras de Estados, a perda de soberania dos recursos naturais. Assim, se a vitória eleitoral do MAS em 2005, considerado um partido indígena reformista é

incorporada por um amplo setor dos MIBs como sendo a sua vitória, isso significa que o processo de ação coletiva iniciado em 2000 foi vitorioso para os MIBs e para o MAS. Portanto, esta vitória eleitoral, permanece sendo o principal fato social recente na vida política dos MIBs, ainda que fique de fora algumas reivindicações criadas nos levantes pelos povos originários. Assim, os MIBs foram e são protagonistas da sua própria história, pois conseguiram incorporar na Nova Constituição de Estado de 2009 algumas atribuições do direito consuetudinário que é baseado nos aspectos de direitos originários e comunais, as chamadas autonomias regionais dos territórios originários ainda que de forma parcial. Foi neste sentido que Evo Morales aprovou em agosto de 2009, um decreto que permitirá às comunidades indígenas a possibilidade de promover referendos sobre as propostas de autonomia que deverão realizar-se em dezembro de 2009, no mesmo momento das eleições legislativas e presidenciais na Bolívia (Público, 2009).

No aspecto económico, ocorreram as nacionalizações dos hidrocarbonetos ainda que de forma parcial, da água, e a criação de uma nova lei de reforma agrária definindo os limites da propriedade privada, bem como, o reconhecimento em curso dos territórios originários e o discurso do governo pela legalização e discriminação do plantio de coca. Por outro lado, há indícios de que o governo continue com uma política de erradicação da folha a longo prazo. No plano político, ocorreu a incorporação de ministros e deputados indígenas ao nível estatal, o governo mostra-se próximo aos movimentos sociais e aos MIBs.

Por fim, a tese do capitalismo andino-amazónico (Linares, 2006) ganha mais visibilidade e espaço nos média e no seio dos MIBs. A plurinacionalidade “enche os olhos” dos representantes e representados nessa nova realidade do Estado boliviano, sendo o principal slogan do governo de Evo Morales. Assim, o redirecionamento do discurso indígena em busca de uma democracia mais redistributiva e equitativa, e baseada nos marcos descolonizadores faz jus à perspectiva dos seus ideólogos, que visam a mudança dentro dos marcos da institucionalidade e do modelo de Estado ocidental vigente.

Em síntese, é neste conjunto de fatos que podemos falar do florescimento e reconhecimento da noção de “indígena”, na sua reconstituição como própria e originária. Bem como é nos momentos históricos tratados e visualizados que é possível verificar a força, a identidade e as perspectivas para o futuro dos MIBs. Não somente

no contexto conflitual, mas também na vida comunitária e das comunidades remanescentes presentes na vida política de alguns setores indígenas. Ou seja, os MIBs continuam na expectativa da mudança social, de sua inclusão política, cultural e social definitiva, esperando momentaneamente os desfechos desta nova fase pós aprovação da constituição de Estado, para então decidir quais os rumos e os sentidos da sua ação coletiva.

## Referências bibliográficas:

Aguilar, Salvador. (2001), *Movimientos Sociales y Cambio Social. Una lógica o varias lógicas de acción colectiva?* Revista Internacional de Sociología (RIS), N°30 pp. 29-62.

Albó, Xavier (2002), *Pueblos indígenas en la Política*, CIPCA, La paz.

\_\_\_\_\_ (2008), *Movimentos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*, La Paz: CIPCA.

Alejo, Esteban Ticona (1996), *CSUTCB Trayectoria y desafíos, Informe Especial* (La Paz: CEDOIN).

Alexander, Jeffrey C. (1998), *Ação coletiva, cultural e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*, Rev. Bras. Ci. Soc. V.13 n.37 São Paulo.

Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102091998000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102091998000200001&script=sci_arttext)

acesso em 29 de jun de 2009.

Alvarez, Sônia E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo. "Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos". In: Alvarez, Sônia E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Anderson, Perry [et al.] (2003), "La trama del neoliberalismo: mercado, crisis y exclusión social". In Sader, Emir; Gentili, Pablo (orgs.), *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social*. 2ª. ed. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina.. p. 192. ISBN 950-23-0995-2

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/trama/social.rtf>

Anderson, Perry (1992), *O fim da história - de Hegel a Fukuyama*, Ed. Jorge Zahar Rio de Janeiro.

Andrade, Everaldo de Oliveira (2007), *A revolução Boliviana*, Ed. Unesp.

Ballivián, Salvador Romero (2007), *Cuadernos del cendes*, año 24. n° 65 tercera época mayo-agosto 2007

Blumer, Herbert. (1978), "A massa, o público e a opinião pública". In Cohn, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional.

Boltanski, Luc ; Chiapello, Ève (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme et les nouvelles formes de la critique*. Paris: Gallimard.

Boron, Atilio A. (2003), *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*, CLACSO, Buenos Aires.

Boron, Atilio A. (2005), "The Truth about Capitalist Democracy" In Panitch, Leo; Leys, Colin (orgs.). *Socialist Register 2006, Telling the Truth* (Londres: The Merlin Press).

Burguete, Araceli (2007), *De la resistencia al poder articulación y repertorios indígenas en la lucha por el poder político: el ensayo boliviano*, Nueva Época, año 20, num. 55.

Burawoy, Michael (2000), "Grounding globalization", In Burawoy et all, *Global Ethnography*, pp. 337-350.

Camacho, Natalia Balderrama (2001) *El movimiento campesino boliviano: entre la resistencia y la adaptación*. Informe final del concurso: Culturas e identidades en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO.  
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2000/camacho.pdf>

Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo. (1979). *Dependência e desenvolvimento na America Latina: ensaio de interpretacao sociológica*. 5. ed. Zahar

Castells, Manuel, (1999), *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (2002), *O poder da identidade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Chavel, François (1999), "Movimentos Sociais", In Boudon, Raymond (org.), *Tratado de Sociologia*. Ed. Jorge Zahar Rio de Janeiro.

Chávez, Patricia y Mokrani, Dunia (2007), *Los Movimientos Sociales en la Asamblea Constituyente. Hacia la Reconfiguración de la Política*, In *Observatorio Social de América Latina (OSAL)* (Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) N° 22, septiembre.

Coggiola, Osvaldo (2006), *América Latina Siglo XXI ¿Una Revolución En Marcha?*  
Disponível em <http://www.gtehc.pro.br/Textos/Osvaldo%20Coggiola-%20America%20Latina%20Siglo%20XXI.pdf> Acesso em 26 junho de 2009.

Colognese, Antônio Sílvio; Mêlo, José Luiz Bica de. (1998), *A técnica de entrevista na pesquisa social*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, pp. 143-159.

Cordova, Maria Julieta Weber (2007), *Talcott Parsons e o esquema conceitual geral da ação*. Emancipação, p. 257-276.  
Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao/pdfs/revista%207-2/MariaJulieta-artigo-13.pdf> acesso em 01 de jul de 2009.

Costa, Hermes Augusto T. M. (2005), *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*, Dissertação de Doutorado em Sociologia, Coimbra.

CSUTCB, *Marcha por la renta dignidad y la revolucion social*, Bolívia, 2009, 1 CD-ROM.

Domingues, José Maurício; Maneiro, María (orgs.). (2006), *América Latina Hoje*, Ed. Civilização Brasileira.

Domingues, José Maurício (2007), *Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades*. Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

Dubet, François. (2004), “Between a Defence of Society and a Politics of the Subject: the Specificity of Today’s Social Movements”, *Current Sociology*, July, Vol. 52(4): 693–716.

Durkheim, Émile. (1995), “*Da divisão do trabalho social*” I. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes.

Editorial política internacionla. *Bolívia*, Jornal o Público, Portugal, 04 de agosto de 2009.

Estanque, Elísio (1999a), *Acção Colectiva, comunidade e movimentos sociais: Para um estudo dos movimentos de protesto público*. Revista crítica de ciências sociais, nº 55.

Estanque, Elísio Guerreiro (1999b), *Classe e Comunidade num Contexto em Mudança*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Coimbra.

Filho, Carlos F. M. de Souza (2003), “Multiculturalismo e direitos coletivos”. In: Santos, Boaventura de Souza (org.). *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Ed. Civilização brasileira.

Flacks, Dick (2005), *A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais*, Revista Crítica de ciências sociais, 72, p. 45-66, coimbra.

Friedman, Milton (1995), *Capitalismo e Liberdade*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, (Os Economistas).

Garretón, Manuel Antonio (2002), *La transformación de la acción colectiva en América Latina*, Revis de la Cepal, n.76.

Gohn, Maria da Glória (2002), *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*, 3 ed. Loyola, São Paulo.

Habermas, Jürgen. (1987), *Théorie de l’Agir Communicationel*, Ed. Paris: Fayard.

Le Bon, Gustave (1995), *Psychologie des foules*. 5° ed. Paris, PUF.

Disponível em <http://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html> acesso em 22 de jul de 2009.

Hayek, Friedrich August von. (1990), *O caminho da servidão*. Trad. Anna Mª. Capovilla et al. 5ª ed., Rio, Instituto Liberal.

Harvey, David (1992), *A condição pós-moderna*. Ed. Loyola, São Paulo.

Ianni, Octavio (1975), *O colapso do populismo no Brasil*. 3.Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Ivana Deheza, Grace (2007), *Bolívia: ¿Es posible la construcción de un nuevo estado? La asamblea constituyente y las autonomías departamentales*. Revista de ciencia política, volumen 28, nº 1, pp. 61 – 79.

Disponível em:

[http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2008000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2008000100004&script=sci_arttext)

Katz, Claudio (2007), *Las nuevas rebeliones latinoamericanas. Rebelión*. Disponível em: <[http://issuu.com/combate.info/docs/katz/15?mode=a\\_p](http://issuu.com/combate.info/docs/katz/15?mode=a_p)> Acesso em 26/06/09

Kowarick, Lucio (1985), *Capitalismo e marginalidade na America Latina*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lucas, Edwin Cocarico (2006), *El Etnocentrismo Político-Jurídico y el Estado Multinacional: nuevos desafíos para la democracia en Bolivia*. *America Latina Hoy*, 43, pp. 131-152.

Linera, Álvaro Garcia (2006), *El capitalismo andino-amazónico*, En *Le Monde Diplomatique*, edición boliviana, enero.

\_\_\_\_\_ (2007), *El desencuentro de dos razones revolucionárias. Indianismo y Marxismo*. In publicação: *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano* no. 3. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/garcia/garcia.pdf>

Acesso em 7 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_ (2008), *La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. In publicação: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), Buenos Aires; PROMETEO libros, Buenos Aires. Outubro.

Maeso, Sílvia Rodriguez (2006), *El espacio de la identificación cultural*, *Papeles del CEIC* vol. I.

Disponível em:

<http://www.identidadcolectiva.es/pdf/24.pdf> Acesso em 16 de setembro de 2009.

Maeso, Sílvia Rodriguez (2008), *Relaciones de poder e inscripciones identitarias mujeres y diferencia cultural indígena en contextos latinoamericanos*, *Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*, ex æquo, n.º 17 pp. 53-70.

Disponível em:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aeq/n17/n17a04.pdf> Acesso em 16 de setembro de 2009.

McAdam, Douglas; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles (2001), *the Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

Machado, Jorge Alberto S. (2007), *Activismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n.º 18, jul./dez. p. 248-285.

McCarthy, John D; Zald, Mayer N. (2003), "Social Movement Organizations", In: Goodwin, Jeff; Jasper, James, M. Jasper (orgs.). *The social movements reader: Cases and concepts*, Ed. Blackwell Readers in sociology.

Marx, K. e Engels, F. (2003), *Manifesto Comunista*. Instituto José Luiz e Rosa Sundermann.

Melucci, Alberto. (1999), *Challenging Codes: Collective action in the information age*, Ed. Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ (2001), *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Ed. Vozes.

Mirza, Christian Adel. (2006), “Capítulo III. Sistemas políticos y movimientos sociales: das realidades interpenetradas”, In *publicacion: Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias*. Programa Regional de Becas CLACSO, Buenos Aires, Argentina. ISBN: 987-1183-45-3.

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/mirza/partellcap3.pdf>

Acesso em 20 de julho de 2009.

Mouriaux, René; Bérout, Sophie (2000), *Para una definición del concepto de ‘movimiento social*, OSAL (Buenos Aires: CLACSO).

Neves, Lino João de Oliveira (2003), “Olhos mágicos do sul (do sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil”. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Porto: Edições Afrontamento, v. 3, p. 87-116.

Nueva Constitucion Política del Estado (2009), Ed. U.P.S, La Paz, Bolívia.

Nunes Lins, Hoyêdo (2009), *Estado e embates socioterritoriais na Bolívia do século XXI*, Revista de Economia Política, vol 29, nº 2 (114), pp. 228-244.

Olson, Mancur. (1999), *A lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: Edusp

Paco, Felix Patzi (2007), *Insurgencia y Sumisión: Movimientos sociales e indígenas*, Ed. DRIVA, Bolivia.

Postero, Nancy Grey (2005), “Movimientos indígenas bolivianos: articulaciones y fragmentaciones en búsqueda de multiculturalismo” In Enrique, Lopez; Regalsky, Pablo (orgs.). *Movimientos indígenas y Estado en Bolivia*, Ed. PROEIB Andes.

Quijano, Anibal (2000), “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”, Em Lander, Edgardo (org.). *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, Clacso/Unesco.

Disponível em: <http://sala.clacso.edu.ar/gsdll/cgi-bin/library?e=d-000-00---0sursur--00-0-0--0prompt-10---4-----0-0l--l-es-50---20-help---00031-001-l-0utfZz-8-00&cl=CLI.l&d=HASH0128b8b89ed63be2206f214e.l&gt=l>

Acesso em 7 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_ (2005), *Socialism and Democracy*, vol. 19, núm. 3 Routledge, Nueva York.

Quivy, R. Campenhoudt, L. (2003), *Manual de investigação de ciências sociais*, 3.ed. Lisboa: Gradiva.

Ramírez, Fernando Prada (2005) “ Diversidade ecológica e descentralização política: Territoridade indígena, Estado nacional, petróleo e biotecnologia” In Idem.

Regalsky, Pablo (2003), *Etnicidad y clase*, Ed. Plural, La Paz Bolívia

\_\_\_\_\_ (2005), “Territorio e interculturalidad: La participación campesina indígena y reconfiguración del espacio andino rural” In Enrique, Lopez; Regalsky, Pablo (orgs.). *Movimientos indígenas y Estado en Bolivia*, Ed. PROEIB Andes.

Rivera, Silvia Cusicanqui (2003), *Oprimidos pero no vencidos:luchas del campesinato aymara y qhechwa 1900-1980*. Ed. Taller de Historia Oral Andino (THOA), La Paz, Bolivia.

Sader, Eder (1988), *Quando novos personagens entram em cena*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Sader, Emir (2006), “América Latina en el siglo XXI” in Boron, Atilio A.; Lechini, Gladys (orgs.). Publicación: *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio. ISBN 987-1-183-41-0

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Pela mão de Alice. O social e o político na pósmodernidade*. Porto: Afrontamento, 8ª edição.

\_\_\_\_\_ (org.) (2001a), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.

\_\_\_\_\_ (2001b), “Los nuevos movimientos sociales”. Revista OSAL, CLACSO.

\_\_\_\_\_ (2005a), *A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, p. 7-44.

\_\_\_\_\_ (2005b), *O Fórum Social Mundial: Manual de uso*. Porto: Afrontamento.

Scherer-Warren, Ilse (1998), *Movimentos em cena...e as teorias por onde andam?* Revista Brasileira de Educação, Número 09, setembro, Caxambu.

\_\_\_\_\_ (2005), *Contribuição de alain touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos*, Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 39-45.

Seoane, José; Taddei, Emilio; Algranati, Clara (2006), “Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina”, In publicación: *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*. Boron,

Atilio A.; Lechini, Gladys. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio. ISBN 987-1183-41-0  
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politica/PIIICuno.pdf>  
Acesso em 7 de julho de 2009.

Stefanoni, Pablo (2003), *MAS-IPSP: la emergencia del nacionalismo plebeyo*. OSAL, n° 12, p.57-68.

Tarrow, Sidney (1994), *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: University Press.

Tejerina, Benjamín (2005), *Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: Los caminos de la utopía*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, p.67-97.

Tilly, Charles (2004). *Social Movements, 1768-2004*. Paradigm Publishers, Lodon.

Touraine, Alain (1989), *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Unicamp.

\_\_\_\_\_ (1997a), *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

\_\_\_\_\_ (1977b), “Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes”, In Albuquerque, J. A.G (org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (1998), “Os movimentos sociais” Em Touraine, Alain (org.), *Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 127 – 172.

\_\_\_\_\_ (2006) “Na fronteira dos movimentos sociais”, In *Sociedade e Estado*, vol. 21, n° 1, pp. 17-28. Brasília.

Trejo, Guillermo (2006), “Etnia e mobilização social: uma revisão teórica com aplicações à “quarta onda” de mobilizações indígenas na América Latina” in Domingues, José Maurício; Maneiro, María (orgs.). (2006), *América Latina Hoje*, Ed. Civilização Brasileira.

Van Cott, Donna Lee (1994), *Indigenous Peoples and Democracy in Latin America*. New York, St, Martin´s Press.

Weber, Max. (2004). *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. 2. v. 4. ed. São Paulo: UNB.

Zapata, Alvaro (2006), *Ciudadanía Clase y Etnicidad: Un estudio sociológico sobre la acción colectiva en Bolivia a comienzos del siglo XXI*, Ed. Yachaywasi.

Zibechi, Raúl (2006), *Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos*. OSAL, Buenos Aires/CLACSO, año VII, n° 21, sep-dec., pp.221-230.

Zulma Villegas; Martínez (2005) Territorio e interculturalidad: La participación campesina indígena y reconfiguración del espacio andino rural” In Enrique, Lopez; Regalsky, Pablo (orgs.). *Movimientos indígenas y Estado en Bolivia*, Ed. PROEIB Andes.

Zucco Jr, Cesar (2008), *Bolivia: Política Doméstica e Inserção Regional*, In Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

## **Anexo I - solidaridad internacional**

### **Derechos Indígenas**

#### **CAMPESINOS DE BOLIVIA SE SOLIDARIZAN CON LAS VICTIMAS DE MASACRE DE INDIGENAS EN PERÙ**

Junio 06 de 2009

La Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) expresó ayer su "solidaridad" con su similar de Perú, después que una represión policial a un corte de rutas indígena en el Amazonas peruano dejó al menos 22 civiles muertos por bala, además de siete uniformados, según informes aún provisionales.

"Son campesinos, son quechuas, son aymaras, son originarios los que están muriendo a balazos por el gobierno peruano y nosotros desde aquí (Bolivia) no podemos ir a reforzar, pero desde aquí nuestro respaldo, nuestra solidaridad como movimientos sociales de Bolivia", dijo el presidente de la CSUTCB, Isaac Avalos en declaraciones a la ABI.

Fonte: ver site <http://www.csutcb.org/sitio.shtml?apc=11----&x=1362609>

Anexo 2 - de algunas fotografías do ampliado nacional.





Fotos registradas no ampliado nacional da CSUTCB no dia 19 e 20 de março de 2009.

### Anexo 3 - Guião de entrevistas

1. ¿Por qué y en qué contexto social, político y económico surgen los movimientos indígenas en Bolivia? ¿Qué es la ideología indígena?
2. ¿Cuáles son las principales reivindicaciones de los movimientos indígenas hoy en día?
3. ¿Cuáles son los principales factores que llevaron a la fragmentación y la creación de diversas vertientes en el ámbito de los movimientos indígenas? ¿Será posible conseguir un movimiento indígena unificado?
4. ¿La diversidad étnica será la principal barrera para la formación de un único movimiento indígena?
5. ¿Cuál es, en su opinión, la lucha central del movimiento indígena?

Si responde, conteste la pregunta siguiente:

6. ¿La lucha central del movimiento indígena es por la toma del Estado?
7. ¿Cuáles son los ejemplos y casos de lucha sociales importantes en los que los movimientos indígenas participaron?
8. ¿Cuál es la importancia de la Confederación Sindical Única de los Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) en las reivindicaciones de los movimientos indígenas?
9. ¿Consigue ésta representar fielmente todas la reivindicaciones de los MIBs? Si no, por qué?
10. ¿Cuál es el vínculo de los MIBs con la Central Operaria Boliviana (COB)?
11. ¿Cuál es el grado de autonomía de los MIB, hoy, antes del Estado boliviano?
12. ¿Qué significa tener a Evo Morales en el gobierno para la dinámica de los MIBs?
13. ¿Como ve usted el actual proceso de globalización en curso hoy en el mundo? ¿Y cuál es su grado de impacto para los MIBs?

14. ¿Cuál es el significado de la nacionalización de los hidrocarbonatos para el movimiento indígena?
15. ¿Hable sobre la relación histórico-cultural de los indígenas con la hoja de coca.  
¿Qué utilidad tiene la coca hoy para los indígenas?
16. ¿Qué representa la nueva constitución del Estado para os MIBs?

## **Anexo 4 – documento histórico e organizativo da CSUTCB**



### **HISTORIA DEL MOVIMIENTO**

Con la revolución agraria que empieza a tener lugar en los valles de Cochabamba, los originarios realizamos la revolución de 1952, la que fue apropiada por el partido político Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), representante de la casta dominante.

A partir de esa época, cambian el nombre de indios a campesinos y desde el nuevo Ministerio de Asuntos Campesinos imponen la creación de sindicatos agrarios, que fueron organizados verticalmente para que sirvan al gobierno. Así fundaron la Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CNTCB).

El gobierno del MNR en pocos años impuso el sindicato campesino sobre cualquier otra forma de organización en el campo, ya que el MNR tenía el interés de subordinar y controlar a los "indios" (desde ese tiempo llamados "campesinos"), a través de sindicatos manejados por el Estado que tenían dirigentes vinculados a los comandos movimientistas. Con el sindicato, querían controlar y neutralizar la movilización india y campesina, que había logrado desestabilizar por su cuenta al orden oligárquico a través de masivas rebeliones, entre las que se destacan: la de 1921 (Jesús de Machaca), la de 1927 (Chayanta) y la de 1947 (Altiplano y Cochabamba).

Buscaban frenar la consolidación de nuestra propuesta que en ese entonces era la autonomía y el autogobierno, en contra del dominio criollo, en la que los propios reformistas se verían rebasados. Al imponer la lucha sindical, tenían la esperanza de poder liquidar para siempre el "problema del indio", incorporándolos a la "civilización". Sin embargo, lograron socavar en buena medida la representación directa de las autoridades indias ante el Estado, y abrieron el paso de que esa representación fuera usurpada por los dirigentes sindicales.

## **DE LA REFORMA AGRARIA AL PACTO MILITAR CAMPESINO**

Al mismo tiempo que impusieron la lucha sindical para terminar con los ayllus y la cultura de los Pueblos Originarios, la siguiente medida estuvo amparada en la Ley de Reforma Agraria del 2 de agosto de 1953, la misma que concluía con la servidumbre gratuita y el pongueaje en las haciendas, aprovecharon la ley para distribuir las tierras en forma individual a los comunitarios y de esa forma minifundizar la propiedad.

Esta Ley fue manipulada por los movimientistas, de esa forma se concedió las mejores tierras a los patrones y sus familiares, hoy hemos llegado a ser parcelarios minifundistas y surcofundistas, peleando entre nosotros por la tierra. Así, el 52 fue otro engaño más para los Pueblos Indígenas Originarios.

Esta manipulación civil abarcó todo el gobierno del MNR (1952 - 1964), durante los gobiernos militares se trató de manejar a la población rural a través del llamado "Pacto Militar Campesino" (1964 - 1978). Sin embargo, en 1968 se produjo una gran movilización campesina en todo el país en contra del Impuesto Único Agrario y en repudio al "Pacto". Este primer intento de independización de los campesinos del "Pacto Militar Campesino" sigue con la creación en febrero, de 1971 de la Confederación Nacional de Colonizadores de Bolivia, afiliada a la COB, y con el VI Congreso Nacional de la CNTCB, realizado en Potosí el 2 de agosto del mismo año, donde resulta elegido como Secretario Ejecutivo el representante del katarismo Genaro Flores.

En 1977, varias Sub-Centrales cantonales y centrales provinciales rompieron con la CNTCB manejada por el gobierno, y en Ayo-Ayo, Genaro Flores retomó la conducción del movimiento sindical campesino, a comienzos de 1978, se realizó el IX Congreso de la Federación de Trabajadores Campesinos de La Paz Tupaj Katari, donde se reconoció a la COB como organización matriz de los trabajadores del país y se rechazó definitivamente el "Pacto Militar Campesino".

El 26 de junio de 1979, bajo el auspicio de la COB, se realiza el primer Congreso de Unidad Campesina, en el cual se constituye la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia.

Durante las jornadas de noviembre de 1979 la CSUTCB, defiende la democracia.

La CSUTCB, pasó una etapa de crisis interna entre los años (1998 a junio 2003), donde sus dirigentes respondían a otros intereses que no eran los del sector campesino, cansados de esta situación todas las Federaciones Departamentales convocaron, en estricto cumplimiento a su estatuto Orgánico de la CSUTCB, al X Congreso Nacional que se llevó a cabo en Sucre, del 1 al 4 de julio del 2003.

En el X Congreso Nacional Ordinario participaron 1918 delegados quienes eligieron al nuevo Comité Ejecutivo Nacional a la cabeza de Román Loayza Caero como Secretario Ejecutivo (Quechua – Boliviano). En este Congreso se desconoce definitivamente a Felipe Quispe Huanca de la Dirección Sindical de la CSUTCB, por estar al servicio del Gobierno Neoliberal y ser un dirigente traidor a los principios de los Pueblos Indígena Originario. Comienza una nueva gestión para la CSUTCB (2003 a 2006), con muchas demandas y algunos avances significativos, pero también, con muchos procesos inconclusos que se debe continuar.

La CSUTCB, convoca al XI Congreso Nacional Ordinario en cumplimiento a su estatuto orgánico, en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra del 17 al 20 de marzo del 2006 para elegir al nuevo Comité Ejecutivo Nacional de la CSUTCB. En este Congreso participaron 2000 delegados de los nueve departamentos del país. Como resultado se obtuvo la victoria por mayoría absoluta del dirigente cruceño Isaac Avalos Cuchallo, fue elegido como nuevo líder de la Confederación Sindical Única de Trabajadores

Campesinos de Bolivia (CSUTCB), es la primera vez en la historia de la dirigencia sindical del sector campesino que un cruceño asume este cargo, desde que esta organización funcionó orgánicamente, como 1er Strio General es elegido Florentino Barrientos representante del Dpto de Chuquisaca (valle), como 2do Strio Gral. Remigio Mendoza del departamento de Oruro (altiplano), así se logra consolidar un nuevo Liderazgo de los campesinos de Bolivia.

## **LA LUCHA DE LOS PRODUCTORES DE LA SAGRADA HOJA DE COCA**

Ante la creciente represión de la DEA norteamericana, la Unidad Móvil de Patrullaje Rural (UMOPAR), policías y militares, a finales de los 80, los productores de

la hoja de coca del Chapare multiplican sus protestas, canalizadas a través de sus organizaciones sindicales.

Contra la militarización organizan asambleas, reuniones masivas y sobre todo forman sus Comités de Autodefensa. En medio de la movilización campesina quechua-aymará durante los últimos años, ha crecido la importancia de los productores de la hoja de coca dentro de los pueblos originarios y campesinos. Han desarrollado su propia identidad y han ido ampliando su capacidad de influencia y liderazgo en el conjunto de la organización indígena y campesina del país. A través del Comité de Coordinación entre las cinco federaciones de productores de coca del Trópico cochabambino y las cinco federaciones de productores de coca de La Paz, han estado realizando sus propios encuentros nacionales desde 1988 y elaborando sus propios planes y propuestas alternativas.

Ellos son afiliados a nuestra organización, manteniendo un estrecho apoyo mutuo entre los pueblos indígenas y originarios, en defensa de la milenaria sagrada hoja de coca.

## **MARCO INSTITUCIONAL**

La Confederación Sindical Única de Trabajadores campesinos de Bolivia (CSUTCB), funcionó orgánicamente en el año 1979, en plena etapa militar para luchar por los derechos de los pueblos indígenas originarios.

La CSUTCB es la máxima organización sindical de los pueblos originarios de las naciones originarias de todo el territorio boliviano. Está conformada por la unión de los sindicatos de unidad de producción, que a su vez constituyen las subcentrales, cantorales, centrales seccionales, centrales provinciales únicas, afiliadas a las federaciones departamentales, y las federaciones regionales, y los mismos a la Confederación sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia.

Ahora, el sindicato agrario es, en la mayoría de los lugares, la base de las organizaciones a nivel nacional, y es en su asamblea comunal donde se toman las decisiones más importantes del movimiento. Generalmente los sindicatos campesinos se agrupan en Subcentrales, que a veces siguen los límites cantonales. Esas subcentrales a su vez se agrupan en Centrales. Una mayoría de las Centrales agrupa a las

subcentrales de una provincia, pero existen también Centrales Especiales, que no siguen los límites político geográficos de las provincias. Las Centrales, que actualmente son más de 200 organizadas y activas, se agrupan por Federaciones. Existen 9 Federaciones departamentales, 26 Federaciones Regionales o Especiales, y algunas Nacionales, que todas confluyen en la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia, CSUTCB.

**Fonte:** [www.csutcb.org](http://www.csutcb.org)

## **Anexo 5 – história da federação**

### **Bolivia Nunca mas sin Los Pueblos Indígenas**

#### **HISTORIA DE LA CIDOB.**

##### **Fundación:**

CIDOB, Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia, representante nacional del movimiento indígena de Bolivia, se fundó formalmente en octubre de 1982, en Santa Cruz de la Sierra, con la participación de representantes de cuatro pueblos indígenas del Oriente Boliviano: Guaraní-izoceños, Chiquitanos, Ayoreos y Guarayos. El proceso de unificación de los pueblos indígenas del Oriente se inició aproximadamente en los años 1979, cuando se dieron los primeros contactos entre representantes de los mencionados pueblos, a iniciativa aquel entonces Capitán Grande guaraní, Mburuvichaguasu Bonifacio Barrientos Iyambae, llamado también "Sombra Grande".

##### **Representatividad actual:**

En noviembre de 1998, en la 11ª Gran Asamblea Nacional de los Pueblos Indígenas, que se realizó en la ciudad de Camiri, participaron los 34 pueblos indígenas los mismos que constituyen la Confederación. Estos pueblos habitan en toda la región de Tierras Bajas, es decir, en 7 de los 9 Departamentos que hacen al país (Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija, Chuquisaca, Trópico de Cochabamba y Norte de La Paz). Las organizaciones regionales ya consolidadas y fortalecidas son: CPIB Central De Pueblos Indígenas del Beni, CIRABO Central Indígena de la Región Amazónica, CPESC Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz, APG Asamblea del Pueblo Guaraní, ORCAWETA Organización de Capitanías Weehnayek, CPILAP Central de Pueblos Indígenas de La Paz, CPITCO Central de Pueblos Indígenas del Trópico Cochabamba y CIPOAP Central Indígena de Pueblos Originarios de la Amazonía de Pando. La representatividad de CIDOB como organización que agrupa a los pueblos indígenas de las Tierras Bajas de Bolivia es reconocida indiscutiblemente en los medios oficiales, internacionales y en el movimiento popular. Por otro lado establece relaciones institucionales con las instancias del Estado a nivel nacional, con gobiernos locales con

organizaciones populares nacionales e internacionales, con organismos públicos o privados del desarrollo y cooperación. CIDOB, es una organización independiente de toda filiación político o religiosa.

Fonte: <http://www.cidob-bo.org/>